

LA e PSC: como fazer?

A metodologia dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto



LA e PSC: como fazer?

A metodologia dos programas de medidas
socioeducativas em meio aberto

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessuti

Governador do Estado do Paraná

Ney Amilton Caldas Ferreira

Chefe da Casa Civil

Thelma Alves de Oliveira

Secretária de Estado da Criança e da Juventude

Flávia Eliza Holleben Piana

Diretora Geral da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

Roberto Bassan Peixoto

Coordenação de Socioeducação

Coordenação do Programa "Liberdade-Cidadã"

Carla Andreia Alves da Silva

Leandro José Müller

Coordenação de Capacitação

Danielle Blaskievicz

Assessora de Imprensa da

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

LA e PSC: como fazer?

A metodologia dos programas de medidas
socioeducativas em meio aberto

ORGANIZAÇÃO

Roberto Bassan Peixoto

SUPERVISÃO DOS FACILITADORES

Leandro José Müller

Maria Nilvane Zanela

SUPERVISÃO DOS RELATORES

Maria Nilvane Zanela

FACILITADORES

Andréia Gabilan

Cristiane Barreto

Daniela Magalhães

Gerson Pereira

Juliana Moura dos Santos

July Anne Castilho

Marcelo Andreatta

Márcio Araújo Busato

Maria Aparecida Paulino de Videiros

Silvia do Rocio Dissenha Callegarin

Tatiani Maria Finkler de Lima Guzzo

Terezinha Kulka

Vera Lúcia Neves

RELATORES

Adriéli Volpato Craveiro

Bruna Aparecida Bavia

Daniely Cristiane Resina Ferreira

Deize Zamzoum

Douglas Eduardo Cardoso de Araujo

Elza de Souza Araujo

Vanessa Rosa Bastos da Silva

COORDENADORES DE GRUPOS

Deize Fátima Bengaly Zamzoum

Juliana Sabbag

Maria Nilvane Zanela

Ricardo Peres da Costa

Tatiani Macarini

Equipes regionalizadas da SECJ



Governo do Paraná



CEDCA

Capa

Tiago Vidal Ferrari

Foto

Daniela Schlogel

Projeto Gráfico / Diagramação / Finalização

Tiago Vidal Ferrari

Revisão Ortográfica

Elizangela Brito

Revisão

Roberto Bassan Peixoto

Maria Nilvane Zanela

Criação Publicitária e Marketing

Fernanda Morales

Felipe Jamur

Organização

Roberto Bassan Peixoto

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
Rua Hermes Fontes, 315 - Batel
80440-070 - Curitiba - PR - 41 3270-1000
www.secj.pr.gov.br

IMPRENSA OFICIAL DO PARANÁ



14 zero 9 Marketing e Comunicação | 41 3085-7111

LA e PSC: como fazer? A metodologia dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto ; Roberto Bassan Peixoto, org. - Curitiba : Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.
120 p. ; 20 x 28 cm.

ISBN 978-85-63558-16-9

1. Socioeducação - Capacitação 2. Medidas Socioeducativas - Meio Aberto - Liberdade Assistida - Prestação de Serviço a Comunidade 3. Sistema Socioeducativo - . I. Título. II. Série

APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

Havia uma política pública: expressa no “Programa de formação continuada dos atores do Sistema de Garantia de Direitos- SGD”.

Havia uma diretriz clara: alcançar todos os municípios do estado do Paraná nas ações de capacitação, independentemente de estarem recebendo financiamento para execução de programas municipais em meio aberto.

Havia também uma intencionalidade: a de transformar os espaços de capacitação em ambientes colaborativos de compartilhamento, de experiência e de conhecimento.

Havia ainda uma determinação: que todas as estratégias de formação continuada buscassem a socialização, sistematização e produção de conhecimento como metas prioritárias.

Havia uma certeza: que os momentos de capacitação deveriam acrescentar elementos teóricos trazendo significado às práticas e ampliando as possibilidades de leitura e entendimento da realidade.

Havia uma clareza: que cursos, seminários e encontros são propícios para renovação de convicções, produção de alianças, criação de redes de contato e fortalecimento dos movimentos de expansão dos aprendizados.

Havia uma crença: inspirada por Paulo Freire, na capacidade e no conhecimento acumulados dos participantes como ponto de partida e, como ponto de chegada nova perspectiva de ação transformadora da realidade.

Havia muitas perguntas: como fazer um programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à comunidade? O que há de comum a todos os municípios? O que os particulariza e os diferencia? Quais os caminhos mais eficazes para apoiar projetos de vida dos adolescentes? Como combinar responsabilização e socioeducação nas ações educativas dos programas? Quais as estratégias para mobilizar e articular as diferentes políticas públicas no atendimento direto ao adolescente para promover uma real inclusão social, educacional, econômica, e cultural. E assim por diante...

Havia sim, como inspiração, e há sim, como constatação: uma experiência rica relatada nesta publicação que buscou o registro como o valor de memória, ao mesmo tempo em que produziu apontamentos capazes de servir de referência para os que atendem os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Essa constatação pode ser conferida e apreciada com a leitura deste material, que contém parte da riqueza das discussões.

Nosso agradecimento a todos que contribuíram para a realização dos propósitos aqui citados, tornando-os fato concreto.

Bom proveito!

Thelma Alves de Oliveira.

SUMÁRIO

Introdução	12
Projeto de Capacitação do Programa Liberdade-Cidadã	14
1] Identificação.....	14
2] Justificativa.....	14
3] Objetivos	16
MACRORREGIÃO DE LONDRINA	22
Metodologia de Atendimento em LA e PSC	23
1] Introdução	23
2] Descrição da Oficina	23
3] Considerações Finais	31
Anexo 1 – Caso João.....	32
Metodologia de Atendimento em LA e PSC	34
1] Introdução	34
2] Descrição da Oficina	34
3] Considerações Finais	41
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	43
1] Introdução	43
2] Descrição da Oficina	43
3] Considerações Finais	47
Anexo 1 – Caso Luciana	48
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	50
1] Introdução	50
2] Descrição da Oficina	50
3] Considerações Finais	55
Anexo 1 – Caso Luciana	56
MACRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU	58
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	59
1] Introdução	59
2] Descrição da Oficina	59
3] Considerações Finais	64
Anexo	65
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	67
1] Recepção.....	68
2] Acolhimento.....	69
3] Encaminhamento social e educacional	69
Como Fazer? A Metodologia dos Programas de Meio Aberto	74

Como Fazer? A Metodologia dos Programas de Meio Aberto8	83
1] <i>Introdução</i>	83
2] <i>Descrição da Oficina</i>	83
3] <i>Considerações Finais</i>	86
MACRORREGIÃO DE CURITIBA.....	87
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	88
1] <i>Introdução</i>	88
2] <i>Descrição da Oficina</i>	88
3] <i>Considerações Finais</i>	97
O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?	98
1] <i>Introdução</i>	98
2] <i>Descrição da Oficina</i>	98
3] <i>Problematização do Caso Luciana</i>	101
4] <i>Considerações Finais</i>	102
Metodologia de Atendimento em LA e PSC.....	103
1] <i>Introdução</i>	103
2] <i>Descrição da Oficina</i>	103
3] <i>Problematização do Caso João</i>	107
4] <i>Considerações Finais</i>	110
Metodologia de Atendimento em LA e PSC.....	111
1] <i>Introdução</i>	111
2] <i>Descrição da Oficina</i>	112
3] <i>Considerações Finais</i>	113
Metodologia de Atendimento em LA e PSC.....	115
1] <i>Introdução</i>	115
2] <i>Descrição da Oficina</i>	115
3] <i>Considerações Finais</i>	117
<i>Anexo 1 – Caso Luciana</i>	117

Introdução

Nesse caderno a proposta é compartilhar os conhecimentos produzidos a partir da Formação Continuada dos Atores do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, iniciativa esta vinculada ao Programa “Liberdade Cidadã” da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, consolidado no ano de 2009.

Toda a discussão se baseou na premissa: “LA e PSC: como fazer?”, sendo um espaço privilegiado de produção acerca da execução de medidas socioeducativas. Diferencia-se dos demais cadernos porque a proposta aqui é a publicação do projeto da capacitação, este apreciado e aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da sistematização e relatos de todos os grupos de discussão que aconteceram durante esse processo.

Importante registrar que na organização desse processo formativo foi considerado todo o acúmulo de capacitações anteriores, resignificando práticas, e fazendo verdadeiro sentido na proposta de formação permanente e continuada, base do planejamento da Coordenação de Capacitação da SECJ.

Dentro da proposta de reestruturação do atendimento socioeducativo no Estado do Paraná, o Programa de Formação Continuada dos Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente sempre teve como premissa a proposição de um alinhamento conceitual e metodológico das práticas dos diversos entes responsáveis pela execução e acompanhamento das medidas socioeducativas.

Suas ações buscaram propiciar espaços de troca de experiências e de construção coletiva de estratégias, para que os adolescentes, que encontraram na prática do ato infracional uma maneira de serem vistos pela sociedade, tivessem outra oportunidade de reconhecimento social, que não pela prática da violência.

A preocupação em registrar, o que foi discutido nos encontros promovidos pela SECJ, é sempre no sentido de orientar as futuras ações das coordenações da Secretaria. Apresentamos aqui o relato de uma formação continuada que é fruto do amadurecimento metodológico das nossas ações e que registra a preocupação de uma gestão implicada na efetiva garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Paraná.

O resultado é um material que registra em essência a vivência e a prática dos profissionais que atuam nos programas que executam medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e de Privação e Restrição de Liberdade, além de outros atores do sistema de atendimento socioeducativo no Estado do Paraná.

A metodologia construída e utilizada previu momentos de discussão e debate em palestras e posterior construção de estratégias coletivas em oficinas temáticas divididas por realidades e contextos que permitissem certa identidade entre os participantes, tanto na apresentação das dificuldades, problemas e angústias, quanto na construção coletiva de soluções e encaminhamentos.

Todo esse caminhar foi conduzido por facilitadores, com experiência no atendimento socioeducativo, e integração entre as medidas socioeducativas, além da presença de um relator e de um profissional da Coordenação de Socioeducação com o objetivo de manter um alinhamento conceitual entre as diferentes oficinas e também nos diferentes encontros macrorregionais.

Que os pensamentos, sentimentos, impressões e compromissos apresentados durante os dias de formação ecoem e produzam ainda mais conhecimento.

Boa leitura e bom trabalho!

Projeto de Capacitação do Programa Liberdade-Cidadã

1] Identificação

1.1 Instituição

- Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

1.2 Regionais

- Londrina – 25 a 27 de novembro de 2009
- Curitiba – 02 a 04 de dezembro de 2009
- Foz do Iguaçu – 09 a 11 de dezembro de 2009

1.4 Responsáveis pelo Projeto

- Coordenação de Socioeducação e Coordenação do Programa Liberdade-Cidadã:

Roberto Bassan Peixoto

- Coordenação de Capacitação:

Leandro José Müller

- Sistematização do Projeto:

Deize F. B. Zamzoum

Maria Nilvane Zanella

Ricardo Peres da Costa

- Equipe de Apoio:

José Odenir Viatroski Sant'ana

Juliana Sabbag

Tatiani Macarini

2] Justificativa

Desde 2005 a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ) executa a Capacitação dos Programas de Meio Aberto para os municípios do Estado do Paraná. Em 2006, a referida formação anual, realizada por meio dos recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) com a deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), além da formação continuada cofinanciou 110 projetos, em 100 municípios que apresentavam maior demanda no cometimento de ato infracional.

No ano posterior, a capacitação para os executores de programa de meio aberto, que até então era centralizada em Curitiba, tornou-se descentralizada contemplando as cinco macrorregiões paranaenses (Maringá, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba) e os 399 municípios do estado participaram da ação, realizada entre os meses de agosto e outubro daquele ano. Nesse mesmo ano, a SECJ propôs ao CEDCA a implantação do Programa Liberdade-Cidadã, sendo este destinado a estruturar, orientar, qualificar e propor o fortalecimento dos programas socioeducativos de restrição, privação de liberdade (semiliberdade, internação e internação provisória) e em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), efetivando os Sistemas Socioeducativos Municipais e Estadual.

O Programa Liberdade-Cidadã viabiliza ainda, formação permanente a todos os municípios do Estado por meio de capacitações e assessoramento técnico, integrando dessa forma, o Pacto pela Infância e Juventude pela Redução da Violência Juvenil.

A realização da capacitação continuada, o contato mais efetivo com os programas que atuam em âmbito municipal e o apoio técnico das Equipes Regionalizadas, que acompanham a execução dos programas, permitiram à Coordenação Estadual do Programa Liberdade-Cidadã verificar as principais características dos municípios executores do atendimento em medidas socioeducativas em meio aberto, sendo elas:

- a) 6,51% dos municípios não possuem programa estruturado;
- b) 39,59% dos municípios atendem anualmente menos que 12 adolescentes, sendo que a grande maioria atende menos que cinco adolescentes; e
- c) 84% dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa no estado são atendidos com recursos do Programa Liberdade-Cidadã.

Os encontros anuais contribuiriam ainda, para a observação de que na maioria dos municípios não há permanência dos profissionais que atuam na execução das medidas. Essa característica é fundamentada especialmente pelo fato de que no histórico das capacitações verifica-se uma grande rotatividade dos profissionais que atuam nos programas. Essa rotatividade acontece tanto pela desvinculação profissional do município quanto pela organização centralizadora de um sistema de assistência social ou pela ausência de uma política pública de medidas socioeducativas. Diante desse cenário, é possível perceber uma desmotivação dos servidores municipais em trabalhar com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, sendo inclusive comum, encontrar relatos de profissionais que atuam nesses programas por motivo de “punição” do gestor.

Essas características, observadas pela política de não continuidade dos profissionais que atendem aos adolescentes, explicam por quais motivos são raros os profissionais que participam em anos consecutivos do Programa de Formação Continuada, sendo esta condição um dos maiores limites na melhoria do atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa em meio aberto e consequentemente na consolidação da política pública que o Programa Liberdade-Cidadã representa nessa esfera de governo.

Posterior às análises das informações coletadas nas capacitações anteriores e verificadas in loco pelas equipes regionalizadas, a Coordenação do Programa Liberdade-Cidadã propõe um novo formato para a Capacitação descentralizada que acontecerá em 2009, conforme será explicitado a seguir.

3] Objetivos

3.1 Objetivo Geral

- realizar a formação continuada dos atores do Sistema Socioeducativo do Paraná.

3.2 Objetivos Específicos

- discutir a metodologia do atendimento e aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto;
- analisar e debater o contexto de municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto no Estado do Paraná;
- mobilizar e favorecer a organização dos atores envolvidos na execução das medidas socioeducativas de meio aberto (Ministério Público, Juízes, defensores e operadores dos programas de LA e PSC e dos CENSEs);
- instrumentalizar teórica, técnica e metodologicamente os operadores das medidas de LA e PSC;
- capacitar equipes regionalizadas da SECJ responsáveis pelo acompanhamento, assessoramento e avaliação dos programas de LA e PSC;
- criar espaços qualificados à socialização das experiências e informações entre os municípios paranaenses que se encontram em diferentes fases nos processos de implantação e execução dos programas de LA e PSC;
- formar profissionais dos Núcleos Regionais de Educação da SEED, que possam ser referências às escolas que atendem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
- constituir canal de comunicação e repasse de informações entre os atores do sistema socioeducativo, propiciando a construção de dados dos atendimentos;

- **unificar instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades e atendimentos realizados pelos programas de medidas socioeducativas no Estado do Paraná.**

4] METODOLOGIA

A capacitação descentralizada acontecerá conforme organizado pela Coordenação de Capacitação em parceria com a Coordenação de Socioeducação em três macrorregionais, sendo elas:

- a) Londrina: a capacitação descentralizada de Londrina acontecerá entre os dias 25 a 27 de novembro, com um número total de 225 participantes, oriundos de 152 municípios atendidos pelas Equipes Regionalizadas de Paranaíba, Maringá, Londrina e Santo Antônio da Platina;
- b) Curitiba: o local da segunda capacitação será em Curitiba, entre os dias 02 a 04 de dezembro e contará com a presença de 205 participantes oriundos de 112 municípios atendidos pelas Equipes Regionalizadas de Pato Branco, Ponta Grossa e Curitiba;
- c) Foz do Iguaçu: na regional de Foz do Iguaçu a data prevista para a realização da capacitação descentralizada é de 09 a 11 de dezembro. A regional contará com a presença de 210 participantes oriundos de 135 municípios atendidos pelas Equipes Regionalizadas de Umuarama, Campo Mourão, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Com vistas a ampliar discussões, além dos profissionais que trabalham com as medidas socioeducativas em meio aberto, o programa de capacitação do Liberdade-Cidadã convida a contribuir com a temática do adolescente que cumpre medida socioeducativa, componentes da rede de proteção da saúde e da educação, servidores que atuam diretamente no atendimento ao adolescente que cumprem medida de privação e restrição de liberdade, representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Equipes Regionalizadas da SECJ, Conselheiros de Direitos e Tutelares.

Nesse sentido, os municípios com maiores demandas, assim como os municípios que sediam a capacitação foram contemplados com um número maior de vagas, sendo que no total, a Coordenação de Capacitação prevê a participação de 600 pessoas nas três macrorregionais.

Levando-se em consideração o número de participantes e o mapeamento dos municípios que possuem programas estruturados, que não possuem programas e o número de adolescentes atendidos anualmente em cada município, a Coordenação do Programa Liberdade-Cidadã apresenta abaixo a proposição das oficinas temáticas a serem realizadas em cada regional, bem como a justificativa para a sua realização.

4.1 PALESTRAS

Considerando-se as justificativas apresentadas anteriormente, no que se refere a não continuidade dos profissionais que atuam nos programas municipais o Programa Liberdade-Cidadã, entende ser pri-

mordial discutir um tema abrangente que possa nortear as discussões que acontecerão posteriormente nas oficinas de grupo e que serão organizadas e agrupadas conforme perfil dos municípios de onde são oriundos os participantes.

A palestra geral deverá ser realizada por um profissional com experiência em atendimento de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e que consiga desenvolver a temática LA e PSC: como fazer?

Nesse sentido, a palestra principal visa nortear as discussões nas oficinas que enfocarão dois eixos principais e articuladores entre si, sendo eles:

- a) metodologia do trabalho das medidas socioeducativas em meio aberto;
- b) articulação da rede social de proteção.

Além da palestra principal a metodologia de abertura do evento prevê a participação de um representante do Poder Judiciário, do Ministério Público. Haverá ainda, um momento para ouvir os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A discussão dos representantes tem por objetivo confrontar visões específicas sobre o tema e posteriormente oferecer espaço para a garantia do Protagonismo Juvenil.

Como já foi salientado, as necessidades diferenciadas não diminuem a premissa de se realizar um atendimento qualificado, ou seja, é necessário que, independente da demanda, o profissional que realiza a execução do atendimento conheça as possibilidades de apoio comunitário social ao adolescente, não apenas para o completo cumprimento da medida, mas também para o não retorno deste ao cometimento de atos infracionais.

4.2 Oficinas Temáticas

Após levantamento e análise dos dados observou-se, nas três regionais, grande número de municípios de pequeno porte, explicitando assim nesses municípios, uma pouca demanda de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Dessa forma, é possível constatar que a maioria dos 9.000 adolescentes que cumprem Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no Estado do Paraná, são oriundos de municípios de médio e grande porte, o que justifica a separação pedagógica dos grupos para a realização das oficinas.

O critério utilizado para definir o agrupamento dos municípios que participarão das oficinas embasa-se na pesquisa realizada pela Coordenação de Socioeducação, por meio das Equipes Regionalizadas "in loco". Dessa forma, os tópicos apresentados abaixo especificam as oficinas, bem como os conteúdos norteadores.

4.2.1 Municípios com grande demanda de atendimento

O grupo de municípios com alta demanda de atendimento participarão da oficina específica de auxílio à metodologia de atendimento nos Programa conforme descrito abaixo.

TEMA: Metodologia de Atendimento em Meio Aberto: LA e PSC: Como fazer?

- a) **Recepção:** recebimento do adolescente, conferência de documentação pessoal e processual, funcionamento do programa, apresentação da equipe;
- b) **Acolhimento:** interpretação da medida, instrumentos de atendimento (agenda do adolescente), esclarecimento sobre normas e funcionamento do Programa, atendimento do adolescente e da família, atividades sociopedagógicas e consulta aos autos do processo;
- c) **Estudo de caso:** agrupamento de informações sobre aptidões, habilidades, interesses e motivações, leitura dos relatórios psicossociais (privação, restrição, meio aberto etc.), levantamento dos dados sobre o contexto sociofamiliar, sobre a prática do ato infracional e dos dados sobre a escolarização, levantamento de demandas, relatórios jurídicos. Problemática do caso;
- d) **Plano personalizado de atendimento (PPA):** aspectos que integram o plano: saúde, educação, qualificação profissional, dimensão psicológica, relações familiares, relações sociais, cultura, esporte e lazer, definição das metas e compromisso, além da oficialização do contrato de PPA – Possibilidades de Intervenção;
- e) **Rede de proteção social (Incompletude institucional e profissional):** encaminhamentos para a rede de serviços, retomada da problematização do caso;
- f) **Comissão de atendimento socioeducativo:** uma resposta de integração e fortalecimento da rede de proteção. Objetivo, atribuições, competências e fluxos de funcionamento.

3) Problemática do caso – identificar

PROBLEMA POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO REDE DE SERVIÇOS

00h10 - Apresentação da síntese do caso pelo relator do grupo;

4.2.2 Municípios com pouca demanda de atendimento

Os municípios que possuem pouca demanda de atendimento, participarão da oficina específica de orientação ao trabalho de atendimento socioeducativo em meio aberto.

O grupo de municípios com pouca demanda de atendimento possui geralmente um perfil heterogêneo de profissionais. Nesses grupos teremos muito provavelmente a presença de conselheiros tutelares e profissionais da rede social dos pequenos municípios que muitas vezes não possuem um conhecimento técnico sobre como proceder quando recebem um adolescente para cumprir medida.

TEMA: **Metodologia de Atendimento em Meio Aberto: LA e PSC: Como fazer?**

1. Liberdade assistida: fundamentação teórica e embasamento legal.
 - a) Recepção: recebimento do adolescente, conferência de documentação pessoal e processual;
 - b) Acolhimento: interpretação da medida, instrumentos de atendimento, esclarecimento sobre atendimento do adolescente e da família e consulta aos autos do processo;
 - c) Encaminhamento social e educacional: encaminhamentos para atendimento com profissionais da rede de serviços do município;
 - d) Elaboração de relatório psicossocial e educacional: modelo instrumental.

2. Prestação de Serviços à Comunidade: fundamentação teórica e embasamento legal.
 - a) Recepção: recebimento do adolescente, conferência de documentação pessoal e processual;
 - b) Acolhimento: interpretação da medida, instrumentos de atendimento, esclarecimento sobre atendimento do adolescente e da família e consulta aos autos do processo;
 - c) Encaminhamento social e educacional: encaminhamentos para atendimento com profissionais da rede de serviços do município e contato com a instituição em que o adolescente prestará o serviço;
 - d) Elaboração de relatório psicossocial e educacional: discussão do caso com os orientadores da medida e elaboração do instrumento.

Problematização do Caso - identificar

PROBLEMA POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO REDE DE SERVIÇOS

00h10' Apresentação da síntese do caso pelo relator do grupo;

4.3 Relato de Oficinas

Desde 2007 o Programa de Capacitação continuada para atores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, organiza a sistematização das discussões realizadas nos grupos. Em busca de garantir um relatório fiel e homogêneo sobre as experiências vivenciadas em cada oficina a Coordenação de Capacitação propõe selecionar profissionais e estudantes que possuam experiências e conhecimento teórico em atendimento socioeducativo.

Nesse sentido, o relato das oficinas será elaborado por pessoas que possam posteriormente colaborar com uma avaliação do sistema socioeducativo do Paraná, agregando ao relatório críticas e

propostas ao formato da capacitação. O relato deverá ser organizado conforme orientação do anexo 6 deste documento.

4.4 Protagonismo Juvenil

A capacitação continuada dos atores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná atua com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa na perspectiva do desenvolvimento do Protagonismo Juvenil. Nesse sentido, pensar a formação dos profissionais que atuam nos programas em meio aberto implica considerar o olhar dos adolescentes atendidos por estes programas.

Com esse embasamento teórico conceitual a Coordenação do Programa Liberdade-Cidadã convidará a participar das formações nas três macrorregionais adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, atuando na perspectiva:

- a) palestrante: alguns adolescentes serão convidados a socializar informações sobre a experiência de atendimento nos programas de meio aberto pelos quais passaram. Para atender a metodologia os adolescentes convidados não falarão na sua região de origem;
- b) recepção e credenciamento: adolescentes oriundos do município sede, indicados pelo programa de meio aberto do município e/ou programa Aprendiz, participarão da organização, recepção, como mestre de cerimônia e no credenciamento dos participantes;
- c) atividade cultural: pretende-se privilegiar que as apresentações culturais sejam realizadas por adolescentes que cumprem medida socioeducativa, articulando se possível uma noite cultural e o Encontro de Experiências (Anexo 6).

4.5 Liberdade-Cidadã: Avaliação do Objeto

Durante a capacitação continuada é comum a realização de avaliações que buscam medir a satisfação dos participantes em relação aos grupos e palestras acontecidos. Posteriormente a Coordenação de Capacitação sistematiza as informações e repassa aos interessados. Nesse sentido, a avaliação realizada auxilia na próxima etapa de formação, na medida em que propicia a retomada de conceitos e palestrantes sob um novo olhar.

MACRORREGIÃO DE LONDRINA

Metodologia de Atendimento em LA e PSC¹

1] Introdução

A oficina Metodologia de atendimento em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, ora sistematizada, aconteceu durante a Capacitação do Programa Liberdade-Cidadã, na regional de Londrina, e contou com a participação de 34 pessoas oriundas de municípios de grande porte, conforme já explicitado no projeto pedagógico que orienta a capacitação.

Durante o decorrer da oficina foi possível perceber, que os profissionais que participaram, buscavam uma melhor formação para atender o adolescente em conflito com a lei, de forma respeitosa e legalmente amparada.

Com o desenvolvimento das atividades foi possível notar, que os profissionais que participaram do grupo de trabalho, se envolveram de forma intensa nas atividades elaboradas e orientadas pelas facilitadoras. Foi possível observar, entretanto, no decorrer das discussões do caso que deveria ser problematizado pelo grupo de trabalho, que as facilitadoras não participaram de forma intensa das discussões realizadas pelos subgrupos, sendo que um dos subgrupos apresentou dificuldades na problematização do caso e nos encaminhamentos técnicos que os mesmos deveriam descrever.

De forma geral, os grupos tiveram uma interação entre os seus membros, sendo que todos os integrantes, de certa forma, contribuíram para a discussão, que foi liderada por um dos membros do grupo.

Pode-se perceber que tiveram entre os grupos muitas divergências de ideias, e que muitos profissionais demonstraram possuir posturas conservadoras, que de certa forma culpabiliza a família e os adolescentes pela situação na qual se encontram. A própria terminologia utilizada por alguns profissionais é algo a ser questionado, muitos profissionais que trabalham diretamente na área da criança e do adolescente ainda utilizam terminologias carregadas de teor conservador e pejorativo, como por exemplo, a palavra menor.

A oficina teve seu término às 16h00, sendo que estava previsto para terminar às 18h00, fato que gerou polêmica por parte de alguns membros do grupo, que foram para outras oficinas.

2] Descrição da Oficina

Inicialmente as facilitadoras pediram para que todos os integrantes do grupo se apresentassem e citassem a instituição a qual estavam vinculados, bem como o município de origem. Em seguida, as facilitadoras relataram para o grupo sobre como as atividades seriam desenvolvidas no decorrer do dia.

1. Regional de Londrina. Facilitadores: Maria Aparecida Paulino de Videiros, Andréia Gabilan.

Posteriormente, colaram três cartazes na parede, sendo que no primeiro cartaz lia-se a frase 'que bom', no segundo a frase 'que tal', e no terceiro 'que pena'.

Ao iniciar a dinâmica, as facilitadoras orientaram para que os profissionais escrevessem no cartaz algo que se associasse a essas três frases, sendo que, segundo as facilitadoras, o 'que bom' era aquilo que os profissionais consideravam que é bom dentro dos programas de medidas socioeducativas; o 'que tal' era aquilo que poderia melhorar dentro dos programas; e o 'que pena' deveria se referir àquilo que não é bom dentro dos programas de medida socioeducativas.

Após a participação de todos os profissionais, as facilitadoras leram em voz alta o que os integrantes do grupo haviam escrito nos cartazes, conforme descrito a seguir:

QUADRO 1 – 'QUE BOM', 'QUE TAL' E 'QUE PENA'

a) 'QUE BOM':
<ul style="list-style-type: none">• espaço físico e equipe técnica;• convênio com o CEEBJA;• agentes comunitários que vão até a casa dos adolescentes;• trabalho realizado com as famílias;• pessoas compromissadas;• disponibilidade de recursos do FIA e do CREAS;• serviço continuado na execução das medidas socioeducativas;• grupo de famílias.
b) 'QUE TAL':
<ul style="list-style-type: none">• resolvermos juntos os problemas que são relacionados aos adolescentes nos municípios;• se as escolas tivessem professores capacitados para acolher os adolescentes;• ofertar mais oficinas, ter um investimento maior;• dar continuidade ao atendimento dos adolescentes após o cumprimento das medidas;• não se focar apenas nos adolescentes, envolver a comunidade, a família e toda a sociedade;• o currículo escolar para os adolescentes em conflito com a lei ser readaptado;• paridade nas ações a nível federal e estadual;• debater a fundo na discussão do SINASE, pois isso não está sendo realizado nas capacitações;• debates setoriais no que se refere ao adolescente em conflito com a lei.

c) 'QUE PENA':

- que não existe uma integração entre todas as políticas, ficando restrito o atendimento e as responsabilidades aos CREAS;
- que existe falta de interesse dos adolescentes e familiares;
- que existem lugares que não aceitam os adolescentes para cumprirem o regime de Prestação de Serviços à Comunidade;
- que acontecem as evasões dos adolescentes em relação às medidas;
- que há falta de integração com o Ministério Público;
- que o trabalho em rede não acontece;
- que não há participação dos gestores nas capacitações;
- que os atores do sistema de garantia de direitos confundem atribuições;
- que ocorre uso de violência pelos policiais em relação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Ao finalizar a dinâmica, as facilitadoras realizaram a reflexão de que as questões deveriam ser debatidas e analisadas no cotidiano profissional, pois só dessa forma, é possível alcançar os verdadeiros objetivos, enquanto profissionais comprometidos com a viabilização do acesso aos direitos de toda a população.

Posteriormente, as facilitadoras pediram para que todos ficassem em círculo para iniciar uma reflexão sobre a letra da música 'Como uma onda', conforme segue:

Como uma Onda

Composição: Lulu Santos e Nelson Motta

Nada do que foi será	Tudo muda o tempo todo
De novo do jeito que já foi um dia	No mundo
Tudo passa	Não adianta fugir
Tudo sempre passará	Nem mentir
A vida vem em ondas	Pra si mesmo agora
Como um mar	Há tanta vida lá fora
Num indo e vindo infinito	Aqui dentro sempre
Tudo que se vê não é	Como uma onda no mar
Igual ao que a gente	Como uma onda no mar
Viu há um segundo	Como uma onda no mar

tes. Segundo a facilitadora Maria Aparecida, “o adolescente é como se fosse uma onda, nenhum é igual ao outro, assim como, as ondas são diferentes uma das outras, sendo que, devemos olhar os adolescentes, não só, nas suas fragilidades mas também percebendo quais são suas potencialidades”. Além disso, a facilitadora afirmou que “a adolescência é um período de complicações, dúvidas e angústias, e que temos de estar preparados para poder lidar com esse público, que é o futuro do nosso planeta”.

Em seguida, as facilitadoras deram início ao estudo do caso do adolescente João, que foi disponibilizado pela Coordenação de Socioeducação. Após a distribuição de cópias o caso foi lido em voz alta por um participante. Posteriormente, as facilitadoras começaram a refletir com os participantes sobre a forma com que os programas e os técnicos realizam, e como realizam, a recepção, o plano personalizado de atendimento e o estudo de caso dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto.

Após esse questionamento os profissionais, que se encontravam no grupo, começaram a se posicionar. Segundo a educadora do Projeto Murialdo, “neste projeto, a recepção dos adolescentes ocorre obrigatoriamente com pelo menos a presença de um responsável do adolescente, sendo que dessa forma, os profissionais que integram essa instituição buscam nesse momento realizar todo um processo de orientação de como funcionam as medidas socioeducativas, assim como as normas da própria instituição”. Além disso, a educadora afirmou que “o acolhimento ocorre na própria recepção, de forma a fazer com que as pessoas não confundam o trabalho da equipe com o trabalho da polícia”.

Após a explanação da experiência vivenciada pelo Projeto Murialdo, as facilitadoras indagaram se havia estudo de caso nas equipes de atendimento. Alguns integrantes do grupo relataram a inexistência de estudo de caso nas instituições nas quais atuavam, enquanto que, outros se posicionaram de forma contrária a essa realidade.

A psicóloga do CENSE II de Londrina, disse que: “a realização do estudo de caso é extremamente importante, pois é nesse espaço os profissionais conseguem se aprofundar em cada caso, de forma a obterem resultados positivos”.

As facilitadoras também se posicionaram em relação ao estudo de caso, relatando que em São José dos Pinhais, elas “buscam realizar o estudo de caso diariamente envolvendo toda a equipe profissional”.

Em relação ao Plano Personalizado de Atendimento (PPA), quando as facilitadoras indagaram sobre a realização, a psicóloga do projeto Murialdo disse que “realizam o PPA, contudo, não conseguem colocar em prática aquilo que está no PPA, devido à dificuldade do trabalho em rede”. Nessa mesma perspectiva outros profissionais se posicionaram, relatando que esta mesma situação é frequente no cotidiano de grande parte dos profissionais que atuam nos diferentes municípios participantes da capacitação.

Uma profissional que atua em Ibiporã, relatou que “possui muitas dificuldades no trabalho em rede de seu município, o que dificulta a concretização de suas ações”.

Segundo as facilitadoras, em São José dos Pinhais, as mesmas “buscam trabalhar em rede, fazendo

parcerias, que possibilitam uma aproximação com toda a rede, sendo que atualmente existem reuniões mensais envolvendo a rede de atendimento”. Também disseram que “as reuniões mensais que envolviam toda a rede de atendimento e realizadas em São José dos Pinhais, tinham a participação da promotora, sendo que a presença desta profissional acabou facilitando o trabalho”. Para as facilitadoras “a promotora deixou de ser vista enquanto autoridade e passou a ser tida enquanto parceira”.

Além da dificuldade do trabalho em rede, alguns participantes alegaram possuírem dificuldades no que se refere à parceria com as escolas. Além disso, colocaram que os adolescentes não possuem facilidade no processo de aprendizado, devido a todo contexto que vivenciam, sendo que essa realidade não é vista pelas escolas. Nesse sentido, os profissionais também relataram sobre “o não preparo dos educadores em receber o adolescente em conflito com a lei, o que resulta em um processo de exclusão desses jovens do sistema educacional”.

A assistente social do projeto Murialdo disse que existem “muitas escolas que não aceitam os adolescentes em conflito com a lei”, ela relatou já ter buscado inúmeras vezes aproximação e articulação com a educação, contudo, ela observa que “essa aproximação muitas vezes, não passa da primeira conversa, a escola é um dos principais órgãos que no lugar de acolher, exclui os adolescentes que são atendidos pelo nosso projeto”.

A pedagoga do projeto Murialdo relatou que “essa aproximação com a escola é um trabalho de formiguinha, contudo, se faz necessário enfrentar essa realidade, pois se só ficarmos discutindo e não agirmos essa realidade não mudará”.

Para a assistente social de um abrigo do município de Londrina “as escolas devem perceber que os adolescentes em conflito com a lei vivem em um mundo cercado de violência, dessa forma, os adolescentes só reproduzem a sua realidade”. Segundo a profissional, não discutida e nem analisada pelos educadores.

A promotora de Londrina afirmou “que realmente deve haver uma maior articulação de toda a rede”, relatou também perceber que não há um comprometimento da rede no atendimento dos adolescentes que são atendidos pelos programas de medidas socioeducativas.

Após essa primeira aproximação, as facilitadoras dividiram o grupo em três subgrupos, para que com isso eles pudessem ler novamente o caso e debaterem sobre o assunto.

No período vespertino houve um menor número de participantes do que no período matutino, sendo que, voltaram para a oficina apenas 28 profissionais.

Para iniciar as atividades do período da tarde, primeiramente as facilitadoras leram novamente as questões colocadas no cartaz, fixado na parede, no que se referia à frase ‘que pena’. Em seguida pediram para que os membros do grupo achassem alternativas para mudar a realidade descrita por eles neste cartaz. Dessa forma, os profissionais colocaram que as alternativas seriam as seguintes:

- a) acreditar que é possível desenvolver um trabalho comprometido;

- b) encontrar estratégias para concretizar o trabalho;
- c) buscar parcerias;
- d) persistir sempre, apesar das dificuldades;
- e) acreditar que é possível e nunca desistir;
- f) conscientizar politicamente a comunidade sobre o trabalho do adolescente em conflito com a lei;
- g) buscar clareza das leis que envolvem a criança e o adolescente, esclarecendo as responsabilidades dos atores;
- h) colocar os usuários na frente de qualquer ação, eles devem participar das decisões institucionais;
- i) determinação e trabalho em grupo;
- j) envolvimento político para garantir a manutenção das conquistas;
- k) perseverança, compromisso e comprometimento;
- l) maior aproximação com as medidas;
- m) reconhecer que o adolescente pertence a comunidade;
- n) buscar integração com a rede do município;
- o) apoio efetivo ao adolescente possibilitando a sua participação;
- p) envolvimento com os assuntos que permeiam a realidade brasileira.

Em seguida, as facilitadoras desenvolveram outra dinâmica. Solicitaram primeiramente que um dos profissionais que estavam participando da oficina fosse até as facilitadoras e tentasse quebrar um palito. Depois elas pediram para que outra pessoa tentasse quebrar um maço de palitos. Dessa forma, as facilitadoras afirmaram que quando estamos sozinhos somos frágeis, mas quando nos unimos somos fortes e mais resistentes, assim como “os palitos quando se unem”.

2.1 Problematização do Caso

Orientados pelo projeto da capacitação o grupo de trabalho deveria proceder os encaminhamentos de um caso fictício (em anexo), como se fizessem parte do Programa de Meio Aberto que receberia os autos do processo de um adolescente.

Nesse sentido, levando em consideração a história de vida do adolescente, a equipe do Programa, durante a oficina e com o apoio das facilitadoras, deveria recepcionar, acolher, estudar o caso e elaborar o relatório do adolescente.

Depois, cada equipe do programa deveria encaminhar propostas de atendimento na rede de proteção social. As facilitadoras pediram então, que os membros dos subgrupos se reunissem e respondessem as seguintes questões em relação ao caso apresentado anteriormente:

- a) levantamento do problema;
- b) possibilidades de intervenção;
- c) mapeamento das redes de serviço.

Nos subgrupos os participantes, de acordo com a realidade que vivenciam em seus municípios, elaboraram os tópicos apresentados abaixo, que foram sistematizados, em uma folha de cartolina, por um membro do subgrupo.

Segue abaixo a sistematização das problematizações, intervenções e encaminhamentos realizados em cada subgrupo.

QUADRO 2 – SUBGRUPO I - PROBLEMATIZAÇÕES

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
• Ato infracional e reinserção social;	• Acolhimento e recepção e interpretação da medida;	• Liberdade Assistida;
• Compreender o caso e estabelecer estratégias de intervenção;	• Estudo de caso;	• CENSE, CRAS, CAPS, Escola, UBS, Projetos Sociais e LA;
• Vulnerabilidade social e familiar;	• Inserção em cursos de profissionalização; • Abordagem com a irmã; • Grupo psicossocial com a família; • Encaminhamentos para o caps; • Inserir as crianças em projetos sociais;	• SENAI; • SENAC; • SENAR; • Liberdade Assistida; • CAPS;
• Vínculo com a família;	• Acompanhamento domiciliar;	• Liberdade Assistida; • CRAS; • Unidade Básica de Saúde; • Conselho Tutelar;
• Habitação precária;	• Política de habitação;	• CRAS; • Conselho Tutelar;
• Falta de documentos.	• Encaminhar para expedir documentos.	• Liberdade Assistida; • CRAS; • Conselho Tutelar.

QUADRO 3 – SUBGRUPO II - PROBLEMATIZAÇÕES

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade vínculos; • Sentimento de não pertencimento; • Vulnerabilidade financeira; • Condições de moradia; • Dependência química; • Negligência e maus tratos familiar; • Violência urbana e ato infracional; • Dificuldade em impor limites e com a afetividade; • Violação de direitos e evasão escolar; • Percepção da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de caso e acompanhamento; • Atendimento individual e coletivo; • Orientações e encaminhamentos; • Mapeamento da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de serviços; • Ministério Público; • Conselho Tutelar; • CRAS; • CREAS; • CAPS; • Núcleo Regional de Educação; • Instituições profissionalizantes.

Cabe destacar, como se observa acima, que o subgrupo 2 não apresentou para cada problema uma possibilidade de intervenção e as redes de serviços, mas apresentaram de forma geral quais seriam os problemas, as possibilidades de intervenção e as instituições da rede de serviços.

Importante salientar, que este grupo apresentou intensa dificuldade na construção da sistematização, perdendo-se em alguns momentos do foco da oficina.

QUADRO 4 – SUBGRUPO III - PROBLEMATIZAÇÕES

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Evasão escolar; • Drogadição; • Vínculos familiares fragilizados; • Condição socioeconômica; • Violência; • Ato infracional; • Ausência da figura paterna (masculina). 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista técnica (adolescente e responsável); • Visita domiciliar; • Estudo de caso e encaminhamento com a rede de serviços; • Retorno à escola; • Caps-ad; • Terapia familiar; • Cras (inclusão produtiva, benefício e profissionalização); • Centros de educação infantil; • Conselho Tutelar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação; • Saúde mental; • Assistência social; • Conselho Tutelar; • Vara da Infância.

Este subgrupo também não apresentou, para cada problema uma possibilidade de intervenção e quais seriam os encaminhamentos para a rede de serviços. Contudo, no decorrer da discussão foi possível perceber que o grupo conseguia encontrar soluções para cada problema apresentado no caso, assim como quais os melhores encaminhamentos para o problema.

Após a apresentação dos subgrupos, as facilitadoras realizaram uma dinâmica. As mesmas solicitaram aos participantes do grupo de trabalho para encherem bexigas que e as jogassem para cima.

Concomitantemente, as mesmas colocaram uma música do Zeca Pagodinho e pediram que no final estourassem as bexigas, que tinham algumas mensagens de otimismo que os participantes tiveram que ler em voz alta.

Deixa a Vida me Levar

Composição: Serginho Meriti

Eu já passei	As mãos pro céu	Deixa a vida me levar
Por quase tudo nessa vida	Agradecer e ser fiel	Vida leva eu!
Em matéria de guarida	Ao destino que Deus me deu	Sou feliz e agradeço
Espero ainda a minha vez	Se não tenho tudo que preciso	Por tudo que Deus me deu...
Confesso que sou	Com o que tenho, vivo	Eu já passei
De origem pobre	De mansinho lá vou eu...	Por quase tudo nessa vida
Mas meu coração é nobre	Se a coisa não sai	Em matéria de guarida
Foi assim que Deus me fez...	Do jeito que eu quero	Espero ainda a minha vez
E deixa a vida me levar	Também não me desespero	Confesso que sou
Vida leva eu!	O negócio é deixar rolar	De origem pobre
Sou feliz e agradeço	E aos trancos e barrancos	Mas meu coração é nobre
Por tudo que Deus me deu...	Lá vou eu!	Foi assim que Deus me fez...
Só posso levantar	E sou feliz e agradeço	
	Por tudo que Deus me deu...	

Após a apresentação das sistematizações dos grupos e da realização da dinâmica as facilitadoras encerram a oficina. Segue abaixo as considerações finais.

3] Considerações Finais

A partir do desenvolvimento da oficina percebeu-se que as facilitadoras tiveram a preocupação em elaborar a oficina visando com que todos os membros do grupo interagissem com as atividades propostas. Contudo, notei que devido à oficina ter acabado antes do horário proposto os participantes acabaram não se aprofundando na temática - 'metodologia do atendimento em LA e PSC' - res-

tringindo o debate desenvolvido durante a oficina apenas àquilo que os programas de execução de medida já desenvolvem.

Por meio do debate realizado pelos participantes, foi possível perceber que eles esperavam uma discussão mais aprofundada sobre como deve ser a metodologia de atendimento em LA e PSC, contudo, as facilitadoras se restringiram em, durante a realização da oficina, discutir as experiências já realizadas pelos programas e participantes.

A divisão do grupo de trabalho em subgrupos, deixando por conta dos grupos a discussão do caso (os problemas apresentados no caso, as possibilidades de intervenção e as redes de serviços), fez com que um dos grupos apresentasse dificuldades na elaboração desses itens. Nesse sentido, uma maior intervenção das facilitadoras seria extremamente necessária, fato esse que não ocorreu.

Finalizando, apesar das dificuldades encontradas no decorrer da oficina e das expectativas dos participantes, que acabaram não sendo supridas, a oficina conseguiu gerar de certa forma resultados positivos, pois foi um momento de crescimento profissional e de capacitação intelectual. As questões debatidas no decorrer da oficina, sem dúvida, resultarão em impactos no trabalho dos profissionais e na execução das medidas socioeducativas.

Anexo 1 – Caso João

Avaliação dos Aspectos Sociais

João tem 17 anos de idade, reside com a genitora, Sra. Carolina Marcondes, 46 anos, não alfabetizada, diarista, sem vínculo empregatício e mais seis filhos, sendo que João e mais dois do primeiro casamento com o Sr. Antônio, Mariana, com 20 e Carlos, com 21. Os demais quatro filhos são do segundo casamento com o Sr. Jair, Joana, 14, Cláudia, 12, Marcos, 10, e Adriana, 09.

Residem ainda na mesma casa dois sobrinhos de João, de 04 e 05 anos de idade, filhos da irmã mais velha, Mariana, que trabalha em uma boate. O irmão mais velho, Carlos, trabalha como vendedor de painéis e está sempre em outras cidades, ficando esporadicamente em casa.

Moram em uma área de invasão, em uma casa de madeira, sem divisória, com água encanada, luz elétrica e banheiro. Estão no local há cerca de quatro anos. A Sra. Carolina recebe em média R\$ 300,00 mensais e conta com o auxílio da renda do filho mais velho, que fornece R\$ 100,00 mensais para ajudar nas despesas, a filha Mariana não auxilia financeiramente, sai constantemente em companhia das amigas, sendo negligente no cuidado com os filhos. A renda é complementada com o benefício do Governo Federal (Bolsa Família).

O pai de João, primeiro marido da Sra. Carolina, faleceu há cerca de um ano, vítima de assassinato. A convivência do jovem com o padrasto sempre foi marcada por agressões e violência, a mãe descreve que o padrasto sempre sentiu ciúmes de João em relação a ela.

Durante o atendimento o jovem relatou que desde os oito anos, em busca de contribuir para o sus-

tento da família, passou a carregar sacolas na feira e nos supermercados próximos à comunidade em que vivia. Logo em seguida, foi convidado por amigos mais velhos a iniciar pequenos furtos nas ruas e também em ônibus. Algum tempo depois, iniciou atividades no tráfico de drogas. Começou como 'fogueteiro' (ou 'olheiro'), mas rapidamente chegou a gerente de área. Sua atividade inicial de inserção no tráfico foi considerada, pelo adolescente, como o primeiro passo para 'a formação de bandido'. A partir daí, passou a traficar até obter um cargo alto, quando passou a gerente. O jovem afirma que 'virar gerente' significa dedicar-se a atividades de alto risco e 'ter conhecimento', ser da comunidade e apresentar bom relacionamento com os demais integrantes da 'boca de fumo'. Tinha direito a salário e cota de consumo de drogas, da qual não fazia uso. Seu trabalho como gerente no narcotráfico consistia em administrar a venda da mercadoria e prestava contas ao gerente geral. Relata ter poder na comunidade e facilidade para se relacionar com várias mulheres, porém afirmou não ter amigos verdadeiros. Por fim, conta que quase foi morto quando fugia de outro grupo que queria invadir o 'ponto' administrado por ele. Revelou que quer deixar essa atividade por medo de morrer, pois já presenciou muitos colegas serem mortos.

João iniciou sua escolarização aos sete anos de idade e atualmente encontra-se evadido da 5.^a série do Ensino Fundamental. O processo de escolarização do adolescente ficou defasado em virtude de seu envolvimento com o narcotráfico e ele conseguiu concluir até a quarta série do Ensino Fundamental.

A convivência familiar tornou-se difícil, a mãe do adolescente possui dificuldade em exercer o poder familiar, não consegue impor limites aos filhos, especialmente com João, não tem autoridade e procura o Conselho Tutelar até mesmo quando as crianças não querem ir à aula.

Devido aos recorrentes atos ilícitos o adolescente cumpriu medida socioeducativa de internação por 1 ano e 6 meses. Antes da internação o adolescente fazia uso abusivo de substâncias psicoativas.

Durante a internação, o adolescente foi matriculado nas disciplinas de Matemática, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA).

Problematização Principal

O Grupo de Trabalho avaliou e encaminhou o caso como se fizessem parte do Programa de Meio Aberto, que receberá os autos do processo de João. Junto aos autos veio o resumo do relatório realizado pela Equipe Técnica do Centro de Socioeducação onde João estava cumprindo a medida socioeducativa.

Nesse sentido, considerando a história de vida do adolescente, quais encaminhamentos a equipe do Programa realizará para receptionar, acolher, estudar o caso e elaborar o Plano Personalizado de Atendimento do adolescente João?

Posterior a esses encaminhamentos caberá a equipe do programa encaminhar propostas de atendimento na rede de proteção social e a Comissão de Atendimento Socioeducativo discutir os encaminhamentos do caso.

Metodologia de Atendimento em LA e PSC²

1] Introdução

A Oficina Metodologia de atendimento em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, ora sistematizada, aconteceu na Capacitação do Programa Liberdade-Cidadã, na regional de Londrina, e contou com a participação de 36 pessoas oriundas de municípios de médio e grande porte, conforme já explicitado no projeto pedagógico que orienta a capacitação.

A pedagoga Sílvia, trabalhou o tempo todo com muita energia na forma de falar e na condução da oficina. Com essa postura, ela quis demonstrar que o trabalho com o adolescente deve ser dinâmico, para que se fale a 'língua' do adolescente. Inicialmente agradeceu ao município de São José dos Pinhais a liberação para a participação nessa capacitação.

A psicóloga Terezinha, entretanto, possuía uma fala mais tranquila, falou da importância do trabalho com o adolescente em conflito com a lei, e relatou a presença delas na capacitação, como uma mostra do compromisso que elas têm com a causa, dizendo:

“Além do trabalho e do desafio diário que nós enfrentamos com os nossos adolescentes, nós somos as pessoas que provavelmente iremos ouvir o último grito de socorro do adolescente e da sua família. Esses adolescentes chegam até nós através do 'pai jurídico', que é o juiz de direito, que após aplicar a medida socioeducativa, encaminha para o projeto de São José dos Pinhais para dar início ao cumprimento da medida e, com o objetivo principal de montar um projeto de vida e tentar desmontar a imagem negativa que o adolescente tem dele mesmo”.

Posteriormente, as mesmas compartilharam com o grupo as dificuldades no trabalho com as famílias dos adolescentes em conflito com a lei, e que muitas vezes os profissionais do meio aberto ou fechado são as únicas referências dos adolescentes. “Por isso, nós podemos fazer a diferença na vida deles!”.

De forma incisiva deixaram claro que “estamos reunidos para trocar experiências e buscar com essa troca a melhor forma de atendê-los”.

2] Descrição da Oficina

Após uma breve apresentação de todo o grupo, onde cada componente se apresentou pessoal e profissionalmente, as facilitadoras explicaram ao grupo como seria o desenvolvimento das atividades durante o dia.

Para iniciar os trabalhos, as facilitadoras apresentaram uma dinâmica onde os participantes voluntariamente escreveram em três cartazes alocados na parede suas expectativas, por meio de três frases 'Que bom'; 'Que tal'; e 'Que pena', relacionando essas frases aos programas de meio aberto.

2. Regional de Londrina. Facilitadores: Terezinha Kulka, Sílvia do Rocio Dissenha Callegarin.

“Com essa atividade poderemos ter uma noção do funcionamento dos programas e diagnosticar o que está sendo feito de maneira equivocada, o que podemos melhorar e aquilo que está sendo bem feito, repassar para outros programas”. Apresento abaixo a sistematização das falas dos participantes:

QUADRO 1 – QUE BOM, QUE TAL E QUE PENA

a) QUE BOM: Aquilo que acha que é interessante, que é bom dentro dos programas de medidas socioeducativas.

- em algumas equipes têm pedagogos;
- existe trabalho em conjunto com o judiciário;
- jovem é apaixonado por esportes;
- estamos dispostos a trabalhar e buscar novas perspectivas.

b) QUE TAL: Aquilo que poderia ser melhor.

- articularmos a rede de serviços;
- fazer um vínculo com toda a rede do município;
- maior articulação do judiciário e ministério público;
- que faça parte da equipe técnica um pedagogo;
- maior articulação e participação dos gestores;
- mais opções de lazer e esportes;
- cursos profissionalizantes.

c) QUE PENA: Aquilo que não é bom ou que não existe;

- a ausência de assistentes sociais em todas as equipes;
- não poder fazer mais, por quem precisa;
- maior articulação com a rede;
- falta de estrutura, de local e de pessoal;
- evasão escolar;
- que o poder público não reconhece a importância do esporte na vida do adolescente;
- falta CAPS-AD nos municípios;
- que não há casa para tratamento de drogadição.

Para a realização da atividade era necessário desprendimento dos participantes, para estes se levantarem e colocassem algumas críticas ou sugestões nos cartazes. Para auxiliar o grupo na dinâmica a pedagoga Silvia, para dar movimento ao grupo que estava inibido, começou a sugerir alguns temas.

No quadro ‘que bom’ Silvia relatou a diferença que ela faz como pedagoga no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, pois com o conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases ela se baseia na obrigatoriedade de manter os adolescentes matriculados e estudando nas escolas.

Esse tema despertou o grupo que de forma uníssona relataram problemas com os diretores e professores que não querem os adolescentes matriculados nas escolas, com a justificativa de que esses adolescentes trazem problemas para o ambiente de ensino.

A pedagoga Silvia, com experiência nessa área, sugeriu uma maior participação dos técnicos no acompanhamento dos adolescentes nas escolas, junto aos professores e diretores. Fez uma observação de que esse acompanhamento consiste em verificar deficiências que esses adolescentes possam apresentar na aprendizagem, comportamento, faltas e notas. Lembrou que “não basta saber se o adolescente está indo para a escola e sim a qualidade que esse adolescente está obtendo nessa escola”.

“Podemos apontar seguramente, que a escola tem sido um dos grandes problemas no trabalho com o adolescente em conflito com a lei, pois ainda hoje impera a visão do adolescente incorrigível e que pelo seu ato deverá pagar para sempre. É difícil de acreditar que profissionais formados para trabalharem com crianças e adolescentes tenham preconceitos e prefiram segregar a ter que trabalhar um pouco mais com o adolescente infrator”.

Foi observado que funciona bem nos municípios que conseguem fazer um trabalho em conjunto com o judiciário, onde o juiz, promotor e advogado sabem qual é o papel de cada um e buscam nas equipes técnicas uma forma de ampliar e melhorar o atendimento do adolescente.

Um professor de educação física de um município de médio porte do Paraná falou que, “uma forma contundente para atingir o adolescente é através do esporte, mesmo que não tenhamos atletas de alta performance, mas pelo simples fato de que com a atividade física o adolescente passará a cuidar do próprio corpo e possivelmente poderemos ter um menor número de usuários de drogas”.

E por último, foi destacada a importância de equipes, como a nossa, que estão dispostas a buscar novas perspectivas e novos conhecimentos com profissionais de outras áreas e de outras localidades para melhorar o atendimento.

No espaço para colocar sugestões para melhorar o atendimento ao adolescente foi chamado de ‘Que tal’.

Foi elencado como uma sugestão a articulação dos serviços e um maior vínculo com toda rede municipal e estadual como escola, saúde, CREAS, CRAS, para facilitar o atendimento do adolescente.

E ainda, uma melhor articulação com o judiciário e o Ministério Público para demonstrar como a execução da medida é feita pelo município e a partir desse contato fazer um trabalho em rede com o poder judiciário.

Voltando ao tema levantado pela pedagoga a sugestão é de que toda equipe multidisciplinar tenha um pedagogo atuando junto às escolas de forma mais direta, no acompanhando da aprendizagem, comportamento e frequência escolar.

Outra reivindicação importante levantada pelos profissionais foi a de que seria interessante mais opções de lazer e esportes, para que pudéssemos perder menos adolescentes para o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

A ideia de uma maior articulação e participação, dos gestores no trabalho com o adolescente em conflito com a lei, seria bem-vinda. Contamos com os gestores para contratações e investimentos nas capacitações desses profissionais. Seria também importante, que o local de trabalho fosse salubre,

para acomodação dos profissionais que ali exercem a atividade laborativa, bem como, para os usuários que utilizam dos serviços prestados pelo município.

“Por fim, podemos elencar os cursos profissionalizantes, que seria de extrema importância dar uma oportunidade para esse adolescente que atendemos, na busca da construção de uma nova vida, como bem destacou uma participante de Paranaíba”.

E por último, com uma participação mais efetiva ficou o quadro do ‘Que pena’, onde os capacitados lembraram o que os programas municipais ficaram devendo ou têm agido de maneira tímida no atendimento dos adolescentes.

“Infelizmente ainda hoje, não possuímos em alguns municípios de médio porte, assistentes sociais nas equipes multidisciplinares”. Alguns participantes demonstraram indignação sendo que “a NOB e o SUAS obriga a presença de assistente social na equipe, mesmo que ela não atenda o adolescente. Mas é obrigatória a presença de assistente social no município”.

Uma reclamação de um grupo de participantes dos municípios de médio porte é de que, falta uma maior articulação da rede municipal e estadual no atendimento do adolescente em conflito com a lei e reconheceram que essa articulação pode ser iniciada pela própria equipe.

A pedagoga falou que “a formação dessa rede pode começar nas escolas, formando um vínculo com os professores e diretores”. Em seguida sua fala foi rebatida com o discurso de que “os professores e diretores não querem essa aproximação. Eles não querem os adolescentes infratores nas suas escolas”. A pedagoga insistiu no discurso “de que temos que enfrentar essa situação e aos poucos vamos quebrando essas barreiras e com o nosso acompanhamento do adolescente nas escolas, esses profissionais, vão sentir que existe uma equipe trabalhando junto com eles.”

Nesse mesmo tema foi abordada a evasão escolar e mais uma vez a pedagoga ratificou a sua fala anterior que “é fundamental o acompanhamento do adolescente por um profissional que esteja em contato permanente com a escola”.

“A estrutura do local de atendimento é fundamental, pois em muitos municípios esse tipo de programa não é bem visto e provavelmente não tenha um retorno em votos e é nesse tipo de discurso que estamos presos. Sendo assim, o nosso trabalho deve ser dobrado e não podemos fraquejar com as dificuldades que temos”. Assim resumiu uma participante do grupo à indagação de outra participante.

Outro tema relevante foi com relação ao atendimento aos adolescentes dependentes. Esse foi um problema que todos os municípios reclamaram da falta ou da precariedade dos CAPS AD ou de clínicas que façam o tratamento desses adolescentes. “Muitos municípios ainda hoje não têm como atender o adolescente dependente. Os CAPS já seriam um avanço se todos os municípios tivessem esse local para fazer o tratamento dos dependentes químicos”.

Em seguida, as facilitadoras utilizaram a música de Lulu Santos, ‘Como uma onda’ para relacionar a letra com a vida dos nossos adolescentes em conflito com a lei.

A psicóloga Terezinha observou que, “a vida do adolescente parece com o movimento da maré, onde o adolescente por uma desestruturação familiar pode caminhar para o ato infracional e em con-

traposição para ajudar esse adolescente, precisamos de uma equipe interdisciplinar e um programa para família que em muitos casos é monoparental”.

“Nós, equipe interdisciplinar, plantamos uma semente que poderá frutificar mais tarde, e esse é o nosso papel como profissional e ser humano. Precisamos desconstruir a imagem do adolescente perigoso e do adolescente que, infraciona hoje, será um criminoso amanhã”.

COMO UMA ONDA

Composição: Lulu Santos e Nelson Motta

Nada do que foi será	No mundo
De novo do jeito que já foi um dia	Não adianta fugir
Tudo passa	Nem mentir
Tudo sempre passará	Pra si mesmo agora
A vida vem em ondas	Há tanta vida lá fora
Como um mar	Aqui dentro sempre
Num indo e vindo infinito	Como uma onda no mar
Tudo que se vê não é	Como uma onda no mar
Igual ao que a gente	Como uma onda no mar
Viu há um segundo	
Tudo muda o tempo todo	

O período da tarde iniciou com uma dinâmica. As facilitadoras distribuíram uma bexiga para cada membro do grupo e antes de encher, os mesmos deveriam colocar um papel com uma palavra de otimismo. Em seguida, com a música ‘Vida leva eu’, os participantes deveriam manter as bexigas no alto. Nesse momento ninguém sabia qual era a sua bexiga.

Com o término da música e com as bexigas trocadas todos estouraram de uma vez só todas as bexigas e cada um ficou com um papel diferente do papel escrito no início da dinâmica.

Em círculo, cada membro leu uma palavra de otimismo que outra pessoa escreveu e com essa dinâmica recomeçaram as atividades do período da tarde.

2.1] PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

Orientados pelo projeto da capacitação o grupo de trabalho deveria proceder os encaminhamentos de um caso fictício (em anexo) como se fizessem parte do Programa de Meio Aberto que receberia os autos do processo de um adolescente.

Nesse sentido, levando em consideração a história de vida do adolescente, a equipe do Programa durante a oficina e com o apoio das facilitadoras, deveria receptionar, acolher, estudar o caso e elaborar o relatório do adolescente.

Depois cada equipe do programa deveria encaminhar propostas de atendimento na rede de proteção social. Para conduzir as discussões as facilitadoras dividiram os grupos em quatro subgrupos e após a leitura estes foram orientados a realizarem os devidos encaminhamentos com a chegada do adolescente 'João'.

QUADRO 2 – RESULTADO SUBGRUPO I

PROBLEMATIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Sobrecarga materna (responsável); • Vínculos familiares frágeis; • Falta de informações sobre o adolescente; • Longo período de internação, e como consequência o rompimento do vínculo familiar; • Falta de limites, drogas e evasão escolar; • Pouca articulação com a escola.

O subgrupo I foi o grupo que menos respondeu à proposta de trabalho. Como pode ser observado no quadro acima, eles levantaram os problemas, mas não fizeram os devidos encaminhamentos.

QUADRO 3 – RESULTADO SUBGRUPO II

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
• Apresentação do programa;	• Acolhimento individual do responsável e do adolescente;	• Rede de proteção básica, CRAS e CREAS.
• Estudo de caso;	• Relatório, anamnese do adolescente e relatório;	
• Inclusão escolar;	• Investigação do caso, contexto social e psicológico;	
• Drogas;	• Acompanhamento efetivo da Liberdade Assistida;	
• Ociosidade.	• Curso de profissionalização e inscrição no Projovem.	

No subgrupo II os participantes ficaram mais atentos aos encaminhamentos e tomaram as medidas necessárias diante do caso apresentado. Trabalharam nesse caso como se João tivesse acabado de chegar ao programa de meio aberto.

QUADRO 4 – RESULTADO SUBGRUPO III INTERVENÇÃO

- Combinar com o fórum a apresentação do adolescente na medida em meio aberto;
- Realizar o levantamento histórico familiar e os interesses do adolescente;
- Atendimento individual;
- Interpretação das medidas;
- Visitas domiciliares;
- Informações (PPA);
- Serviço social;
- Família e adolescente;
- Apresentação do programa, retratação dos horários e dias de trabalho;
- Estudo de caso (meio aberto e internação);
- Trabalho na comunidade terapêutica.

Este subgrupo também não apresentou, para cada problema uma possibilidade de intervenção e quais seriam os encaminhamentos para a rede de serviços. Contudo, no decorrer da discussão do grupo, foi possível perceber que encontraram soluções para cada problema apresentado no caso, assim como quais os melhores encaminhamentos para o problema.

QUADRO 5 – RESULTADO SUBGRUPO IV

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
• Demora do relatório;		• Ministério Público;
• Falta de documentação do adolescente;	• Encaminhamentos para fazer os documentos;	
• Vínculos fragilizados (familiares);	• Conversa informal com o adolescente;	
• Recepção;	• Verificação dos documentos;	
• Interpretação da medida;		
• Possibilidade de intervenção	• Visita familiar e acompanhamento familiar;	

realizados, por serem grupos de médio e grande porte acredito que durante a explicação das coordenadas para a realização deste trabalho foram insuficientes. Posterior às discussões, elaborou-se o quadro abaixo para os encaminhamentos referentes ao caso estudado.

Os grupos só apontaram as intervenções, mas deixaram de fazer os encaminhamentos para os ór-

gãos responsáveis por falta de informações no início da atividade. No encontro final as coordenadoras questionaram acerca dos encaminhamentos e nesse momento os participantes do encontro foram fazendo os encaminhamentos durante a montagem do quadro final.

QUADRO 6 – RESULTADO DOS GRUPOS

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
• Uso de substâncias psicoativas;	• Avaliação na Unidade Básica de Saúde;	• CAPS-AD; • Atendimento psicológico; • Comunidades terapêuticas; • Recursos comunitários;
• Habitação;	• Acionar a prefeitura para que entre em contrapartida no auxílio à família; • Comunicar ao Ministério Público que a família não tem moradia;	• Ministério Público;
• Rede Social;	• Acompanhamento psicológico;	• Rede de saúde;
	• Incluir no Projovem;	• CRAS;
	• Esporte e cultura;	• Secretarias de esporte e cultura do município;
• Escola.	• Conversar com a pedagoga (histórico escolar).	• SEED.

3] Considerações Finais

O grupo reunido tirou muitas dúvidas sobre alguns procedimentos do meio aberto, mas sobre a atividade não se obteve sucesso por uma falta de ênfase na explicação, sobre como a atividade deveria ocorrer e até mesmo pela falta de orientação das facilitadoras.

As experiências das duas facilitadoras puderam ser absorvidas pelos participantes e a avaliação dos mesmos foi de plena satisfação do encontro. ANEXO – CASO “João”

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS

João tem 17 anos de idade, reside com a genitora, Sra. Carolina Marcondes, 46 anos, não alfabetizada, diarista, sem vínculo empregatício e mais seis filhos, sendo que João e mais dois do primeiro casamento com o Sr. Antônio, Mariana, com 20 e Carlos, com 21. Os demais quatro filhos são do segundo casamento com o Sr. Jair, Joana, 14, Cláudia, 12, Marcos, 10, e Adriana, 09.

Residem ainda na mesma casa dois sobrinhos de João, de 04 e 05 anos de idade, filhos da irmã mais velha, Mariana, que trabalha em uma boate. O irmão mais velho, Carlos, trabalha como vendedor de painéis e está sempre em outras cidades, ficando esporadicamente em casa.

Moram em uma área de invasão, em uma casa de madeira, sem divisória, com água encanada, luz elétrica e banheiro. Estão no local há cerca de quatro anos. A Sra. Carolina recebe em média R\$ 300,00 mensais e conta com o auxílio da renda do filho mais velho, que fornece R\$ 100,00 mensais para ajudar nas despesas, a filha Mariana não auxilia financeiramente, sai constantemente em companhia das amigas, sendo negligente no cuidado com os filhos. A renda é complementada com o benefício do Governo Federal (Bolsa Família).

O pai de João, primeiro marido da Sra. Carolina, faleceu há cerca de um ano, vítima de assassinato. A convivência do jovem com o padrasto sempre foi marcada por agressões e violência, a mãe descreve que o padrasto sempre sentiu ciúmes de João em relação a ela.

Durante o atendimento o jovem relatou que desde os oito anos, em busca de contribuir para o sustento da família, passou a carregar sacolas na feira e nos supermercados próximos à comunidade em que vivia. Logo em seguida, foi convidado por amigos mais velhos a iniciar pequenos furtos nas ruas e também em ônibus. Algum tempo depois, iniciou atividades no tráfico de drogas. Começou como 'fogueteiro' (ou 'olheiro'), mas rapidamente chegou a gerente de área. Sua atividade inicial de inserção no tráfico foi considerada, pelo adolescente, como o primeiro passo para 'a formação de bandido'. A partir daí, passou a traficar até obter um cargo alto, quando passou a gerente. O jovem afirma que 'virar gerente' significa dedicar-se a atividades de alto risco e 'ter conhecimento', ser da comunidade e apresentar bom relacionamento com os demais integrantes da 'boca de fumo'. Tinha direito a salário e cota de consumo de drogas, da qual não fazia uso. Seu trabalho como gerente no narcotráfico consistia em administrar a venda da mercadoria e prestava contas ao gerente geral. Relata ter poder na comunidade e facilidade para se relacionar com várias mulheres, porém afirmou não ter amigos verdadeiros. Por fim, conta que quase foi morto quando fugia de outro grupo que queria invadir o 'ponto' administrado por ele. Revelou que quer deixar essa atividade por medo de morrer, pois já presenciou muitos colegas serem mortos.

João iniciou sua escolarização aos sete anos de idade e atualmente encontra-se evadido da 5.ª série do Ensino Fundamental. O processo de escolarização do adolescente ficou defasado em virtude de seu envolvimento com o narcotráfico e ele conseguiu concluir até a quarta série do Ensino Fundamental.

A convivência familiar tornou-se difícil, a mãe do adolescente possui dificuldade em exercer o poder familiar, não consegue impor limites aos filhos, especialmente com João, não tem autoridade e procura o Conselho Tutelar até mesmo quando as crianças não querem ir à aula.

Devido aos recorrentes atos ilícitos o adolescente cumpriu medida socioeducativa de internação por 1 ano e 6 meses. Antes da internação o adolescente fazia uso abusivo de substâncias psicoativas.

Durante a internação, o adolescente foi matriculado nas disciplinas de Matemática, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA).

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?³

1] Introdução

No grupo estavam presentes 17 participantes, os quais permaneceram nas atividades durante todo o período, participando dos debates instigados pelos facilitadores e grupo.

No primeiro momento da oficina, os facilitadores fizeram algumas considerações sobre as Medidas Socioeducativas, abordando aspectos do processo legal. No segundo momento da atividade, debateram o atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. E no terceiro momento, ocorreu a discussão do “caso Luciana”.

Durante a discussão do referido caso alguns participantes do grupo demonstraram insatisfação diante dos encaminhamentos propostos, pois estes não estavam de acordo com a realidade de todos os municípios.

2] Descrição da Oficina

A oficina teve início com a apresentação dos profissionais que estavam no grupo, identificando função e município ao qual pertenciam.

Na sequência os facilitadores fizeram um breve relato da experiência com medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), relatando que o CEDEDI-CA “realiza um trabalho de responsabilização do Poder Executivo no Estado do Rio Grande do Sul”, em relação à execução das medidas de LA e PSC.

No primeiro momento da oficina realizaram uma abordagem sobre o campo legal das medidas socioeducativas. Este debate foi sugerido pelos facilitadores devido aos relatos dos adolescentes que participaram da mesa redonda com o tema 'LA e PSC: Que bicho é esse?' no dia anterior (25/11/09), evidenciando ausência da defesa nos processos. Nesse debate, os facilitadores consideraram de extrema importância que os profissionais do Direito, assistentes sociais, psicólogos, e profissionais que trabalham nesta área, conheçam o campo legal das medidas socioeducativas. Abordaram que “o adolescente é um cidadão. Isto é, a partir dos marcos legais da Convenção sobre os direitos da criança e Estatuto da Criança e do Adolescente, o adolescente deixou de ser objeto do Estado, para ser sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, o que significa que devem ter uma maior atenção

3. Regional de Londrina. Facilitadores: Gerson Pereira, Marcelo Andreatta. Relator: Bruna Aparecida Bavia

por parte do Estado. Desse modo, o adolescente tem garantias processuais concernentes ao direito, ao processo legal e ao contraditório da ampla defesa, e que se não existir a defesa o processo é considerado nulo”.

Os facilitadores abordaram que “o cenário jurídico muitas vezes está mais preocupado em 'agilizar' o final do processo e por isso não se apega aos aspectos sociais da vida do adolescente. Somado a isso, os técnicos que trabalham com medidas socioeducativas em meio aberto geralmente temem fazer considerações junto ao Juiz, o que dificulta que os resultados dos processos garantam direitos de fato”. Desse modo, percebe-se que a promotoria tem a hegemonia sobre a sanção da medida socioeducativa, o que segundo os facilitadores não é benéfico ao adolescente uma vez que à promotoria cabe a função de acusar.

Neste contexto, a aplicação da medida aparece muitas vezes como ‘fazer o bem’ ao adolescente, e esta é uma postura que retoma o antigo Código de Menores. No campo da criança e do adolescente quando associam o ato de prender um adolescente a querer o seu bem, mostra-se uma decisão pautada em uma cultura menorista anterior ao ECA.

Assim, para os facilitadores “se esta postura está presente no judiciário, na sociedade, na polícia, e no próprio Conselho Tutelar. Em virtude destas considerações, os facilitadores justificaram terem iniciado a oficina sem falar das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, por reconhecerem que a discussão sobre estas medidas contempla um debate mais amplo referente ao caráter sancionatório das medidas”.

Durante esta fala, os participantes questionaram sobre a experiência dos facilitadores com LA e PSC, e também sobre o debate acerca da execução das medidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Rio Grande do Sul.

Os facilitadores disseram que “não está na lei que a execução tenha que ser no CREAS, e que por isso cada município irá adequar a execução de acordo com sua realidade, sendo Organização não governamental ou CREAS, mas desde que o sistema de garantia de direitos funcione. Está errado o Conselho Tutelar executar LA e PSC, mas em muitos lugares foi onde as medidas em meio aberto tiveram início e isso pode ter sido uma estratégia”.

Relataram ainda que percebem que muitos casos de descumprimento de medidas em meio aberto levam à medida de internação, e que esse fenômeno pode evidenciar que o judiciário não acredita no meio aberto, então cabe aos técnicos do meio aberto “mobilizar o judiciário para que essa realidade mude”.

Os mesmos abordaram que “a comunidade, assim como o Poder Judiciário e Executivo têm a obrigação de acolher as medidas socioeducativas em meio aberto, e por isso, na experiência em ONG utilizam voluntários como mediadores na execução das medidas. E desse modo, a comunidade é fortalecida e a Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade pode se concretizar”.

Segundo os facilitadores, “na sociedade capitalista ocorrem delitos que não há como suprimir como o caso de furto e roubo. Os crimes de grave ameaça não ocorrem em Santo Ângelo devido ao processo de humanização do CEDEDICA, que é referência de humanização para adolescentes e comunidade. E é essa a potencialidade da execução de medidas socioeducativas em meio aberto”.

Diante dos questionamentos dos participantes sobre o CEDEDICA, abordaram que se trata de “uma franquia social autônoma. A partir do Estatuto desta franquia os municípios podem dar início a este projeto mantendo diálogo e troca de experiência com a equipe de Santo Ângelo. Para os facilitadores, a potencialidade de uma ONG está nos ‘bons olhos’ com que a comunidade vê a instituição. E ainda, a possibilidade que a ONG dá contemplando ‘montar um time’ com o perfil necessário para trabalhar com a demanda, pois se algum profissional não se identificar com o trabalho podem trocá-lo sem problemas, diferente do que acontece nos órgãos governamentais em que os profissionais tem estabilidade”.

Na sequência, no segundo momento da oficina entraram no debate sobre LA e PSC especificamente. Apresentaram slides com o título ‘O projeto de atendimento de LA: Uma proposta de trabalho’ (ANEXO 2), com o objetivo de fazer alguns esclarecimentos sobre as medidas em meio aberto. Considerou-se que “geralmente as medidas em meio aberto estão sendo aplicadas seguidas da medida de privação de liberdade, o que vem na contramão da garantia de direitos, e descaracteriza a internação como uma medida excepcional”.

Desse modo, “a execução de medida socioeducativa possui pressupostos que consideram o adolescente como sujeito de direitos e deveres e quem aplica a medida socioeducativa é o Juiz. Assim, o ato infracional é um aspecto da vida do adolescente e o atendimento a ele não deveria ter início a partir de tal ato, para não reforçar a ideia de que ele é ‘mau e precisa cumprir uma pena’. Nesse contexto o ECA é o princípio; referência do atendimento, assim, o atendimento é regido principalmente pela lógica do desafio e não do fracasso. O atendimento de LA e PSC é transdisciplinar e não vigiado; sem segregação de classes. E, os profissionais têm que conhecer a realidade dos adolescentes para compreendê-la”.

Para abordar a LA e PSC apresentaram objetivos gerais e específicos das medidas socioeducativas em meio aberto. Sobre estes objetivos ressaltaram que “se deve ter clareza quanto à ‘contratos’ realizados com os adolescentes, tendo em vista criar condições para o desenvolvimento pessoal e participação produtiva na coletividade. Nessa trajetória deve contar com a presença do técnico do meio aberto; definir os papéis desde o momento da audiência apresentando os técnicos ao adolescente; construindo uma lógica de trabalho para chegar a um fim, estando juntos Conselho Tutelar, meio aberto e judiciário”.

Os participantes questionaram a situação de um município pequeno em que não há o programa de medida socioeducativa de meio aberto “como deveria acontecer o atendimento”. Diante desta pergunta os facilitadores abordaram que “a articulação da rede de atendimento é responsabilidade do técnico de referência indicado pelo município. E que a constituição de uma equipe de referência deve ser organizada de acordo com a realidade do município. Enfatizaram ainda a necessidade de um projeto específico para o meio aberto, a fim de que o serviço não se perca com projetos sociais de combate à pobreza executados no município”.

A técnica da equipe regionalizada da SECJ informou a possibilidade de se “organizar um fluxo de atendimento para municípios pequenos”. Segundo os facilitadores a organização de um fluxo de atendimento supõe “o reconhecimento da demanda no município, isto é, o programa de meio aberto dá visibilidade ao fenômeno. No caso de municípios pequenos a proximidade entre as pessoas faz com que os casos sejam resolvidos ‘caseiramente’, de modo que Conselheiros tutelares tenham uma conversa informal com pais e responsáveis. Essa informalidade gera uma inexistência de dados ou até uma necessidade de se esconder a demanda aplicando medidas de internação. Por isso, a importância de existir a referência do meio aberto”.

Esclareceram que a organização do Programa passa pelo Plano Personalizado de Atendimento o qual surge no momento do acolhimento, e dá início à formatação do projeto de vida do adolescente, “projeto este deflagrado pela equipe técnica do programa”.

Nessa discussão alguns participantes relataram experiências de aplicação de medida de Prestação de Serviços à Comunidade que estão sendo realizadas nos municípios como “a situação de um adolescente que realizou atividade de lavar parede de um Posto de Saúde”. Diante deste exemplo não aprofundaram a discussão sobre o caráter punitivo das medidas socioeducativas.

O terceiro momento da oficina consistiu na discussão do ‘caso Luciana’ (ANEXO 1). Os facilitadores organizaram a sala em círculo para realizar a leitura individual do caso e em seguida as discussões.

Após a leitura foi escolhida a relatora do grupo. O debate foi bastante polêmico, pois as possibilidades de intervenção levantadas pelos participantes não contemplavam a realidade dos municípios pequenos, desse modo foi difícil a elaboração de estratégias para os problemas pontuados e alguns participantes do grupo acharam os encaminhamentos propostos ‘irreais’. Os facilitadores não fomentaram a discussão e deixaram que os participantes fizessem a problematização.

No final, os facilitadores fizeram uma avaliação solicitando que cinco pessoas falassem sobre como foi o aprendizado durante a oficina, o resultado foi que para a maioria dos participantes essa prática deve ocorrer mais vezes.

2.1 Problematização do Caso

Orientados pelo projeto da capacitação o grupo de trabalho deveria proceder os encaminhamentos de um caso fictício (em anexo) como se fizessem parte do Programa de Meio Aberto que receberia os autos do processo de um adolescente.

Nesse sentido, considerando-se a história de vida do adolescente, a equipe do Programa durante a oficina e, com o apoio das facilitadoras, caberia ao grupo recepcionar, acolher, estudar o caso e elaborar o relatório do adolescente.

Posterior a esses encaminhamentos cada equipe do programa deveria encaminhar propostas de atendimento na rede de proteção social. As facilitadoras pediram então, que os membros dos subgrupos se reunissem e respondessem as seguintes questões em relação ao caso Luciana.

O grupo pontuou os problemas e os encaminhamentos que consideraram necessários. Importante ressaltar que a problematização do caso não foi construída conforme o quadro de identificação do 'problema', 'possibilidades de intervenção', e 'rede de serviços' para a apresentação.

QUADRO 1 – PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
• Moradia;	• Política de habitação;	• Órgão executor da política de habitação do município;
• Medida socioeducativa;	• Escolha do orientador voluntário;	• Programa de LA e PSC;
• Escolarização;	• Matrícula;	• Escola;
• Família;	• Qualificação profissional da família; • incluir em programa de geração de renda; • escolarização dos pais;	• Programas sociais que o município disponibiliza;
• Renda;	• Requerer junto à promotoria pensão alimentícia;	• Ministério Público;
• Saúde;	• Encaminhamento para rede de saúde;	• CAPS;
• Situação de violência.	• Acompanhamento psicossocial da família.	• Atendimento que o município disponibilizar.

3] Considerações Finais

As discussões pautadas durante a oficina foram relevantes para que os participantes reconhecessem a necessidade de técnicos de referência para o atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios de pequeno porte.

Os técnicos dos municípios fizeram vários questionamentos aos facilitadores, sobre a execução de medidas socioeducativas no CEDEDICA, buscando esclarecimentos sobre as práticas até então executadas nos municípios em que trabalham. Diante disso, os facilitadores enalteceram a prática de execução de medidas socioeducativas em ONGs devido à experiência que possuem, e não se preocuparam em conhecer a realidade dos municípios representados no grupo, a qual não contempla a execução de LA e PSC em ONG.

No momento da problematização do caso, pode-se notar a dificuldade de elaborar estratégias para a garantia dos direitos da adolescente a qual o texto se referia, e o enfoque da discussão ocorreu nos encaminhamentos às instituições e programa de atendimento de medida socioeducativa em meio aberto, este último não constituído na maioria dos municípios presentes no grupo. Assim, os encaminhamentos principalmente em relação à medida socioeducativa não foram de encontro com a realidade dos municípios, este fato gerou polêmica entre os participantes do grupo.

No entanto, este procedimento ocorreu tendo em vista a orientação dos facilitadores para que utilizassem o conhecimento adquirido na capacitação e na oficina para resolver o caso, como se já tivessem um programa de meio aberto nos municípios. Possivelmente esta abordagem dificultou a construção de estratégias e metodologia de atendimento para as medidas em meio aberto nos municípios que não possuem programa.

Anexo 1 – Caso Luciana

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS

A adolescente Luciana tem 15 anos de idade e mora com a família em uma peça cedida, de madeira e com estrutura precária. O cômodo possui infraestrutura de água e energia elétrica, mas não conta com rede de esgoto. Pelo fato deste ser pequeno torna-se impossível duas pessoas se movimentarem. Há somente uma cama de solteiro, onde dormem a genitora e o padrasto, não havendo espaço para a adolescente. Inclusive a genitora relata a dificuldade em receber a filha quando sair do internamento, pois não tem como recebê-la onde mora atualmente. Afirma que Luciana não dormia em casa por falta de espaço e estrutura, por esse motivo dormia pelas ruas.

Segundo a percepção da genitora a falta de condições e estrutura, assim como, a influência de outros adolescentes foi o que a levou Luciana a se envolver com o ato ilícito.

A renda familiar provém somente do Programa Bolsa Família e do trabalho esporádico de serviços gerais do padrasto de Luciana, Sr. Miguel, e que gira em torno de R\$15,00 por dia. A senhora Joana atualmente encontra-se desempregada.

A genitora relata que seu companheiro anterior, também padrasto de Luciana, era alcoolista e a agredia fisicamente, e ela suspeitava de que abusava ele sexualmente da adolescente. Seu atual companheiro, senhor Miguel da Silva, segundo ela, possui um bom relacionamento com a adolescente. Luciana não tem contato com o pai biológico.

Existem suposições de que a adolescente é explorada sexualmente. Com relação ao uso de substâncias psicoativas, a genitora relata que não sabia que a adolescente fazia uso, porém, começou a notar um comportamento agressivo na filha, mas que Luciana nunca retirou nada de casa para comprar drogas, como também nunca a agrediu fisicamente.

Quanto ao relacionamento familiar, percebe-se muita afetividade entre ambas. A genitora apresenta-se sempre preocupada, sempre realiza ligações telefônicas neste CENSE para saber notícias da filha e tem ido semanalmente visitá-la. Segundo ela, a filha relata que deseja mudar, não se envolver mais com atos ilícitos e que deseja trabalhar. Em entrevista com a genitora, fomos informados de que desde pequena Luciana apresentava dificuldades para manter a atenção, na aquisição do conteúdo formal na escolarização e no estabelecimento do laço social. Na relação com os adultos buscava o isolamento e com as demais crianças mostrava-se agressiva. A Sra. Joana menciona que por várias vezes foi chamada na escola para ser alertada acerca das

atitudes antissociais da filha, em uma dessas ocasiões o ex-padrasto bateu na adolescente em frente aos professores e demais alunos da escola.

A adolescente relata agressões que sofreu no período de sua pré-adolescência, desse ex-padrasto, Sr. Carlos, alcoolista, a ponto de apresentar sangramentos na região do ouvido devido à intensidade da violência doméstica, informações confirmadas pela genitora.

Na gestação de Luciana, Sra. Joana realizou uma tentativa de aborto incitada pela sogra, que não queria reconhecer a neta. O relacionamento entre mãe e filha é marcado por uma relação de dependência.

Por meio do discurso materno observamos que ela tende a esconder da filha situações de sua história de vida para protegê-la, como por exemplo, que seu genitor tinha um relacionamento extraconjugal com sua tia materna.

A adolescente manifesta que iniciou o uso de substâncias psicoativas aos 13 anos de idade.

Luciana Soares, iniciou sua escolarização aos sete anos de idade na cidade de Terra Roxa, no ano de 1997, quando não conseguiu aprovação, vindo a matricular-se no ano seguinte, 1998 para cursar a mesma série, porém na Escola Municipal Alves Brito da Silva. Nesta escola estudou até a 3.ª série do Ensino Fundamental, 5.ª a 8.ª séries. Em 2003, efetuou matrícula para a 5.ª série, atualmente encontra-se na 6.ª série.

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?⁴

1] Introdução

No segundo dia da Formação dos Atores do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto do Estado do Paraná chegou o momento de separar os subgrupos e colocar a 'mão na massa', discutir as questões cotidianas de cada município e elaborar possíveis encaminhamentos para as mais diversas práticas.

A Oficina 'O que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto', ora sistematizada, aconteceu na Capacitação do Programa Liberdade-Cidadã na regional de Londrina e contou com a participação de 14 pessoas, oriundas de municípios de pequeno porte, conforme já explicitado no projeto pedagógico que orienta a capacitação.

Neste contexto, iniciou-se a oficina 'O que é medida socioeducativa em meio aberto?', conduzida pelo facilitador Marcio Busato, psicólogo e componente da equipe técnica do Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (COMSE) de Araucária, ministrada a um grupo composto por representantes de municípios de pequeno porte da macrorregião de Santo Antônio da Platina e Maringá.

Ao ingressar no espaço onde seria realizada a oficina era perceptível, entre os participantes, o clima de dúvida e expectativa sobre o que estaria por vir.

Durante o desenvolvimento da atividade o entrosamento foi nítido que o clima apreensivo deu lugar ao ambiente intimista, onde frustrações e dificuldades diversas foram tranquilamente acolhidas e discutidas de maneira construtiva.

O grupo estava menor do que o previsto, algumas pessoas se conheciam outras não, aparentemente todas estavam dispostas a trocar experiências a principalmente aprender coisas novas.

2] Descrição da Oficina

A oficina iniciou com alguns poucos minutos de atraso e o facilitador solicitou que todos retirassem seus crachás e caminhassem pela sala observando uns aos outros e se apresentando através de apelidos adquiridos por cada um durante sua infância.

Na sequência, solicitou a cada participante que relembresse sua infância: como foi e quais brincadeiras gostava de fazer. Posteriormente, o facilitador solicitou que todos pensassem em sua adolescência e como esta se deu. Pediu ainda a todos que, caminhando pela sala, pensassem nos trabalhos desenvolvidos atualmente com adolescentes em seus respectivos municípios.

4. Regional de Londrina. Facilitador: Márcio Araújo Busato. Relator: Vanessa Rosa Bastos da Silva.

O facilitador preparou três cartazes com as seguintes palavras: ‘Queremos’, ‘Temos’ e ‘Somos’.

De maneira livre foi solicitado a todos que escrevessem em cada cartaz o que seriam, o que teriam e o que queriam em seus municípios de atuação profissional. Abaixo a sistematização das questões apresentadas nos cartazes.

QUADRO 1 – SOMOS, TEMOS E QUEREMOS

SOMOS	TEMOS	QUEREMOS
• Elo de ligação do estado e dos municípios	• Atendimento vinculado às atividades do CRAS;	• Trabalho em rede efetivo;
• Órgão Gestor do CRAS (Paiçandu, São João do Caiuá e Borrazópolis);	• Acolhida, encaminhamentos, abordagem, escuta qualificada, orientações;	• Equipe técnica direcionada;
• Programas;	• Técnicos;	• Apoio do gestor municipal;
• CRAS/Pitangueiras;		• Programas;
• Ainda não somos;	• 40 municípios com técnicos (que estão hoje aqui comprometidos);	• Capacitação;
• CRAS/São Manoel;	• Vontade de realizar um bom trabalho;	• Trabalho jurídico menos moroso;
• CRAS/Jandaia do Sul;	• Técnicos capacitados;	• Maior autonomia;
• CRAS/Maringá;	• Grupo socioeducativo com famílias e adolescentes;	• Mobilização e apoio;
• CRAS/Nossa Senhora das Graças;	• Aulas de violão, dança, teatro e computação;	• Articulação concretizada;
• CRAS/Sabáudia;	• Comprometimento;	
• Gestores de políticas para a infância e juventude.	• Programa de Prestação e Serviços à Comunidade.	• CREAS, técnicos para atendimento de proteção especial, cursos e oficinas.

Após completar os cartazes Marcio solicitou que todos observassem os escritos e fizessem comentários. Uma pessoa pontuou que no cartaz ‘Somos’ alguém escreveu “programas” e, portanto, isso o descaracterizaria como sujeito senhor de suas ações.

Sobre o cartaz ‘Temos’ alguém disse “frustração”, mas esta palavra não estava escrita no cartaz, e se referia aos empecilhos encontrados no cotidiano de trabalho em seu município. Diante desta fala, iniciou-se uma discussão envolvendo a maioria dos componentes, sobre as dificuldades de se trabalhar com infraestrutura insuficiente. Na tentativa de trazer o grupo de volta ao objetivo inicial, Marcio pontuou os aspectos positivos escritos ainda neste cartaz.

Em 'Queremos', o facilitador leu todos os escritos e o grupo acrescentou que gostariam de apoio por tratar-se de um trabalho difícil; alguém disse: "Queremos o comprometimento de todos os atores envolvidos para fazer acontecer".

Prosseguindo o encontro, o facilitador apresenta quatro frases, sendo elas:

- a) "Todo ser humano é potencialmente espontâneo e criativo";
- b) "É impossível não comunicar";
- c) "O ser humano só se desenvolve em um ambiente afetivo e provido de limites";
- d) "Existe uma hierarquia de necessidades comum a todo ser humano".

Após apresentação solicitou-se que cada elemento se aproximasse de um cartaz em branco, assim as pessoas se agruparam de acordo com a escolha de uma das frases, cada subgrupo foi orientado a reescrever a frase da maneira que achasse mais adequada.

O primeiro grupo, se referindo a frase "a", ao invés de reescrever resolveu desenhar uma cabeça com ideias e dúvidas fervilhando, acompanhada dos tópicos:

- **Descoberta de valores;**
- **Oportunidades, espaço de escuta e acolhida.**

O facilitador solicitou que os mesmos apresentassem sua produção e, portanto, uma pessoa explicou que o grupo escolheu tal frase por esta refletir a forma como eles acreditam que se dá o desenvolvimento da personalidade do adolescente e que os tópicos representam os pilares no trabalho realizado com estes.

Segundo grupo se referindo à frase "b" reescreveu: "Tudo se resolve com a comunicação", e desenhou uma televisão, um computador, um telefone, mãos, olhos e boca. Questionados sobre o motivo da escolha desta frase, o grupo respondeu acreditar que o diálogo é o caminho para o trabalho com os adolescentes e seus familiares, e que este pode acontecer nas mais variadas formas.

Neste momento, Marcio lançou o desafio de que todos os presentes tentassem não comunicar algo, assim a reflexão transcorreu com a conclusão de que, a todo momento estamos nos comunicando, mesmo que esta não seja a intenção.

O terceiro grupo se referindo a frase "c" não reescreveu, somente desenhou uma casa onde uma família composta por pai, mãe e dois filhos assistiam televisão e um dos filhos diz: 'Eu quero!' e os pais respondem negativamente.

Um representante explicou a importância dos pais estabelecerem limites/regras aos seus filhos para que os mesmos saibam lidar com frustrações ao longo de sua vida. Neste momento, Marcio pontuou que o estabelecimento de limites se dá através da afetividade.

O quarto e último grupo, se referindo a frase “d”, escreveu: “Priorizar o que é prioridade...” relacionado ao direito básico para o desenvolvimento, direito fundamental do ser: condições de vida, estudo, fala, alimentação etc.

Um membro do grupo escolhido como porta voz explicou acreditar que todas as pessoas possuem as mesmas necessidades desde seu nascimento, porém algumas são satisfeitas e outras não, pelos mais diversos fatores (familiares e sociais) e que precisamos conseguir observar o outro (neste caso, o adolescente) para saber suas reais necessidades no momento de desenvolvimento do trabalho.

Após esta fala, Marcio solicitou que uma pessoa fosse voluntária no grupo para representar um personagem a ser construído neste momento. Uma moça se prontificou e o facilitador solicitou que o grupo atribuísse características a este personagem que seria uma adolescente autora de ato infracional e estava chegando para o primeiro atendimento, o resultado foi: Mariquinha, treze anos, pensa que a vida não gosta dela, brigou com um vizinho e foi internada pelo motivo de lesão corporal grave.

Iniciou-se uma dramatização do momento em que Mariquinha chegou para acolhida. A pessoa que representou a assistente social no ato de recebimento do caso apresentou dificuldades em explicar para Mariquinha o que era e como funcionaria o cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida. Neste momento, algumas pessoas tentaram ajudar dando sugestões, iniciou-se uma discussão técnica sobre qual procedimento seria mais adequado, levando-se em consideração que cada município ali presente tem sua forma própria de trabalhar.

Devido ao horário adiantado, Marcio avisou sobre a pausa para o almoço e todos se comprometeram a retornar no horário combinado para dar sequência ao trabalho. Ao retornar, o facilitador apresentou ao grupo um novo caso para discussão, sendo este também comum a alguns dos outros grupos de trabalho.

Antes de iniciar as discussões sobre as possíveis intervenções neste caso, Marcio distribuiu exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente e juntos leram os artigos que descreviam as medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), pontuando as diferenças básicas entre uma e outra, além da necessidade do adolescente em desenvolver referências para a reconquista da sua cidadania. Todos acompanharam atentamente a leitura, até que alguém do grupo, em sua fala, se refere à Prestação de Serviços à Comunidade como “pena”. Marcio tentou explicar que a medida socioeducativa, seja ela qual for, tem o caráter de responsabilizar e conseqüentemente educar o adolescente em questão, podendo servir como um trampolim para novas possibilidades em sua vida, sendo diferente do caráter meramente punitivo.

Outra dúvida que surgiu nesse momento foi quanto ao acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida que, em alguns municípios, é realizado pelo conselho tutelar. Marcio explica que esta é uma prática inconstitucional, pois o conselho tutelar tem outras atribuições relacionadas à proteção básica de crianças e adolescentes e, portando, cada técnico deve desempenhar a função que lhe cabe, e ainda sugere uma possível conversa com o poder judiciário local para o esclarecimento de tais questões.

Prosseguindo, o facilitador apresentou ao grupo um modelo de Plano Personalizado de Atendimento (PPA) utilizado pelo Centro Operacional de Medidas Socioeducativas, seguindo o formato indicado pelos Cadernos da SECJ.

O facilitador explica que esse instrumental é construído pouco a pouco, junto com o adolescente e serve como diagnóstico do caso, norteador das possíveis ações e compromissos assumidos durante o cumprimento da medida socioeducativa, e que para o sucesso destas metas a relação do técnico com o adolescente é aspecto de suma importância.

O próximo passo do grupo foi pontuar a importância do trabalho com a rede de atendimento local, estabelecendo vínculos com os demais serviços através de visitas institucionais e contatos telefônicos, criando assim oportunidades de parceria e consequentemente melhora na qualidade do atendimento prestado ao adolescente e à sua família.

Após esta instrumentalização teórica, foi realizado um intervalo. Na sequência, o facilitador solicitou o posicionamento do grupo sobre o caso Luciana e todos decidiram discutir juntos. Pensaram em diversas possibilidades, como por exemplo, a necessidade e qual a melhor maneira de utilizar uma linguagem clara e afetiva durante os atendimentos, pela qual a adolescente pudesse entender sua própria situação e aceitar os possíveis encaminhamentos.

Os principais aspectos discutidos pelo grupo, antes de concluir a apresentação, foram: entendimento por parte de todos os envolvidos sobre o que seria medida socioeducativa; qual tipo de vínculo do técnico responsável pelo caso com o adolescente; necessidade de estabelecimento de vínculo com a família; preenchimento adequado da ficha de cadastro e levantamento social. O resultado dessa discussão foi:

QUADRO 1 - PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
• Uso de substâncias psicoativas;	• Avaliação na Unidade Básica de Saúde;	• Encaminhamento: CAPS-AD, atendimento psicológico, comunidades terapêuticas e recursos comunitários.
• Renda familiar;	• Incluir a mãe em um curso de geração de renda;	• Assistência Social;
• Habitação;	• Acionar a prefeitura para que entre em contrapartida no auxílio a família; • Comunicar ao Ministério Público que a família não tem moradia;	• Prefeitura Municipal; • Ministério Público;

• Rede social;	• Acompanhamento psicológico; • Incluir no Projovem; • Inserir em programas existentes no município como esporte e cultura;	• Secretaria do Esporte; • Secretaria da Cultura; • Rede de Saúde e CAPS; • Projovem;
• Escola;	• Conversar com a pedagoga da escola para ver a questão do histórico escolar e saber mais sobre a adolescente;	• Escola Estadual;
• Saúde.	• Encaminhar para a UBS; • Encaminhar o adolescente para exames de doenças sexualmente transmissíveis. Realizar exame clínico geral ginecológico, odontológico, etc.	• Secretaria da Educação;

Após os encaminhamentos, o facilitador solicitou um voluntário para que no dia seguinte apresentasse os resultados da discussão aos demais participantes do Seminário. Tendo definido isso, Marcio encerra o encontro realizando a sua avaliação com o grupo. As falas apresentadas na avaliação foram estas:

- a) "gostei muito da didática utilizada";
- b) "gostei da prática (dramatização)";
- c) "ótima oportunidade de socializar problemas";
- d) "o início foi muito demorado (parte da manhã)";
- e) "gostei da vivência de representar técnico e adolescente";
- f) "estou cansada, mas foi muito legal";
- g) "gostaria que mais pessoas da minha equipe participassem de um encontro como este";
- h) "gostei das dramatizações, acho importante separar municípios de acordo com o tamanho, queria discutir mais casos";
- i) "legal observar esta experiência antes de atender um caso concreto".

3] Considerações Finais

Foi um dia bastante produtivo, ao final era perceptível o cansaço na face de todos os participantes, que realmente se debruçaram sobre as questões propostas ao longo do dia.

Perceptível também fora a vontade de aprender e trocar experiências, cada um com sua postura e característica pessoal contribuiu de maneira significativa com a riqueza do debate.

Acredito que a metodologia utilizada pelo facilitador Marcio favoreceu o surgimento de várias situações delicadas e constantes no cotidiano do trabalho desses profissionais, podendo estas, serem discutidas e tratadas no grupo de maneira simples, direta e profissional. Aparentemente todas as dúvidas foram de alguma forma sanadas.

Avalio que no geral os participantes saíram satisfeitos e ansiosos para multiplicar o conteúdo absorvido, assim como também, na expectativa de participar dos próximos encontros.

Formações como esta precisam acontecer constantemente, trata-se de uma oportunidade única de desenvolvimento da prática profissional e conhecimento da realidade estadual.

Anexo 1 – Caso Luciana

AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS

A adolescente Luciana tem 15 anos de idade e mora com a família em uma peça cedida, de madeira e com estrutura precária. O cômodo possui infraestrutura de água e energia elétrica, mas não conta com rede de esgoto. Pelo fato deste ser pequeno torna-se impossível duas pessoas se movimentarem. Há somente uma cama de solteiro, onde dormem a genitora e o padrasto, não havendo espaço para a adolescente. Inclusive a genitora relata a dificuldade em receber a filha quando sair do internamento, pois não tem como recebê-la onde mora atualmente. Afirma que Luciana não dormia em casa por falta de espaço e estrutura, por esse motivo dormia pelas ruas.

Segundo a percepção da genitora a falta de condições e estrutura, assim como, a influência de outros adolescentes foi o que a levou Luciana a se envolver com o ato ilícito.

A renda familiar provém somente do Programa Bolsa Família e do trabalho esporádico de serviços gerais do padrasto de Luciana, Sr. Miguel, e que gira em torno de R\$15,00 por dia. A senhora Joana atualmente encontra-se desempregada.

A genitora relata que seu companheiro anterior, também padrasto de Luciana, era alcoolista e a agredia fisicamente, a ela suspeita de que abusava ele sexualmente da adolescente. Seu atual companheiro, senhor Miguel da Silva, segundo ela, possui um bom relacionamento com a adolescente. Luciana não tem contato com o pai biológico.

Existem suposições de que a adolescente é explorada sexualmente. Com relação ao uso de substâncias psicoativas, a genitora relata que não sabia que a adolescente fazia uso, porém, começou a notar um comportamento agressivo na filha, mas que Luciana nunca retirou nada de casa para comprar drogas, como também nunca a agrediu fisicamente.

Quanto ao relacionamento familiar, percebe-se muita afetividade entre ambas. A genitora apresenta-se sempre preocupada, sempre realiza ligações telefônicas neste CENSE para saber notícias da filha e tem ido semanalmente visitá-la. Segundo ela, a filha relata que deseja mudar, não se envolver mais com atos ilícitos e que deseja trabalhar. Em entrevista com a genitora, fomos informados de que desde

pequena Luciana apresentava dificuldades para manter a atenção, na aquisição do conteúdo formal na escolarização e no estabelecimento do laço social. Na relação com os adultos buscava o isolamento e com as demais crianças mostrava-se agressiva. A Sra. Joana menciona que por várias vezes foi chamada na escola para ser alertada acerca das atitudes antissociais da filha, em uma dessas ocasiões o ex-padrasto bateu na adolescente em frente aos professores e demais alunos da escola.

A adolescente relata agressões que sofreu no período de sua pré-adolescência, desse ex-padrasto, Sr. Carlos, alcoolista, a ponto de apresentar sangramentos na região do ouvido devido à intensidade da violência doméstica, informações confirmadas pela genitora.

Na gestação de Luciana, Sra. Joana realizou uma tentativa de aborto incitada pela sogra, que não queria reconhecer a neta. O relacionamento entre mãe e filha é marcado por uma relação de dependência.

Por meio do discurso materno observamos que ela tende a esconder da filha situações de sua história de vida para protegê-la, como por exemplo, que seu genitor tinha um relacionamento extraconjugal com sua tia materna.

A adolescente manifesta que iniciou o uso de substâncias psicoativas aos 13 anos de idade.

Luciana Soares, iniciou sua escolarização aos sete anos de idade na cidade de Terra Roxa, no ano de 1997, quando não conseguiu aprovação, vindo a matricular-se no ano seguinte, 1998 para cursar a mesma série, porém na Escola Municipal Alves Brito da Silva. Nesta escola estudou até a 3.^a série do Ensino Fundamental, 5.^a a 8.^a séries. Em 2003, efetuou matrícula para a 5.^a série, atualmente encontra-se na 6.^a série.

MACRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?⁵

1] Introdução

No decorrer da oficina, foi possível notar que todos os integrantes do grupo participaram de forma ampla das atividades desenvolvidas.

Além disso, observou-se que os profissionais realmente buscavam a capacitação, para com isso atender de forma efetiva a demanda que lhes é posta em seu cotidiano profissional.

Os facilitadores conduziram de forma coerente a oficina, contudo, os mesmos acabaram centralizando em muitos momentos as falas, fato esse que limitou a discussão.

Percebeu-se de forma geral, que os profissionais que participaram da oficina gostaram das atividades desenvolvidas. Além disso, foram frequentes os comentários que elogiavam a iniciativa da comissão organizadora pela capacitação.

2] Descrição da Oficina

PERÍODO MATUTINO

Inicialmente osicineiros se apresentaram relatando que os mesmos possuem uma ampla experiência com medidas socioeducativas em meio aberto. Em seguida, oicineiro Marcelo afirmou que a oficina seria desenvolvida a partir de um diálogo, relatando que iria dar ênfase à questão da defesa do adolescente em conflito com a lei, pois há três semanas anteriores a esse evento eles estiveram em outra capacitação, em Londrina, e lá havia uma mesa redonda com alguns adolescentes que cumpriam medida socioeducativa, sendo que nesse contexto os adolescentes afirmaram que não tiveram defesa durante todo o processo que originou a medida socioeducativa. Dessa forma, ele observou que não existe no Estado do Paraná defesa para os adolescentes. Oicineiro colocou que os adolescentes têm direito a defesa, sendo que no Ministério Público do Paraná essa questão não tem ocorrido.

Aponta que para que as medidas ocorram, de forma legal, é necessário que o Ministério Público represente os adolescentes e que esses adolescentes também possuam ampla defesa. Para oicineiro Marcelo, no Estado do Paraná não existe uma defensoria pública estruturada:

“Qualquer adulto responde a um processo por meio da defesa, pois só depois de condenado ele cumprirá a pena. Se o mesmo episódio ocorresse com os adolescentes, provavelmente eles não seriam privados de liberdade. Dessa forma, os adultos respondem ao processo legal por meio de advogado, já os adolescentes não são defendidos por um advogado”, disse.

5. Regional de Foz do Iguaçu. Facilitador: Gerson Pereira, Marcelo Andreatta.
Relator: Adriéli Volpato Craveiro.

Ainda segundo o oficinairo Marcelo, o espírito do Ministério Público é eminentemente acusatório, sendo que não está no seu ofício defender o adolescente. Por melhor intencionado que seja o promotor tem que haver defesa para esses adolescentes.

Em seguida, o oficinairo Marcelo resgatou um pouco da história da criança e do adolescente no Brasil, relatando que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as crianças e os adolescentes passaram a ser sujeitos de direito, de objetos de direitos para cidadãos.

Por que um adolescente recebe uma medida socioeducativa e o adulto uma pena? Devido ao fato de que a natureza da medida socioeducativa que é distinta da pena. Para o adulto a natureza da pena é majoritariamente punitiva e a natureza da medida socioeducativa, além do caráter punitivo, possui um caráter pedagógico. É esse equilíbrio entre o caráter pedagógico e o punitivo que devemos levar em conta (Oficineiro Marcelli).

Já o oficinairo Gerson disse que toda e qualquer medida deveria ocorrer a partir de um caráter punitivo, concomitantemente com a medida de proteção.

Para o oficinairo Marcelo a medida socioeducativa tem que ter o caráter punitivo, pois "o adolescente tem que se responsabilizar pelo ato que ele cometeu". No Rio Grande do Sul os oficinairos percebem que existem municípios em que os adolescentes optam por não cumprir sua medida, sendo que muitas vezes "não ocorre nada com eles", por eles não cumprirem a medida. Dessa forma, os oficinairos relataram que a medida socioeducativa também precisa ter o lado punitivo, pois, caso contrário, os adolescentes terão sempre a falsa impressão "de que nada vai ocorrer".

Segundo o oficinairo Marcelo, "em municípios de médio e grande porte, se o adolescente comete cinco furtos, por exemplo, ele acaba na próxima vez sendo privado de liberdade, pois o meio aberto não funcionou". Dessa forma para ele devemos investir no meio aberto para evitarmos a internação. Completa ainda dizendo que existe uma cultura no Brasil que "privilegia a implementação do regime privado e só depois a do meio aberto". Ainda segundo o oficinairo, o governo do Estado do Paraná está saindo na frente de outros estados brasileiros, pois está buscando superar essa realidade, investindo no meio aberto.

De acordo com o oficinairo Gerson, o que ocorre com o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA "é que cada um interpreta o ECA do jeito que quer". Sendo que, o papel do advogado é primordial para interpretar essa legislação. Outra questão que o oficinairo relatou é que "não dá para acreditar, que em um evento desse porte, não encontramos nenhum advogado". Sendo que, a maioria das pessoas presentes nesse evento não tivessem formação jurídica, dessa forma ele sugeriu para que todos os participantes do grupo buscassem o embasamento jurídico, independentemente da sua formação.

Para o oficinairo Gerson, o programa de execução de medida socioeducativa é diferente de programa social, sendo que muitas vezes os órgãos que devem executar as medidas socioeducativas estão misturados com os programas sociais. Dessa forma, segundo ele, devemos dominar as distinções das medidas com os programas sociais. Ainda de acordo com o oficinairo Gerson, antigamente tudo era

encaminhado para a Secretaria da Ação Social, sendo que nos últimos anos as medidas socioeducativas ganharam espaço, contudo, hoje essas medidas estão sendo encaminhadas primeiramente para o CRAS e depois para o CREAS. (Dos profissionais ali presentes doze trabalhavam no CRAS e cinco no CREAS e uma na educação).

Segundo o oficinairo Gerson, não existe nenhuma legislação que coloca que as medidas socioeducativas devem ser executadas nos CRAS e nos CREAS e de acordo com o ele essa é a discussão do momento. Ainda

Segundo Gerson, em municípios pequenos, por ter pouca demanda de adolescentes que devem cumprir medidas em meio aberto, as pessoas acreditam que não exista necessidade de existirem programas de meio aberto estruturados. Sendo que, quando ocorre um assassinato, por exemplo, promovido por um adolescente, a sociedade toda se mobiliza em torno da redução da maioridade penal, mas nada foi feito para prevenir tal situação. Não devemos, segundo o oficinairo, viver em nosso trabalho “a lógica do Big Brother”, na qual buscamos eliminar as pessoas e não resolver os problemas.

Maria Lucia, do município de Cafelândia, pediu a palavra aos oficinairos e afirmou que: “as medidas socioeducativas são colocadas muitas vezes enquanto punição, sendo que toda a vez que caminhamos nesse sentido acabamos perdendo a dimensão da garantia dos direitos”. Além disso, ela afirmou que em seu município muitos adolescentes não cumprem a medida socioeducativa, depois questionou os oficinairos em como resolver essa situação.

O oficinairo Marcelo afirmou que o não comparecimento dos adolescentes para cumprir as medidas socioeducativas envolve todo um processo mais amplo, sendo que uma das estratégias encontradas pelo CEDEDICA, onde os oficinairos atuam, é que os técnicos e a própria coordenação deste programa sempre comparece à audiência dos adolescentes. Com isso, o Juiz, após estipular a medida para o adolescente, já apresenta o profissional do CEDEDICA ao adolescente, marcando data e hora para que o adolescente compareça à instituição.

Laircy, do município de Anahy, afirmou que em seu município ela “manda o conselho tutelar ir atrás dos adolescentes para ver o motivo pelo qual esses adolescentes não estão cumprindo sua medida”, ou seja, sempre que ela não consegue ela aciona o conselho.

Após essa fala, os oficinairos afirmaram que isso não seria responsabilidade do Conselho Tutelar, e sim dos órgãos que executam as medidas socioeducativas. Pois o ECA preconiza um sistema terciário de garantia, sendo que o terceiro sistema é a de garantia aos direitos sociais (educação e saúde, por exemplo). O segundo sistema é o sistema protetivo, sendo que é aqui que o conselho tutelar entra, e é para isso que ele existe. O Conselho Tutelar não deve executar as medidas socioeducativas.

Marly, de São Miguel, disse que esteve em uma capacitação em Foz do Iguaçu, sobre exploração sexual (semana anterior ao evento) e que lá nessa capacitação houve um debate sobre as medidas socioeducativas e que nesse espaço ela aprendeu “que os conselhos tutelares devem fiscalizar o motivo pelo qual os adolescentes não estão frequentando a medida socioeducativa”. Dessa forma, ela relatou

que as capacitações não estavam tendo uma discussão padronizada, sendo que as informações que foram repassadas nas capacitações eram equivocadas.

Para o oficinairo Gerson, os conselheiros tutelares quase sempre não têm formação para atuar no cargo, sendo que isso acarreta em inúmeras consequências negativas. O Conselho Tutelar tem um papel fundamental, que é o de atuar de forma competente na medida de proteção, sendo que dessa forma, ele poderá prevenir com que muitos adolescentes entrem no mundo da criminalidade.

O oficinairo Gerson, disse que as medidas socioeducativas não são oriundas apenas de um cenário social, mas fazem parte de todo um cenário político.

Lairce, do município de Anahy, afirmou que as capacitações pecam em uma questão: “os gestores não participam das capacitações, sendo que muitas vezes os profissionais participam das capacitações e voltam para os municípios e acabam sendo barrados pelos gestores”.

Para o oficinairo Gerson, o problema das medidas socioeducativas serem executadas pelo estado é que: “entra governo e sai governo, e os programas que executam as medidas socioeducativas acabam se tornando programas de governo, não tendo uma continuidade”.

Segundo ele, no Rio Grande do Sul cada adolescente privado de liberdade custa aos cofres públicos R\$ 6.000,00. Sendo que devemos investir no meio aberto, pois é muito mais barato e mais eficaz, assim se reduziria a demanda para a internação. Para ele, o valor gasto pelo CEDEDICA com os adolescentes, está em torno de R\$ 300.00. Então, do ponto de vista financeiro, compensa mais investir no meio aberto.

Segundo o oficinairo Marcelo, é necessária a articulação com toda a rede, principalmente com a educação, para que os direitos dos adolescentes sejam efetivados.

PERÍODO VESPERTINO

Os oficinairos iniciaram o período da tarde com o relato sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, destacando os artigos que tratam das medidas socioeducativas em meio aberto no ECA, dessa forma, os oficinairos relataram que a Prestação de Serviço à Comunidade muitas vezes é executada de forma errada. Sendo que a PSC deve ser executada a partir de um serviço à comunidade e não apenas por meio de oficinas.

O oficinairo Marcelo relatou que não é contra “o adolescente em estar cumprindo sua medida socioeducativa em um hospital dobrando lençol, por exemplo, desde que a medida seja direcionada de forma correta”. Pois a medida de PSC deve ser um trabalho produtivo de interesse público social, sendo que deve ser realizado no máximo em seis meses, por oito horas semanais. As entidades, pelas quais os adolescentes prestam o serviço à comunidade, devem ter uma pessoa de referência para acompanhar o adolescente. Contudo, afirmou ser contra a PSC na brigada militar, pois essa tem uma posição totalmente punitiva.

O oficinairo Marcelo também relatou que o programa de execução de medidas socioeducativas deve estar escrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em relação à medida de LA, o oficinairo Gerson disse que a Liberdade Assistida não tem que ser Liberdade vigiada, pois a nossa missão não é vigiar os adolescentes e sim trabalhar na perspectiva da socioeducação.

Todo o adolescente que cumpre LA deve ter um orientador, sendo que este tem a missão de articular com a educação, no que se refere ao acompanhamento do adolescente na escola (Oficineiro Marcelo). Devemos também articular, em nosso município, com os locais que oferecem a profissionalização (SENAI, SENAC).

Além disso, o oficinairo Gerson afirmou que devemos trabalhar com a família, sendo que para isso, o preconceito que muitas vezes existe entre nós, deve ser superado. Todo o adolescente que se encontra em medida socioeducativa tem uma família.

Finalizando, pode-se perceber, por meio das falas, que muitos profissionais não conhecem a equipe regionalizada da SECJ e nem ao menos sabiam que podiam pedir assessoria para estes no que se refere às medidas socioeducativas.

2.1 Relato do Caso- Discussões e Encaminhamentos

Primeiramente os oficinairos pediram para que os participantes lessem o caso “Luciana” (em anexo) e que depois desenvolvessem os encaminhamentos.

Após, os oficinairos orientaram os participantes para pensarem em um orientador para acompanhar a adolescente (do caso). Contudo, os membros do grupo questionaram os oficinairos dizendo que os municípios do Paraná, que estavam no grupo, têm uma realidade diferente da do CEDEDICA, pois, nesses municípios geralmente o técnico também é o orientador.

Os oficinairos destacaram que se não existem profissionais enquanto orientadores, então se faz necessário recorrer ao voluntariado. Contudo, os membros da equipe se posicionaram contra essa prática, além disso, disseram ser impossível, nos municípios presentes ter um orientador para acompanhar os adolescentes, que não sejam os próprios técnicos.

Uma técnica, da prefeitura de Ubitatã, relatou que em seu município a Primeira Dama, gestora, centraliza o atendimento das medidas, colocando o programa como “se fosse seu”.

Outra questão colocada por alguns integrantes do grupo é que, nos municípios da região, eles tiveram a orientação, por meio das técnicas da secretaria, de que as medidas socioeducativas deveriam ser executadas no órgão gestor e não nos CRAS.

Após essas discussões os profissionais construíram um esboço do seriam os problemas, as possibilidades de intervenção e os encaminhamentos, como podemos observar abaixo:

Problematização do Caso – Identificar		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Moradia;	Inclusão no programa de habitação;	Secretaria de habitação;
Suspeita de exploração sexual;	Encaminhamento para atendimento especializado;	CREAS;
Desemprego da mãe;	Capacitação para inserção no mercado de trabalho;	CRAS/ Secretaria do trabalho;
Vínculo familiar;	Programa de orientação e apoio sociofamiliar;	CRAS/CREAS;
Dificuldade de aprendizagem;	Avaliação psicopedagógica e neurológica (se necessário);	Secretaria de educação e saúde
Violência doméstica;	Acompanhamento psicossocial e socioeducativo familiar;	CREAS/CRAS “Programa de enfrentamento à violência intrafamiliar”;
Distúrbio de comportamento;	Avaliação psicológica;	Psicólogo;
Pensão alimentícia;	Orientação jurídica;	CREAS e / ou Ministério Público via conselho tutelar; Assessoria jurídica da prefeitura.

3] Considerações Finais

Com o decorrer da oficina, pode-se perceber que os participantes eram profissionais que de certa forma já tiveram contato com os adolescentes em conflito com a lei, embora, não possuíssem, em seus municípios, órgãos estruturados de medidas socioeducativas em meio aberto.

Também pôde-se observar que alguns profissionais possuíam visão distorcida das atribuições do Conselho Tutelar, alegando, por exemplo, que é o conselho que deve executar as medidas.

Outra questão, que deve ser enfatizada, é que os oficinairos afirmaram que não existe nenhuma legislação que fala que é atribuição dos CREAS executarem medida socioeducativa. Contudo, essa visão não é fundamentada, pois ao se verificar a legislação que embasa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), percebe-se que as medidas socioeducativas em meio aberto entram enquanto proteção especial de média complexidade, sendo função do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS executar este tipo de medida.

De uma forma geral houve uma grande participação dos profissionais presentes no grupo, que sem dúvida, puderam usufruir de um enriquecimento intelectual, contribuindo dessa forma para a melhoria na qualidade dos serviços prestados, no que tange às medidas socioeducativas.

Anexo

Avaliação dos aspectos sociais

A adolescente Luciana tem 15 anos de idade e mora com a família em uma peça cedida, de madeira e com estrutura precária. O cômodo possui infraestrutura de água e energia elétrica, mas não conta com rede de esgoto. Pelo fato deste ser pequeno torna-se impossível duas pessoas se movimentarem. Há somente uma cama de solteiro, onde dormem a genitora e o padrasto, não havendo espaço para a adolescente. Inclusive a genitora relata a dificuldade em receber a filha quando sair do internamento, pois não tem como recebê-la onde mora atualmente. Afirma que Luciana não dormia em casa por falta de espaço e estrutura, por esse motivo dormia pelas ruas.

Segundo a percepção da genitora a falta de condições e estrutura, assim como, a influência de outros adolescentes foi o que a levou Luciana a se envolver com o ato ilícito.

A renda familiar provém somente do Programa Bolsa Família e do trabalho esporádico de serviços gerais do padrasto de Luciana, Sr. Miguel, e que gira em torno de R\$15,00 por dia. A senhora Joana atualmente encontra-se desempregada.

A genitora relata que seu companheiro anterior, também padrasto de Luciana, era alcoolista e a agredia fisicamente, e ela suspeita de que abusava ele sexualmente da adolescente. Seu atual companheiro, senhor Miguel da Silva, segundo ela, possui um bom relacionamento com a adolescente. Luciana não tem contato com o pai biológico.

Existem suposições de que a adolescente é explorada sexualmente. Com relação ao uso de substâncias psicoativas, a genitora relata que não sabia que a adolescente fazia uso, porém, começou a notar um comportamento agressivo na filha, mas que Luciana nunca retirou nada de casa para comprar drogas, como também nunca a agrediu fisicamente.

Quanto ao relacionamento familiar, percebe-se muita afetividade entre ambas. A genitora apresenta-se sempre preocupada, sempre realiza ligações telefônicas neste CENSE para saber notícias da filha e tem ido semanalmente visitá-la. Segundo ela, a filha relata que deseja mudar, não se envolver mais com atos ilícitos e que deseja trabalhar. Em entrevista com a genitora, fomos informados de que desde pequena Luciana apresentava dificuldades para manter a atenção, na aquisição do conteúdo formal na escolarização e no estabelecimento do laço social. Na relação com os adultos buscava o isolamento e com as demais crianças mostrava-se agressiva. A Sra. Joana menciona que por várias vezes foi chamada na escola para ser alertada acerca das atitudes antissociais da filha, em uma dessas ocasiões o ex-padrasto bateu na adolescente em frente aos professores e demais alunos da escola.

A adolescente relata agressões que sofreu no período de sua pré-adolescência, desse ex-padrasto, Sr. Carlos, alcoolista, a ponto de apresentar sangramentos na região do ouvido devido à intensidade da violência doméstica, informações confirmadas pela genitora.

Na gestação de Luciana, Sra. Joana realizou uma tentativa de aborto incitada pela sogra, que não queria reconhecer a neta. O relacionamento entre mãe e filha é marcado por uma relação de dependência.

Por meio do discurso materno observamos que ela tende a esconder da filha situações de sua história de vida para protegê-la, como por exemplo, que seu genitor tinha um relacionamento extraconjugal com sua tia materna.

A adolescente manifesta que iniciou o uso de substâncias psicoativas aos 13 anos de idade.

Luciana Soares, iniciou sua escolarização aos sete anos de idade na cidade de Terra Roxa, no ano de 1997, quando não conseguiu aprovação, vindo a matricular-se no ano seguinte, 1998 para cursar a mesma série, porém na Escola Municipal Alves Brito da Silva. Nesta escola estudou até a 3.ª série do Ensino Fundamental, 5.ª a 8.ª séries. Em 2003, efetuou matrícula para a 5.ª série, atualmente encontra-se na 6.ª série.

Problematização principal

O grupo de trabalho deverá proceder os encaminhamentos do caso como se estivesse no município que receberá os autos do processo de Luciana.

Nesse sentido, considerando a história de vida da adolescente, quais encaminhamentos técnicos serão realizados para atender a adolescente?

Posteriormente a esses encaminhamentos, caberá ao técnico encaminhar as propostas de atendimento na rede de proteção social do município. Tais encaminhamentos deverão ser anotados para posterior apresentação no grupo de debate.

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?⁶

Esse grupo foi formado por 14 técnicos de municípios de pequeno porte da região de Foz do Iguaçu, sendo 10 assistentes sociais e quatro psicólogas. Nesses municípios que participaram da capacitação, cinco municípios não tinham programa para atender adolescente em conflito com a lei.

As oficinas começaram a apresentação pessoal falando da área de atuação e a forma como elas trabalham no município de Cianorte. Explicaram que o trabalho é árduo e que muitas vezes não é reconhecido pelo poder público e que mesmo assim, como profissionais, faziam mais do que suas atribuições. Mencionaram a importância das capacitações e o benefício dessas trocas de experiências com profissionais de outras cidades e estados para o aperfeiçoamento do trabalho.

A oficina July deu ênfase à rede de proteção e enfatizou que todos os atores devem se conhecer e planejar ações em conjunto. Questionada por uma participante que nem todos os atores querem esse contato, como solucionar essa questão? A oficina foi clara ao dizer que não devemos esperar a ação do outro e que nós podemos ir e nos apresentar. Exemplificou que se a juíza não vai até o projeto, para conhecer os profissionais que ali trabalham, ela deveria ir até o fórum e se apresentar à juíza, à promotora e aos serventuários para ter um contato mais próximo.

Com essa apresentação ficaram constatadas algumas irregularidades nos atendimentos aos adolescentes dos municípios de Alto Piquiri, Rondon e Mercedes, onde os Conselhos Tutelares estão aplicando as medidas em meio aberto, além do CRAS, do município de Santa Helena, que está aplicando também as medidas em meio aberto.

O grupo desta oficina era composto por representantes de pequenos municípios que não possuíam um programa de atendimento socioeducativo efetivo para receber os adolescentes em conflito com a lei. Outra observação relevante levantada por uma componente do município de São José das Palmeiras foi da dificuldade de trabalhar no mesmo local (órgão gestor) com o adolescente infrator de estupro, a vítima e seus familiares. A oficina July lamentou que ainda ocorra este tipo de problema e que o município não poderia permitir esse descuido com as vítimas de violência sexual, que estão sendo atendidas no mesmo ambiente que o seu agressor.

Outro ponto observado pelas oficinas foi a importância de uma pedagoga num projeto em meio aberto, para que o adolescente tenha um acompanhamento técnico na escola e que assim possa ser evitada a evasão escolar. Num trabalho como esse poderá ser diagnosticado um déficit de aprendizagem, ou um outro problema qualquer relacionado a atenção ou aprendizagem do aluno.

O trabalho em conjunto com a área da saúde, como bem lembrou a July, é fundamental para avaliar a saúde do adolescente e da família também, pois em muitos casos observa-se que a família não goza de nenhuma saúde.

6. Regional de Foz do Iguaçu. Facilitador: July Anne Castilho, Tatiani Maria Finkler de Lima Guzzo.
Relator: Douglas Eduardo Cardoso de Araujo.

As oficinas apresentaram uma pasta com todos os documentos que elas utilizam no município de Cianorte e que os técnicos ali presentes poderiam usar como modelos nos municípios de origem. Esses modelos eram encaminhamentos, relatórios e pedidos em geral e que poderiam ser adaptados em qualquer situação.

Durante a primeira parte da capacitação, as oficinas estabeleceram um parâmetro inicial sobre o conhecimento técnico dos profissionais, pois nesse grupo de 14 membros, nenhum sabia o que era o SINASE, sendo assim, se fez necessário conceituar o trabalho socioeducativo.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE é fruto de uma construção coletiva que envolve diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país.

O SINASE valoriza as medidas em meio aberto como a liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade em detrimento às privativas de liberdade como a semiliberdade e internação que devem ser usadas em caráter de brevidade e excepcionalidade.

O SINASE é um projeto de lei, aprovado por resolução do Conanda, e que prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos envolvendo adolescentes em conflito com a lei, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas.

As participantes demonstraram o tempo todo interesse pelo tema e a necessidade de buscar orientações para as dúvidas que elas trouxeram dos seus municípios. Depois de uma breve explicação teórica sobre o tema as oficinas pediram que dois grupos fossem formados para discutir e planejar o estudo de caso da Luciana (ANEXO).

A oficina Tatiani passou a orientar o trabalho e explicou o caso como se a “Luciana” estivesse chegando e que as profissionais deveriam atendê-la. Para recebê-la elas deveriam traçar um sequência de atendimento.

1] Recepção

Como receber o adolescente?

De acordo com a Tatiani, esse primeiro contato é de fundamental importância, pois nesse momento vai demonstrar interesse pelo adolescente. Fazer uma análise e explicar todo o percurso do ato infracional praticado, passando pelo processo e culminando com a interpretação da medida. Diferenciar a liberdade assistida da prestação de serviço à comunidade. A prestação de serviço à comunidade é a realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, ou em programas comunitários ou governamentais. Já a liberdade assistida será adotada sempre que for indicada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. O prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador,

o MP e o defensor ou advogado. Neste momento é fundamental a presença dos pais ou responsável nesse primeiro encontro, para que tenham ideia do programa que o filho dele irá ingressar e para assinar juntamente com o adolescente o termo de responsabilidade e esclarecimento sobre a medida em meio aberto. Também é necessário informar que os pais têm um papel importante nesse processo e que eles devem acompanhar o adolescente não só durante a medida socioeducativa, mas por toda vida.

A documentação do adolescente também deverá ser verificada e ser for necessário a técnica deverá utilizar os aparelhos do município ou do estado para obter todos os documentos para o efetivo da cidadania tais como: RG, CPF, certidão de nascimento e, se for maior de 18 anos, o título de eleitor.

2] Acolhimento

Neste momento os técnicos deverão receber os adolescentes e formar um vínculo de confiança para um melhor acompanhamento, e entender os motivos do ato infracional cometido. Esse acolhimento de ser feito pelas técnicas do serviço social e a psicóloga em momentos diferentes de atendimento.

3] Encaminhamento social e educacional

O momento de encaminhar o adolescente para a escola deverá ser feito com critério e na medida do possível acompanhado por uma pedagoga, que estará verificando a evolução ou não do adolescente na escola.

Encaminhar e acompanhar são atos fundamentais, pois não basta fazer o encaminhamento se não for verificado o que está acontecendo, por isso o encaminhamento para saúde e para o acompanhamento social do adolescente e da família é de suma importância.

A FESTA

Ivete Sangalo Compositor: Anderson Cunha

Festa no gueto, Pode vir, pode chegar Misturando o mundo inteiro Vamos ver no que é que dá	Batuque de candomblé Vai lá Pra ver A tribo se balançar O chão da terra tremer Mãe preta de lá mandou chamar Avisou, Avisou, Avisou, Avisou
Hoje tem festa no gueto Pode vir, pode chegar Misturando o mundo inteiro Vamos ver no que é que dá	
Tem gente de toda cor Tem raça de toda fé Guitarras de rock'n roll	Que vai rolar a festa Vai rolar O povo no gueto Mandou avisar

Após o almoço as oficinas realizaram uma dinâmica para trazer o ânimo de volta aos participantes, por causa do forte calor que estava em Foz. Foram distribuídas bexigas para que cada participante colocasse dentro do balão uma palavra que representasse o trabalho com os adolescentes. Quando todos os balões estavam cheios e fechados as oficinas colocaram a música "A festa", de Ivete Sangalo, e todos deveriam manter os balões no alto durante a música. Ao final foi observado pela Tatiane (oficineira) que algumas bexigas caíram no chão e que ninguém observou que elas estavam fora da atividade, então explicou que isso acontece com os nossos adolescentes, pois muitas vezes não observamos a sua exclusão e a partir desse exemplo devemos tomar mais cuidado com esses adolescentes.

Após a dinâmica das bexigas as oficinas passaram o caso da adolescente LUCIANA e explicaram que em grupo eles deveriam receber a adolescente e fazer os devidos encaminhamentos não só para ela como também para a família.

Avaliação dos aspectos sociais

A adolescente Luciana tem 15 anos de idade e mora com a família em uma peça cedida, de madeira e com estrutura precária. O cômodo possui infraestrutura de água e energia elétrica, mas não conta com rede de esgoto. Pelo fato deste ser pequeno torna-se impossível duas pessoas se movimentarem. Há somente uma cama de solteiro, onde dormem a genitora e o padrasto, não havendo espaço para a adolescente. Inclusive a genitora relata a dificuldade em receber a filha quando sair do internamento, pois não tem como recebê-la onde mora atualmente. Afirma que Luciana não dormia em casa por falta de espaço e estrutura, por esse motivo dormia pelas ruas.

Segundo a percepção da genitora a falta de condições e estrutura, assim como, a influência de outros adolescentes foi o que a levou Luciana a se envolver com o ato ilícito.

A renda familiar provém somente do Programa Bolsa Família e do trabalho esporádico de serviços gerais do padrasto de Luciana, Sr. Miguel, e que gira em torno de R\$15,00 por dia. A senhora Joana atualmente encontra-se desempregada.

A genitora relata que seu companheiro anterior, também padrasto de Luciana, era alcoolista e a agredia fisicamente, e ela suspeita de que ele abusava sexualmente da adolescente. Seu atual companheiro, senhor Miguel da Silva, segundo ela, possui um bom relacionamento com a adolescente. Luciana não tem contato com o pai biológico.

Existem suposições de que a adolescente é explorada sexualmente. Com relação ao uso de substâncias psicoativas, a genitora relata que não sabia que a adolescente fazia uso, porém, começou a notar um comportamento agressivo na filha, mas que Luciana nunca retirou nada de casa para comprar drogas, como também nunca a agrediu fisicamente.

Quanto ao relacionamento familiar, percebe-se muita afetividade entre ambas. A genitora apresenta-se sempre preocupada, sempre realiza ligações telefônicas neste CENSE para saber notícias da filha e tem ido semanalmente visitá-la. Segundo ela, a filha relata que deseja mudar, não se envolver mais com atos ilícitos e que deseja trabalhar. Em entrevista com a genitora, fomos informados de que desde

pequena Luciana apresentava dificuldades para manter a atenção, na aquisição do conteúdo formal na escolarização e no estabelecimento do laço social. Na relação com os adultos buscava o isolamento e com as demais crianças mostrava-se agressiva. A Sra. Joana menciona que por várias vezes foi chamada na escola para ser alertada acerca das atitudes antissociais da filha, em uma dessas ocasiões o ex-padrasto bateu na adolescente em frente aos professores e demais alunos da escola.

A adolescente relata agressões que sofreu no período de sua pré-adolescência, desse ex-padrasto, Sr. Carlos, alcoolista, a ponto de apresentar sangramentos na região do ouvido devido à intensidade da violência doméstica, informações confirmadas pela genitora.

Na gestação de Luciana, Sra. Joana realizou uma tentativa de aborto incitada pela sogra, que não queria reconhecer a neta. O relacionamento entre mãe e filha é marcado por uma relação de dependência.

Por meio do discurso materno observamos que ela tende a esconder da filha situações de sua história de vida para protegê-la, como por exemplo, que seu genitor tinha um relacionamento extraconjugal com sua tia materna.

A adolescente manifesta que iniciou o uso de substâncias psicoativas aos 13 anos de idade.

Luciana Soares, iniciou sua escolarização aos sete anos de idade na cidade de Terra Roxa, no ano de 1997, quando não conseguiu aprovação, vindo a matricular-se no ano seguinte, 1998 para cursar a mesma série, porém na Escola Municipal Alves Brito da Silva. Nesta escola estudou até a 3.^a série do Ensino Fundamental, 5.^a a 8.^a séries. Em 2003, efetuou matrícula para a 5.^a série, atualmente encontra-se na 6.^a série.

Problematização principal

O grupo de trabalho deverá proceder aos encaminhamentos do caso como se estivesse no município que receberá os autos do processo de Luciana.

Nesse sentido, considerando-se a história de vida da adolescente, quais encaminhamentos técnicos serão realizados para atender a adolescente?

Posterior a esses encaminhamentos caberá ao técnico, que a atenderá, encaminhar propostas de atendimento na rede de proteção social do município.

Os encaminhamentos deverão ser anotados para posterior apresentação no grupo de debate.

Após a discussão em grupos sobre o caso prático, foi montado um quadro geral com o problema e os devidos encaminhamentos para rede de serviço adequada a receber a adolescente.

O primeiro tópico levantado foi a moradia e o grupo sugeriu que fosse verificada a rede de esgoto além da regularização do imóvel, se possível, e se ocorresse qualquer reparo neste imóvel a família deveria ser removida para um lugar provisório e os órgãos responsáveis pelo trabalho seriam: vigilância sanitária, para verificar as condições do imóvel, e a secretaria de obras e serviços, para reparação do bem ou até a construção de outro imóvel.

Desemprego e falta de qualificação profissional foram itens apontados pelo grupo, por isso os pais deveriam ser encaminhados até a Agência do Trabalhador e aos programas de qualificação no CRAS, ou a outra instituição do município para aumentar as chances no mercado de trabalho.

No caso da exploração sexual da adolescente, o Conselho Tutelar deveria ser acionado e a adolescente encaminhada ao atendimento psicossocial. A unidade de saúde básica deveria ser comunicada para tomar providências com relação aos medicamentos. Além de comunicar o Conselho Tutelar e a UBS, o caso deveria ser comunicado à delegacia da mulher para abertura de inquérito policial para verificar a exploração sexual.

A adolescente, devido à precariedade do sistema de garantia e direitos, deveria participar de projetos sociais do Projovem, Projeto Piá, CRAS e CMDCA para sua ressocialização e reintegração à comunidade.

Existia suspeita de que a adolescente ainda fosse usuária de substâncias psicoativas e deveria, portanto, ser acompanhada por equipes multiprofissionais como: CRAS UBS e SUS.

Outro ponto levantado pela equipe foi à vulnerabilidade familiar e deveria ter como apoio o CRAS e CMAS, com o fornecimento de cesta básica por tempo determinado.

Oportunidade de trabalho para o adolescente foi outro ponto relevante observado pelo grupo e o encaminhamento dela para o Adolescente Aprendiz foi unânime. Ainda foi observado por alguns participantes do grupo de que seria um ótimo projeto para qualificar a mão de obra.

O acompanhamento da adolescente na escola para verificar a aprendizagem por uma pedagoga foi apontado como de suma importância e esse acompanhamento deveria ocorrer antes da saída da internação no CENSE.

Com relação ao desconhecimento do seu genitor, a adolescente pode ingressar no judiciário pedindo o reconhecimento de paternidade que pode ocorrer por meio do Ministério Público ou pela assistência judiciária.

Problematização do Caso – Identificar		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Precariedade da moradia;	<ul style="list-style-type: none">• Rede de esgoto;• Ampliar e adequar a casa (procedimentos imediatos e mediatos);• Ver a parte jurídica da casa para regularizar (Cedida);• Deslocar a família para uma moradia temporária;	<ul style="list-style-type: none">• Vigilância Sanitária;• Secretaria de Obras/Habitação;
Desemprego, renda insuficiente e falta de qualificação;	<ul style="list-style-type: none">• Oportunizar qualificação para obter emprego com renda suficiente;	<ul style="list-style-type: none">• Agência do trabalhador;• Programas de qualificação;• CRAS;

Hipótese de exploração sexual da adolescente;	<ul style="list-style-type: none"> • Acionar Conselho Tutelar; • Solicitar e/ou encaminhar para atendimento psicossocial ao órgão gestor; • Levantamento de dados junto ao Conselho Tutelar (anterior à internação); • Comunicar USB (setor de epidemiologia); 	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão gestor; • Conselho Tutelar; • UBS; • CRAS; • CMDCA; • Delegacia de Polícia;
Precariedade no SGD à adolescente anterior à prática delitiva;	<ul style="list-style-type: none"> • Ressocialização e reintegração com a comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Projovem; • Projeto Piá; • CRAS; • CMDCA;
Uso de substância psicoativa;	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento com equipe multiprofissional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão gestor; • CRAS; • UBS; • SUS;
Vulnerabilidade social da família;	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de cesta básica por período predeterminado 	<ul style="list-style-type: none"> • CRAS; • CMAS;
Dificuldade de inserção profissional da adolescente;	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar cursos profissionalizantes à adolescente, como forma de prepará-la para o mercado de trabalho por meio de programa adequado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Adolescente Aprendiz; • CMDCA;
Dificuldades de aprendizagem/escolarização;	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade da escolarização (pós CENSE); • Contato com equipe pedagógica do CENSE; • Acompanhamento por psicopedagoga; 	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Regional da Educação; • EJA; • Equipe pedagógica da escola;
Desconhecimento do genitor.	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar auxílio jurídico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público.

As oficinas conduziram de forma didática a apresentação da oficina e mantiveram o interesse do grupo, ou com exemplos vividos em Cionorte, ou com as atividades propostas pela organização da capacitação.

Pôde ser percebido que elas dominavam o tema e a prática das medidas socioeducativas e passaram para o grupo todo o conhecimento, além do principal, o otimismo no trabalho. “Apesar dos transtornos que passamos no nosso trabalho vale a pena!”.

Como Fazer? A Metodologia dos Programas de Meio Aberto⁷

As oficinas fizeram uma breve exposição sobre o que consistia a LA e a PSC a partir dos conceitos de cada medida.

Relembroumos que casos peculiares em que os adolescentes queriam terminar o mais breve possível a medida porque estavam próximos de arranjar um emprego.

Terezinha disse “que é importante haver a ruptura do adolescente com a “delinquência”. Ter um acompanhamento individual do adolescente, levando em conta a sua aptidão na execução daquela atividade, que venha acrescentar ao adolescente, já que este tem para si que a medida é uma pena. De modo que o trabalho dos profissionais é, dentre outros, demonstrar o caráter pedagógico da medida”.

Uma integrante do grupo ressaltou que a aplicação da medida depende do porte do Município.

Terezinha lembrou que a escola também é uma forma de proteção.

Silvia explicou ao grupo a dinâmica do “que bom, que tal, que pena”. Disse que o grupo teria a liberdade de escrever suas impressões dentro dessa perspectiva. Se não quisessem levantar poderiam apenas falar e as oficinas escreveriam por aquele integrante do grupo.

Mauro ressaltou que na sua cidade o CMDCA precisa de maior articulação, pois, na prática, acaba sendo uma reprodução da vontade do Poder Executivo.

Silvia parabenizou o grupo pela luta, esforço de todos com os seus trabalhos em uma região tão difícil quanto aquela de Foz do Iguaçu.

Uma das profissionais relatou que uma menina ganha R\$ 1.500,00 por uma viagem que faz ao Rio de Janeiro, por exemplo, fora o pagamento de passagens e hospedagens. A escola está muito distante da realidade do adolescente. Geralmente a mãe trabalha como faxineira e o pai é alcoólatra. O que se vê é que eles se envolvem nessas questões não para ter um tênis de marca ou bens desse tipo. E sim, para auxiliar no sustento da família e garantir a sobrevivência dessa família.

Silvia foi questionada sobre quais os principais atos infracionais praticados em São José dos Pinhais. Na resposta disse que o grande problema hoje é o tráfico de drogas. Principalmente após a instalação das fábricas da Renault e da Audi. São José era muito pacata, agora cresceu, assim como o número de furtos, de roubos e do tráfico. Quanto aos atos mais leves estão as brigas com professores e brigas de rua.

Silvia relatou a perda de um adolescente com 13 anos que foi utilizado como escudo. A bala era para o traficante em um acerto de contas. Mas na hora o traficante puxou o adolescente e o tiro acabou

7. Regional de Foz do Iguaçu. Facilitador: Terezinha Kulka e Silvia Calegarin. Relator: Ariane Costa de Lima.

acertando o menor pelas costas. O adolescente morreu pedindo perdão a mãe, por tudo o que tinha feito. Essa mãe perdeu um filho para o tráfico em janeiro, filho este com 17 anos, e outro filho está preso, este com 13 anos e que estava sustentando a família atualmente.

O grupo iniciou os apontamentos na dinâmica, que foi concluído na forma que segue:

Que bom	Que tal	Que pena
Que tem bons profissionais comprometidos;	Articular e implementar o programa no município;	Não ter mais o programa neste ano;
Determinação de um profissional para entrevistar adolescentes (estudo de casos);	Estabelecer o limite de profissionais;	Que alguns pensam que oito educadores são demais no programa (mais ou menos 400 adolescentes);
Equipe com experiências nas dificuldades do público alvo;	Articulação do CMDCA;	Que acham o programa sem função (especificidade/importância);
	Rever fluxos;	Não ter lugar (programa) específico sobre a drogadição;
Trabalho com o CENSE;	Viabilizar mais transportes para profissionais dos programas ;	Luta diária com traficantes X escola;
Divisão de adolescentes entre os educadores;	Contratação de recursos humanos;	Dificuldade com a educação;
Inserção da família no processo (medida) do adolescente;	Um curso de capacitação para o gestor;	Acúmulo de funções;
União da equipe (psicólogo, assessor jurídico, pedagogo e assistente social);	Aceleração de série (educação);	Que muitos profissionais da educação não tenham conhecimento;
Centro de atividades para adolescente que cumpre a medida.	Ampliar mais rede de apoio;	Que não existem recursos do FIA para municípios menores;
	Atendimento para profissionais (psicologia, psiquiatria e prevenção);	Que a sociedade não reconhece os profissionais que trabalham com o adolescente em conflito com a lei.
	Capacitação para profissionais da educação.	

Ao final as facilitadoras propuseram ao grupo que assistisse o clipe da música “Como uma onda”, cantada por Lulu Santos.

Com a música, Silvia ressaltou que a vida é sempre passível de mudanças e que o trabalho desses profissionais é exatamente mostrar essas perspectivas. Não há uma fórmula pronta, um “prato pronto”. A tarefa desses profissionais é encontrar a fórmula para cada caso.

Em seguida foi explicado ao grupo os procedimentos a serem observados na próxima tarefa, que era o estudo de caso de um adolescente fictício, cujo nome era João. Uma das integrantes do grupo fez a leitura do caso para todos os presentes.

Avaliação dos aspectos sociais

João tem 17 anos de idade, reside com a genitora, Sra. Carolina Marcondes, 46 anos, não alfabetizada, diarista, sem vínculo empregatício e mais seis filhos, sendo que João e mais dois do primeiro casamento com o Sr. Antônio, Mariana, com 20 e Carlos, com 21. Os demais quatro filhos são do segundo casamento com o Sr. Jair, Joana, 14, Cláudia, 12, Marcos, 10, e Adriana, 09.

Residem ainda na mesma casa dois sobrinhos de João, de 04 e 05 anos de idade, filhos da irmã mais velha, Mariana, que trabalha em uma boate. O irmão mais velho, Carlos, trabalha como vendedor de painéis e está sempre em outras cidades, ficando esporadicamente em casa.

Moram em uma área de invasão, em uma casa de madeira, sem divisória, com água encanada, luz elétrica e banheiro. Estão no local há cerca de quatro anos. A Sra. Carolina recebe em média R\$ 300,00 mensais e conta com o auxílio da renda do filho mais velho, que fornece R\$ 100,00 mensais para ajudar nas despesas, a filha Mariana não auxilia financeiramente, sai constantemente em companhia das amigas, sendo negligente no cuidado com os filhos. A renda é complementada com o benefício do Governo Federal (Bolsa Família).

O pai de João, primeiro marido da Sra. Carolina, faleceu há cerca de um ano, vítima de assassinato. A convivência do jovem com o padrasto sempre foi marcada por agressões e violência, a mãe descreve que o padrasto sempre sentiu ciúmes de João em relação a ela.

Durante o atendimento o jovem relatou que desde os oito anos, em busca de contribuir para o sustento da família, passou a carregar sacolas na feira e nos supermercados próximos à comunidade em que vivia. Logo em seguida, foi convidado por amigos mais velhos a iniciar pequenos furtos nas ruas e também em ônibus. Algum tempo depois, iniciou atividades no tráfico de drogas. Começou como ‘fogueteiro’ (ou ‘olheiro’), mas rapidamente chegou a gerente de área. Sua atividade inicial de inserção no tráfico foi considerada, pelo adolescente, como o primeiro passo para ‘a formação de bandido’. A partir daí, passou a traficar até obter um cargo alto, quando passou a gerente. O jovem afirma que ‘virar gerente’ significa dedicar-se a atividades de alto risco e ‘ter conhecimento’, ser da comunidade e apresentar bom relacionamento com os demais integrantes da ‘boca de fumo’. Tinha direito a salário e cota de consumo de drogas, da qual não fazia uso. Seu trabalho como gerente no narcotráfico consistia em administrar a venda da mercadoria e prestava contas ao gerente geral. Relata ter poder na comunidade e facilidade para se relacionar com várias mulheres, porém afirmou não ter amigos verdadeiros. Por fim, conta que quase foi morto quando fugia de outro grupo que queria invadir o ‘ponto’ administrado por ele. Revelou que quer deixar essa atividade por medo de morrer, pois já presenciou muitos colegas serem mortos.

João iniciou sua escolarização aos sete anos de idade e atualmente encontra-se evadido da 5.ª série do Ensino Fundamental. O processo de escolarização do adolescente ficou defasado em virtude de seu envolvimento com o narcotráfico e ele conseguiu concluir até a quarta série do Ensino Fundamental.

A convivência familiar tornou-se difícil, a mãe do adolescente possui dificuldade em exercer o poder familiar, não consegue impor limites aos filhos, especialmente com João, não tem autoridade e procura o Conselho Tutelar até mesmo quando as crianças não querem ir à aula.

Devido aos recorrentes atos ilícitos o adolescente cumpriu medida socioeducativa de internação por 1 ano e 6 meses. Antes da internação o adolescente fazia uso abusivo de substâncias psicoativas.

Durante a internação, o adolescente foi matriculado nas disciplinas de Matemática, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA).

Em seguida foi detalhado o procedimento a ser tomado no trabalho em grupo:

Problematização principal

O grupo de trabalho deverá proceder os encaminhamentos do caso como se fizessem parte do Programa de Meio Aberto que receberá os autos do processo de João. Junto aos autos veio o resumo do relatório realizado pela Equipe Técnica do Centro de Socioeducação, que afirmava João estava cumprindo a medida socioeducativa.

Nesse sentido, considerando a história de vida do adolescente, quais encaminhamentos a equipe do Programa realizará para recepcionar, acolher, estudar o caso e elaborar o Plano Personalizado de Atendimento do adolescente João.

Posteriormente a esses encaminhamentos caberá a equipe do programa encaminhar propostas de atendimento à rede de proteção social e à Comissão de Atendimento Socioeducativo discutir os encaminhamentos do caso.

Os encaminhamentos deverão ser anotados para posterior apresentação no grupo de debate.

Problematização do Caso – Identificar

PROBLEMA POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO REDE DE SERVIÇOS

O grupo foi dividido em cinco subgrupos e, como sugestão, foram propostas as seguintes questões a serem trabalhadas como base:

- a) **Recepção:** recebimento do adolescente, conferência de documentação pessoal e processual, funcionamento do programa e apresentação da equipe;
- b) **Acolhimento:** interpretação da medida, instrumentos de atendimento (agenda do adolescente), esclarecimento sobre normas e funcionamento do programa, atendimento do adolescente e da família, atividades sociopedagógicas, e consulta aos autos do processo;
- c) **Estudo de caso:** agrupamento de informações sobre aptidões, habilidades, interesses e motivações, leitura dos relatórios psicossociais (privação, restrição, meio aberto etc.), levantamento

dos dados sobre o contexto sociofamiliar, sobre a prática do ato infracional e dos dados sobre a escolarização, levantamento de demandas, relatórios jurídicos. Problematização do caso.

d) Plano Personalizado de Atendimento (PPA): aspectos que integram o plano: saúde, educação, qualificação profissional, dimensão psicológica, relações familiares, relações sociais, cultura, esporte e lazer, definição das metas e compromisso e oficialização do contrato de PPA – Possibilidades de Intervenção.

e) Rede de proteção social (Incompletude Institucional e Profissional): encaminhamentos para a rede de serviços, retomada da problematização do caso.

f) Comissão de Atendimento Socioeducativo: uma resposta de integração e fortalecimento da rede de proteção. Objetivo, atribuições, competências e fluxos de funcionamento.

As facilitadoras circundavam os subgrupos, esclarecendo as questões, trocando ideias, orientando-os. Às 12h em ponto Terezinha comunicou o intervalo para o almoço e solicitou que todos retornassem às 14h, para que fosse possível a troca de experiências ao final.

No retorno do intervalo do almoço foi feita uma dinâmica, que era a de encher uma bexiga de ar e colocar para fora tudo aquilo que tivesse de ruim dentro de cada integrante dos grupos.

Dentro da bexiga deveria ser colocado um papel contendo a primeira palavra que viesse a mente dos participantes.

Ao som de Ivete Sangalo e com entusiasmo os participantes deveriam jogar as bexigas para o ar.

Ao final todos deveriam estourar as bexigas e pegar um papelzinho contendo a palavra escrita no começo da dinâmica.

“Que Brasil estamos construindo?” foi a questão colocada.

Comprometimento, alegria, tolerância, sucesso, amor, falta de valorização profissional, paciência, perseverança, saudade, felicidade, fé em Deus, foram algumas das palavras e expressões encontradas.

Silvia fez várias considerações sobre as palavras colocadas e o que seria preciso para este tipo de trabalho. Observou que a palavra que mais apareceu foi amor.

Salientou que às vezes a sociedade pode não reconhecer, mas se todos estavam felizes com o resultado que se via naquele adolescente e na sua família, era o que importava. Porque o amor por aquilo que se faz não podia ser tirado deles. E isso que fará a construção de um país melhor.

Silvia ressaltou que passando pelos grupos percebeu em todos eles a preocupação quanto ao acolhimento.

Terezinha ressaltou quanto à importância do acolhimento quando o adolescente chega ao programa. O que ele irá fazer no programa, que este programa faça a diferença na vida dele, que ele sinta que alguém se importa com ele. Já que é uma população que é muito desconfiada, insegura, que quando chega ao programa se sente desconfortável.

Disse que no início do seu trabalho, há sete anos, inicialmente encaminhava o adolescente para cursos. E dava vale-transporte para esse adolescente chegar ao curso. E Terezinha percebeu que antes de tudo era preciso retomar com este adolescente seus sonhos, seu projeto de vida. Porque o adolescente chega ao programa sem qualquer perspectiva de vida. Para ele tanto faz viver ou morrer.

O vínculo será aquilo que garantirá o retorno do adolescente ao programa, seu cumprimento.

Às 15h30 as facilitadoras perguntaram aos grupos se já tinham conseguido concluir o “caso João” e se os redatores dos grupos já estavam escolhidos.

Foi dado início a apresentação dos trabalhos dos subgrupos da seguinte forma:

Subgrupo 1 – o adolescente chega com o ofício. A equipe quer saber quem o adolescente é, o que ele faz no dia a dia. Perguntam a ele quais suas perspectivas de vida. Esclarece a medida. A ideia de limites e regras, tanto dentro de casa quanto fora.

Responsabilização dos responsáveis. Viabilização do grau de estudo da mãe. Quanto à mãe, encaminham-na ao EJA. Investigação sobre a família. Quanto à irmã investigam como é a vida dela, o que ela faz na boate. Investigar sobre os benefícios em relação a morte do pai. Encaminhamento para CAPS, trabalhar a saúde de João. Após, encaminhamento à escola. Geração de renda (familiar). Encaminhamento de documentação (inclusive para família). Cursos profissionalizantes para João.

Problematização do Caso – Identificar – Subgrupo 1		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Grau de estudo da mãe;	Matricular EJA;	Escola;
Prostituição da irmã mais velha;	Atendimento psicossocial;	CREAS;
Insuficiência financeira;	Pensão por morte;	INSS;
Crianças na rua;	Matrícula creche;	Creche;
Evasão escolar de João;	Matrícula estabelecimento de ensino;	Escola;
Falta de definição de papéis;	Curso profissionalizante;	CRAS;
Falta de documentos pessoais;	Encaminhamento para tratamento;	Centro de Recuperação – CAPS-AD;
Profissionalização João.	Encaminhamento para equipe;	PSC-CREAS-CRAS;
	Encaminhamento a órgãos especiais para providenciar RG, CPF, CTPS;	Ação social e outros órgãos específicos.
	Encaminhamento a projetos de Adolescente Aprendiz, curso profissionalizante, Projovem.	

Subgrupo 2 – Recepção: necessidade de esclarecer onde o adolescente está, quem trabalha, como funciona a medida.

Acolhimento: apresentação da equipe, situação do cumprimento.

Visitas domiciliares: levantamento de necessidades.

Problema: situação financeira, relação afetivo-familiar. Investigação dessa relação familiar.

Cursos profissionalizantes para a família, retorno escolar.

Revisão-verificação de benefícios.

Necessidade de atendimento psicológico. Interação com o Conselho Tutelar. Acionamento da comunidade terapêutica, CRAS, CREAS e outros serviços que se fizerem necessários.

Problematização do Caso – Identificar – Subgrupo 2		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Situação financeira;	Curso profissionalizante;	CRAS;
Relação afetivo-familiar.	Verificação da situação do padrasto;	CREAS;
	Escolarização da mãe;	CT;
	Verificação dos benefícios possíveis oriundos do governo ;	Comunidades terapêuticas;
	Atendimento psicológico de toda família;	
	Entrar em contato com o Conselho Tutelar;	
	Acompanhamento escolar;	
	Contratação de pedagogos e/ou parcerias com a Secretaria de Educação.	

Subgrupo 3 – Problema: exclusão do adolescente.

Intervenção: inseri-lo na família e na sociedade.

Ausência de limite. Trabalho com a mãe.

Condições precárias, vigilância sanitária, habitação.

Inserção Adolescente Aprendiz.

Acompanhamento LA-PSC, CREAS, inserir a mãe e família no PAIF (Programa de Atendimento Integral a Família).

Problematização do Caso – Identificar – Subgrupo 3		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Exclusão do adolescente;	Reinserção do adolescente na família e na sociedade;	CREAS;
Retirada do vínculo familiar;	Trabalho com a família (visita domiciliar e palestras);	PAIF;
Ausência de limites;	Trabalho psicológico com a mãe;	PAIF;
Evasão escolar;	Inserção do adolescente na escola por meio de orientação familiar;	Educadora;

Condições precárias;	Visita domiciliar, atendimento com cesta básica;	Vigilância sanitária, CRAS e habitação;
Violência domiciliar;	Atendimento psicológico;	Psicólogo – CREAS;
Mercado de trabalho;	Inserção do adolescente no mercado de trabalho;	Adolescente Aprendiz;
Uso de drogas;	Atendimento pela Saúde;	Secretaria Municipal de Saúde;
Conflito com a lei;	Acompanhamento e orientação PSC e LA ;	CREAS;
Reestruturação familiar (sic).	Inserção da mãe e da família em programas de esporte, lazer, cultura e geração de renda.	Centro de Convivências.

Subgrupo 4 - Atendimento do menino junto com o responsável. Ouvir a versão de João. Tirar as informações dele o máximo possível. Primeiro atendimento deve ser feito por uma assistente social. Após, ouve-se a mãe para verificação do que tudo o que aconteceu e depois ouvir ambos, filho e mãe, ao mesmo tempo para confrontação das histórias.

Uma vez verificada a situação de drogadição, o grupo considera que não deve haver a aplicação direta da medida e sim o encaminhamento ao psicólogo para encaminhamento ao CAPS.

Com isso, se faz um relatório ao juiz informando sobre o tratamento psicológico e encaminhamento ao CAPS, justificando o não início da medida.

Acompanhamento do programa feito por técnicos no tratamento, através de relatório.

Encaminhamento da família para atendimento.

Verifica-se um vínculo familiar fragilizado. Necessário o trabalho de fortalecimento desse vínculo. Resgate familiar.

Enquanto o adolescente passa por este atendimento, tentar fazer o máximo de levantamento possível. Junto aos Conselhos Tutelares pelos quais João passou. Verificação dos seus prontuários e dos programas por onde passou.

Fazer um genograma para verificação de quem está morando naquele “círculo” familiar.

Acionar a rede de saúde, habitação, parcerias com grupos da comunidade (exemplo: Igreja, Rotary, etc.).

Estruturar a organização da moradia para fortalecimento do emocional.

Planejamento familiar com a irmã. Inserção na rede de educação (creche, escola).

Planejamento promocional a curto, médio e longo prazo.

Informar à juíza sobre a família (cumprimento, responsabilidade, processo de inserção).

Família extensa para preservação do adolescente.

Subgrupo 5 - Acolhida: explicação da medida e apresentação da equipe.

Problema: falta de alfabetização da mãe. Encaminhamento dessa mãe para a EJA (Secretaria da Educação).

Moradia inadequada – Secretaria de Habitação.

Geração de renda – verificação de algum programa de geração de renda (CRAS).

Tratamento da drogadição (CAPS).

Documentação – Secretaria de Assistência.

Problematização do Caso – Identificar – Subgrupo 5		
PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
Mãe analfabeta;	Escolarização;	CEEBJA;
Falta de autoridade e limites (na família);	Atendimento psicossocial;	CREAS;
João (ato infracional);	Atendimento psicossocial;	PSC-LA;
Drogadição;	Tratamento desintoxicação;	CAPS-AD;
Evasão escolar;	Rede de educação;	CEEBJA;
Condições de moradia e saneamento inadequados;	Programa de habitação;	Foz Habita;
Condições financeiras instáveis;	Programa de geração de renda; Cursos profissionalizantes; Verificação de possíveis benefícios;	CRAS;
Sobrinhos;	Rede escolar;	CT;
Documentação.	Encaminhamento;	Secretaria de Assistência Social.
	Realização de visita para maiores esclarecimentos;	

Por fim, as facilitadoras propuseram uma avaliação pelo grupo quanto ao seu trabalho, de forma verbal e direta.

Todos os participantes avaliaram de forma positiva e produtiva o encontro. Todos disseram que aprenderam muito. Foi ressaltado que as facilitadoras conseguiram demonstrar de uma forma muito simples como funcionavam as medidas. O que ficou fácil inclusive àqueles que não trabalhavam diretamente com as medidas. Uma das participantes sugeriu que os demais entrassem no site do Pró-Menino, da Fundação Telefônica, no qual existem textos bastante interessantes.

Como Fazer? A Metodologia dos Programas de Meio Aberto⁸

1] Introdução

No grupo estavam presentes 27 participantes que se apresentaram identificando função e ações que realizam no respectivo município, em relação às medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida –LA e Prestação de Serviços à Comunidade- PSC). Ressalta-se que entre os profissionais presentes no grupo, alguns trabalhavam nas Unidades do CENSE com a medida de internação. Inicialmente a oficina fez uma apresentação introdutória sobre os procedimentos de LA e PSC, sendo estes a recepção, encaminhamento social, elaboração de relatório, acompanhamento, plano personalizado de atendimento, rede de proteção e enfatizou como objetivo da oficina, criar procedimentos para o atendimento. Pôde-se notar uma evolução na participação do grupo, que no período da manhã não debateu muito, mas no período da tarde, com a problematização do caso João, mostrou-se mais envolvido com a atividade.

2] Descrição da Oficina

A oficina teve início com a apresentação dos participantes. Na sequência, a oficina questionou os mesmos sobre os procedimentos que ocorrem nos municípios em que trabalhavam em relação às medidas socioeducativas em meio aberto. Nesse momento os participantes relataram que em alguns municípios é o Conselho Tutelar que atende casos de LA e PSC. Diante dos relatos, a oficina apresentou um material em slides com alguns procedimentos, discutindo cada um junto com o grupo. Primeiramente abordou a recepção como conversa que vai além do preenchimento de papéis e relatórios. Busca-se através dessa conversa apreender os sonhos, as necessidades do adolescente, para depois coletar dados. Como segundo procedimento a ser considerado abordou a evolução do caso de modo que este seja pensado na perspectiva da equipe. O terceiro procedimento consiste no encaminhamento social demonstrando a necessidade de existir uma rede articulada. O quarto procedimento destacado foi a elaboração do relatório para o judiciário, destacando a necessidade do psicólogo e assistente social para o mesmo caso. O quinto procedimento consiste no acompanhamento que segundo a Política Nacional de Assistência Social reporta-se à família. O sexto procedimento foi o plano personalizado de atendimento para o qual há necessidade da escolha de um orientador para o adolescente. E finalmente, o sétimo procedimento apresentado foi a rede de proteção que consiste na integração dos técnicos que realizam o atendimento nas diversas

8. Regional de Foz do Iguaçu. Facilitador: Daniela Magalhães. Relator: Bruna Aparecida Bavia.

políticas públicas. Durante este período os técnicos presentes na oficina relataram algumas dificuldades que possuem nos municípios em que trabalham principalmente em relação à equipe técnica, e quantidade de orientadores que é menor que a demanda. Diante desta problemática, a oficina pontuou a necessidade de sensibilizar o Poder Executivo do município para a causa das medidas socioeducativas em meio aberto, de modo que este entenda e identifique junto à equipe presente no município, a necessidade de concursos públicos e contratação de profissionais. Iniciar esta sensibilização no macro para que os sujeitos entendam quem é o adolescente, e para isto pode-se realizar reuniões com diretores de escola sobre medidas socioeducativas em meio aberto, qual é o papel da escola para a execução da medida, além de reunião com pais e responsáveis, professores e trabalho com a sociedade, como um todo, por meio de eventos, panfletagem, entre outros. Na sequência, a oficina realizou uma dinâmica, na qual solicitou que os participantes escrevessem em um papel o que entendem ou sentem em relação à socioeducação e que colocassem dentro de uma bexiga. Após jogarem a bexiga para o alto, cada participante pegou aleatoriamente uma bexiga e leram o que estava escrito no papel que havia dentro dela, depois debateram sobre as definições. Após este período ocorreu a discussão do “caso João”. Realizaram a leitura do caso e a oficina pediu para que identificassem os problemas e instigou os participantes para que construíssem a sistematização dos problemas, intervenção e rede de serviços. Neste momento foi difícil o consenso entre os participantes, em relação aos aspectos levantados, e os mesmos solicitaram que a oficina opinasse nos procedimentos que estavam realizando no diante do caso.

2.1 Relato do Caso - Discussões e Encaminhamentos

Caso: João

O grupo pontuou os problemas e os encaminhamentos que consideraram necessários, considerando a realidade dos municípios e dos serviços que os mesmos disponibilizam.

PROBLEMAS	POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
<p><i>Política da Assistência Social:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento dos vínculos familiares (Mariana); • Situação socioeconômica; • Dependência econômica; • Falta de profissionalização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento familiar sistemático; • Cursos profissionalizantes; • Encaminhamento para os Programas de Transferência de Renda, para Programas de Aprendizagem (Adolescente Aprendiz); • Programas de Geração de Renda; 	<ul style="list-style-type: none"> • CRAS; CREAS; Secretaria de Assistência Social; • Agência do Trabalhador; • Sistema SESC/SENAI/SENAR/SENAC/SESI/SENAT; • Cooperativas e Associações;

<p><i>Política da Saúde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde mental da mãe; • Drogadição; • Falta de planejamento familiar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ambulatorial; • Psicoterapia; • Acompanhamento do caso; • Planejamento familiar; • Orientação/informações acerca de métodos contraceptivos e de demais ações; • Acompanhamento da família; 	<ul style="list-style-type: none"> • UBS; Universidades; CAPS; CRE; Departamento de Saúde Mental; • CAPS e CAPS AD; • NA;
<p><i>Política de Habitação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Saneamento; • Estrutura física precária; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão em programas habitacionais do município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Habitação; • Secretaria de Assistência Social; • Secretaria de Planejamento;
<p><i>Política da Educação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa escolaridade de João; • Mãe não alfabetizada; • Evasão Escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de João para uma avaliação psicopedagógica; • Atendimento pedagógico especializado para João caso necessário; • Encaminhamento da mãe para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Paraná Alfabetizado; • Encaminhamento de João para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; 	<ul style="list-style-type: none"> • CRAPE (Centro Regional de Apoio Pedagógico Especializado); • Núcleo Regional de Educação; • Secretaria Municipal de Educação;

<p><i>Ato Infracional:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Medida de Liberdade Assistida.	<ul style="list-style-type: none">• Dar continuidade do Plano Personalizado de Atendimento do educando;• Estudo de caso entre a equipe de meio fechado e meio aberto antes da desinternação;• Possibilidade de a equipe de meio aberto conhecer o educando antes de sua inserção na Liberdade Assistida;• Garantia de acesso aos autos dos processos dos adolescentes.	<ul style="list-style-type: none">• CENSE;• CREAS;• Programas de Atendimento de Medidas Socioeducativas.
---	---	--

3] Considerações Finais

A oficina abordou os procedimentos para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto e foi relevante para os técnicos que estavam presentes para que pensassem estratégias diante dos entraves que existem nos municípios. Para isso, a oficina buscou conhecer a realidade dos municípios e orientá-los na construção de estratégias que os técnicos encontram na execução das medidas. Pôde-se notar um crescimento no grupo no que diz respeito à construção da sistematização do caso João, e autonomia para pensar na intervenção diante dos problemas que pontuaram.

MACRORREGIÃO DE CURITIBA

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?¹⁰

1] Introdução

O grupo iniciou o encontro em Curitiba na parte da manhã, onde o tema trabalhado foi a “Metodologia de atendimento em LA e PSC” em cidades de pequeno porte.

As facilitadoras de forma descontraída e resumida se apresentaram, dizendo onde trabalhavam e a experiência que tinham com as medidas em meio aberto e para envolver o grupo pediram que todos fizessem o mesmo.

Interessante observar que num grupo de 20 participantes, cinco cidades não tinham adolescentes em meio aberto e quando questionados sobre o conhecimento que possuíam em relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, para surpresa das facilitadoras, apenas três participantes tinham ouvido falar no SINASE.

2] Descrição da Oficina

Após a apresentação individual, uma profissional de um município mostrou aos participantes um colar produzido por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, salientando que esse colar é vendido no município. Posteriormente, a facilitadora Vera fez uma observação sobre o cuidado com a comercialização de objetos confeccionados por adolescentes em Prestação de Serviços à Comunidade para que não configurasse “trabalho infantil”.

Como o conhecimento do grupo era muito básico, as facilitadoras resolveram explicar o passo a passo da execução de medidas socioeducativas, tendo em vista ser essa a função da capacitação. Uma dúvida do grupo, e inclusive das facilitadoras, era em relação a parte processual do ato infracional e como advogado nesta área contribuimos com conceitos para iniciar as atividades.

De acordo com o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal praticado pelo adulto e que, na área da infância e juventude chamamos de ato infracional. Importante esclarecer que o artigo 104 esclarece que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.”

Posteriormente, os participantes questionaram quais eram as medidas socioeducativas e como funcionavam. Para esclarecer as dúvidas foram apresentadas as medidas conforme descritas no artigo 112 da Lei 8.069/90.

Nesse sentido, constatado a prática do ato infracional poderão ser aplicadas as medidas abaixo comentadas:

10. Regional de Curitiba. Facilitador: Juliana Moura dos Santos, Vera Lúcia Neves.

- a) I – advertência: consiste na admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada;
- b) II - obrigação de reparar o dano: caso o ato infracional tenha reflexos patrimoniais, o juiz poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, ou promova o ressarcimento por outra forma que compense o prejuízo da vítima;
- c) III - prestação de serviços à comunidade: corresponde à realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, ou em programas comunitários ou governamentais;
- d) IV - liberdade assistida: essa medida será adotada sempre que for indicada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. O prazo mínimo é de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público, o defensor público ou advogado.

Na aplicação da liberdade assistida cabe ao educador, com apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

- **promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;**
 - **supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;**
 - **diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; e**
 - **apresentar relatório do caso.**
- e) V - inserção em regime de semiliberdade: pode ser determinado pelo juiz desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- f) VI - internação em estabelecimento educacional: corresponde a uma medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Não tem prazo determinado e a sua manutenção deverá ser reavaliada mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- g) VII - qualquer uma das medidas previstas no artigo 101, inciso I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Uma participante questionou se é regular na audiência não haver presença de defensor ou advogado? Foi esclarecido que, conforme a constituição federal, artigo 5.º, todo acusado possui o direito de utilizar a ampla defesa e o contraditório, o que não acontece sem a presença de um advogado.

Outra participante comentou que na cidade dela um advogado que faz as defesas dos adolescentes não conhece as especificidades da medida socioeducativa e que nas audiências ele faz a defensoria dos adolescentes e a “impressão que passa é que não é preciso ter defesa”, continuou a participante, “pois nunca vejo a atuação efetiva dos advogados, eles nem sabem o que é uma medida socioeducativa”.

Essa declaração provocou indignação do grupo, pois conforme um dos participantes “se nas cidades de médio porte já é difícil ter advogados especializados na área do ato infracional, imagina nas pequenas cidades”. A sugestão do grupo foi a de fazer uma capacitação para os advogados dessas cidades para que exista uma defesa aguerrida e técnica como ocorre na justiça criminal dos adultos.

Outra dúvida foi a de que “é possível o conselho tutelar aplicar medida socioeducativa?”. As facilitadoras rechaçaram qualquer possibilidade do Conselho Tutelar aplicar as medidas e explicaram que as atribuições do Conselho Tutelar estão descritas no artigo 136 do ECA, sendo elas:

- I atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII expedir notificações;
- VIII requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Outra reivindicação foi a de que falta a interpretação das medidas ainda na fase judicial, segundo os participantes, os juízes aplicam as medidas e não explicam nem para o adolescente e nem para os pais, e só quando o adolescente chegar aos programas é que ele vai saber o que é a medida e como será cumprida.

O fortalecimento da rede de serviços no atendimento dos adolescentes é outro ponto importante e acordado entre os participantes. O conhecimento das pessoas que formam a rede é fundamental para um trabalho mais efetivo e articulado.

Para exemplificar o funcionamento de um programa de socioeducação, a facilitadora Juliana apresentou o funcionamento do programa do município de Mandaguari, onde ela atua como coordenadora e assistente social nas medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

Antes de apresentar o projeto convém apresentar quem é o usuário e sua situação socioeconômica. As profissões mais exercidas pelos membros das referidas famílias são: operários, autônomos, trabalhador rural, domésticas e funcionários públicos.

Quanto ao grau de escolaridade a maioria dos pais e responsáveis possui o 1.º grau incompleto.

O projeto de socioeducação de Mandaguari tem como proposta educativa, a formação integral dos adolescentes e a sua educação, sendo composto de profissionais de diversas áreas conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a atuação de cada profissional é bem definida pelo programa de meio aberto de Mandaguari.

O coordenador do projeto de regime aberto irá gerenciar e cooperar com as questões de infraestrutura e de pessoal, assim como manter um bom relacionamento interno entre instrutores, adolescentes e funcionários.

Com relação à parte pedagógica deverá haver um constante acompanhamento do trabalho da equipe pedagógica, visando ações que garantam um ensino de qualidade junto aos adolescentes inseridos no projeto.

Serão realizadas reuniões mensais com os instrutores e equipe técnica a fim de acompanhar o serviço realizado, assim como dar novos encaminhamentos.

Durante o ano são realizados encontros com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mandaguari na intenção de confrontar as necessidades e encontrar meios na busca de soluções.

“É comum também, ser elaborado um cronograma anual que constará as atividades permanentes do centro de referência de regime aberto, visando uma maior organização do tempo e garantia de sua realização”.

A área pedagógica auxiliará o instrutor dando-lhe apoio necessário para um bom desempenho pedagógico, acompanhando o desenvolvimento do adolescente para verificar suas dificuldades e possíveis avaliações para encaminhamento e ainda, em parceria com o educador buscará recursos para solucioná-los. Caberá a área também promover discussão e análise dos problemas que afetam os adolescentes no seu processo de desenvolvimento pessoal e social, assim como os problemas que se relacionam com a socioeducação em geral.

Sendo assim, a Coordenação deverá assessorar a elaboração do planejamento de forma a ajudar o educador a perceber as prioridades que deve contemplar e as estratégias a serem usadas, verificando procedimentos, conhecimento dos conteúdos e aprendizagem do adolescente.

O pedagogo deverá ainda analisar junto com o educador o rendimento do aluno, fazendo orientações necessárias e verificando os resultados na escola.

Em se tratando dos aspectos burocráticos são realizadas reuniões semanais para organizar, direcionar e avaliar o trabalho desenvolvido como também discussão e elaboração dos projetos pedagógicos.

Posterior é realizado junto com a direção o planejamento de atividades administrativas como: eventos, reuniões de pais, distribuição de turmas, horários e calendários e anualmente adequação do plano curricular.

Caberá ao assistente social promover e articular orientação, sensibilização, prestação de serviços, apoio aos adolescentes, suas famílias na intenção de mostrar que é preciso trabalhar sobre a forma de ressocialização e reeducação dos mesmos.

A assistente social deve ter compromisso com o trabalho, estar sempre informada sobre as normas técnicas, processo de encaminhamento, e a melhor maneira de realizar as atividades, estudando o material disponível, buscando informações e discutindo as dúvidas com profissionais habilitados, participar de seminários e cursos, além de possuir uma postura profissional que inspire respeito e confiança, estabelecendo empatia e comunicação favorável com o público alvo.

Deverá inicialmente entrevistar os adolescentes que Prestarão Serviços à Comunidade (PSC) para uma primeira aproximação com o adolescente e com seu responsável. Verificará a melhor instituição para o adolescente cumprir esta medida, levando em consideração sua possibilidade de fazê-lo.

Da mesma forma os adolescentes em Liberdade Assistida (LA) passarão por uma entrevista inicial com a assistente social para uma primeira aproximação com o adolescente e com seu responsável. Através deste primeiro contato verificará a oficina que este adolescente participará, levando em consideração a possibilidade de fazê-lo. A assistente social realizará visitas domiciliares sempre que se fizer necessário.

A psicóloga fará junto ao adolescente e sua família um processo de triagem psicológica para levantar e subsidiar os encaminhamentos que deverão ser realizados em cada caso específico.

Estão contempladas nos procedimentos as seguintes intervenções possíveis: participação nas oficinas culturais oferecidas pelo projeto socioeducativo, atendimento psicológico individualizado e participação em grupos operativos com adolescentes infratores.

Com o objetivo de trabalhar as estruturas familiares na constituição e reinserção do adolescente na família, serão ofertados grupos operativos com os pais no sentido de prestar acolhimento, orientação e conhecimentos que possam subsidiá-los numa relação mais afetiva com seus filhos.

Os procedimentos realizados serão devidamente registrados, datados e assinados pelo profissional, pelo adolescente e dependendo do atendimento, pela família. Independente da medida socioeducativa aplicada ao adolescente sendo PSC ou LA, ambos comungarão dos mesmos procedimentos psicológicos.

Ainda apresentando o projeto de Mandaguari, Juliana elencou as metas no trabalho com os adolescentes em conflito com a lei:

- a) ajudar o adolescente a estabelecer um processo de reflexão, favorecendo:
 - o fortalecimento da autoestima e autoconhecimento;
 - o desenvolvimento de habilidades de auto-observação e reflexão; e
 - a descoberta de suas próprias características, potencialidades e interesses;
- b) incentivar o adolescente a enfrentar suas dificuldades, desenvolvendo capacidade de:
 - resolver situações-problema nas atividades propostas;
 - tomar decisões;
 - utilizar o diálogo como forma de lidar com conflitos e tomar decisões coletivas; e
 - persistir em seus esforços de enfrentamento de dificuldades;
- c) analisar com o adolescente as motivações e consequências de seus padrões comportamentais, contemplando também os relacionados à prática do ato infracional;
- d) buscar a manutenção dos processos comportamentais do adolescente, oportunizando sua reprodução no maior número de ambiente possível;
- e) e reforçar os valores morais, como o respeito, o valor à vida, a tolerância, a responsabilidade, a igualdade, a justiça e a paz, para que passem a ser referências no modo de agir do adolescente;
- f) estimular o adolescente a realizar uma leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta;
- g) o adolescente em um processo de conscientização de sua história de vida, possibilidade para o futuro e desejo de mudança;
- h) propor no cotidiano da instituição situações e atividades que estimulem e favoreçam:
 - a interação, participação e cooperação em grupo;
 - o respeito pelas diferenças pessoais e a empatia;

- a conscientização da importância das normas para o convívio social;
 - a responsabilização pelos atos que pratica;
 - a possibilidade de resolução de problemas por meio de uma vivência pacífica;
 - a reflexão e o exercício da cidadania pelo adolescente, preparando-o para a vida em uma sociedade democrática;
- i) oferecer condições para que o adolescente possa analisar, e se necessário, construir novas formas de se relacionar com:
- seus familiares, namorada (o), parceira (o) ou cônjuge;
 - seu grupo de amigos;
 - sua comunidade;
- j) valorizar e/ou ajudar o adolescente a desenvolver:
- a curiosidade e o prazer de aprender;
 - a criatividade e a iniciativa;
 - formas de expressão simbólica e artística;
 - o hábito do estudo autônomo, disciplinado e responsável;
 - a percepção do trabalho como meio de transformação social;
- k) promover atividades específica dentro e fora da unidade para o desenvolvimento físico, cognitivo, ético, espiritual, estético, afetivo e social, de modo que o adolescente:
- adquira o mínimo de habilidades e conhecimento para operar no mundo com instrumentalidade para realizar seu projeto de vida;
 - busque alternativas para sobreviver sem entrar em conflito com a lei;
 - valorize suas conquistas e estimule a continuação de seu plano de atendimento; e
 - aproveite as oportunidades de experimentar, pouco a pouco, a liberdade responsável.

Em seguida, as facilitadoras Vera e Juliana lembraram a importância que tem a recepção do adolescente (o primeiro momento é o que fica) e de forma didática elencaram em quatro fases o atendimento dos adolescentes:

- a) **Recepção:** o técnico de referência do município vai receber o adolescente mesmo que o adolescente tenha ido marcar o primeiro atendimento, isso é importante para deixar o adolescente com uma boa impressão do projeto.

“A identificação básica é muito relevante, pois precisamos ter a documentação básica que nem sempre é o que constatamos. O RG, CPF e título de eleitor quando adolescente já tiver 18 anos, isso sem falar na Certidão de Nascimento que em muitos casos o adolescente não tem.”

“É importante também, que no primeiro atendimento o técnico de referência receba os pais ou responsáveis para assinar o instrumento de ciência sobre os compromissos com o cumprimento da medida e explicar como irá funcionar a medida socioeducativa e a responsabilidade dos pais sobre os adolescentes”. Em alguns casos são realizadas as visitas técnicas conjuntas entre psicólogo, pedagogo e assistente social;

b) Acolhimento: “A interpretação da medida aplicada ao adolescente é de suma importância para esclarecer a parte processual e o que é a medida que ele irá cumprir, quais os deveres e esclarecer também que, mesmo que o adolescente cumpra uma medida socioeducativa, ele é detentor de direitos.”

“A entrevista individual serve para estabelecer uma relação de confiança e buscar mais informações sobre o adolescente. É importante também, entrevistar a família para ter mais subsídios no acompanhamento do trabalho e realizar a consulta aos autos do processo.”;

c) Encaminhamento social e educacional: são realizados todos os encaminhamentos sugeridos na discussão dos grupos. No caso de PSC, deverá ser realizado o contato e o encaminhamento com a instituição em que o adolescente prestará o serviço;

d) Elaboração de relatório psicossocial e educacional: após a realização do estudo de caso, pautado nas informações dos relatórios da equipe técnica e dos educadores, será elaborado um modelo instrumental (relatório) que será encaminhado ao Poder Judiciário mensalmente.

No caso de PSC, também, será incrementado a parte do relatório cedido pelo profissional de referência do local de prestação de serviço, ou seja, como o adolescente cumpriu suas tarefas, qual trabalho foi realizado por ele.

2.1 Problematização do Caso Luciana

A coordenação orientou que o Grupo de Trabalho procedesse os encaminhamentos do caso como se estivesse no município que receberia os autos do processo de Luciana.

No período vespertino o grupo de reunião foi subdividido em três subgrupos para discutirem o caso e fazerem os devidos encaminhamentos com o objetivo de montar um quadro com as medidas compatíveis com o caso.

Os grupos dividiram em sete tópicos os problemas enfrentados neste caso e depois passaram a fazer os encaminhamentos, sendo eles:

a) habitação: comunicar a secretaria da habitação e com o apoio das assistentes sociais promover ações de emergência, melhorar a infraestrutura da residência e paralelamente inscrever a família num programa de habitação;

b) renda familiar: enviar a família para o curso de geração de renda e profissionalização, além de encaminhar para os programas Luz Fraterna e Baixa Renda e aos equipamentos necessários como: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), agência do trabalhador e Sanepar;

- c) **escolarização:** encaminhar a adolescente para o ensino regular e solicitar o preenchimento da ficha FICA, para se ter um controle da frequência escolar de Luciana;
- d) **saneamento básico:** solicitar a construção de um módulo sanitário para minimizar a falta de estrutura onde a família habita, para minimizar a precariedade solicitar ajuda da secretaria municipal de saúde e do meio ambiente;
- e) os técnicos diagnosticaram problemas com drogadição e resolveram fazer encaminhamentos através da secretaria de saúde. Cada município sugeriu um tipo de intervenção como: apoio do AA (Alcoólicos Anônimos), comunidades terapêuticas e Al-Anon do Brasil (grupo que atende casos de alcoolismo);
- f) encaminhar a adolescente a algum projeto socioeducativo municipal e eventualmente cadastrar em algum projeto do governo estadual ou federal como o Projovem;
- g) devido aos problemas de saúde e vulnerabilidade pelo que a adolescente passa, ela seria encaminhada para o posto de saúde para exames de DST e uma avaliação do ferimento no ouvido. De acordo com informações de um possível abuso sexual sofrido pela adolescente, esta deverá ser levada a uma delegacia para abertura de um inquérito policial e o caso ser encaminhado para o Ministério Público do local do abuso.

QUADRO 1 – ENCAMINHAMENTOS DO CASO

PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
• Habitação;	• Inscrição para programas de habitação; • Ações emergenciais e melhoria de infraestrutura residencial;	• Habitação; • Assistência social etc.;
• Renda – família;	• Curso de capacitação ou geração de renda/profissionalização; • Encaminhamento Programas Luz Fraterna e Baixa Renda;	• CRAS/ Agência do trabalhador; • Sanepar/Companhia de Energia;
• Escolarização;	• Encaminhamento educação - ensino regular; • Solicitação de preenchimento da ficha Fica;	• Escola Municipal ou Estadual;
• Infraestrutura;	• Melhoria do saneamento básico – Construção de módulo sanitário;	• Secretaria de Saúde/MS; e • Secretaria de Meio ambiente;
• Drogadição;	• Tratamento;	• Saúde/AA; • Comunidade Terapêutica; • AL-ANON;

• Vulnerabilidade Social;	• Inclusão em Programas socioeducativo/oficinas; Acompanhamento à família; • Benefícios eventuais;	• Projovem/CRAS;
• Necessidade de avaliação da saúde;	• Sangramento do ouvido; • Avaliação da saúde – DST;	• Saúde;
• Exploração sexual e violência doméstica;	• Encaminhamento para avaliação psicológica;	• Saúde/Ministério Público;

3] Considerações Finais

Esse grupo foi conduzido por profissionais técnicos que mantiveram os participantes sempre atentos, ou com informações, ou com explicações técnicas de casos práticos e isso fez com que as atividades fossem bem aproveitadas.

Esse grupo era formado por profissionais que tinham uma pequena ideia, ou nenhuma, sobre medida socioeducativa e por isso percebemos que algumas intervenções no caso prático poderiam ter percorrido outros caminhos para uma maior eficácia.

Os participantes saíram do encontro com uma ideia mais clara das medidas socioeducativas e com uma maior experiência para enfrentar problemas do cotidiano nos municípios.

Para as próximas capacitações a sugestão é de montar classes com aulas de determinados assuntos, nas quais os participantes poderiam escolher as matérias que mais interessassem como: processo de ato infracional, pois esse tema era desconhecido pelas participantes e ele despertou muito interesse.

O grupo reunido tirou muitas dúvidas sobre alguns procedimentos do meio aberto, mas sobre a atividade não se obteve sucesso por uma falta de ênfase na explicação, sobre como a atividade deveria ocorrer e até mesmo pela falta de orientação das facilitadoras.

As experiências das duas facilitadoras puderam ser absorvidas pelos participantes e a avaliação dos mesmos foi de plena satisfação do encontro.

O Que é Medida Socioeducativa em Meio Aberto?¹¹

1] Introdução

Os integrantes da oficina eram profissionais que atuavam em diferentes áreas de formação, como por exemplo: assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, entre outros e, em sua maioria desconheciam o que eram medidas socioeducativas, assim como, os fundamentos que embasam essa temática de forma aprofundada.

A oficina contou com 13 integrantes, sendo que estava previsto a participação de 43 profissionais, o que resultou em uma limitação no que se refere às discussões e aos debates que se desenvolveram durante a oficina. Contudo, também pôde-se observar que as facilitadoras buscavam, a todo momento, estimular a participação dos membros do grupo.

Com o desenvolvimento da oficina notou-se que os profissionais eram pessoas que realmente queriam se capacitar. Pôde-se perceber que os profissionais, embora, não conhecessem de forma aprofundada os fundamentos teóricos-metodológicos, que embasam as medidas socioeducativas, já haviam de certa forma tido contato com os adolescentes em conflito com a lei.

De forma geral, o grupo teve uma interação entre os seus membros, sendo que todos os integrantes contribuíram para a discussão.

2] Descrição da Oficina

Ao iniciarem os trabalhos, a integrante da comissão organizadora, Maria Nilvane Zanella, passou na sala do Grupo de Trabalho e explicou a metodologia das oficinas. Posteriormente, explicou que esse grupo era composto por profissionais que não possuíam em seus municípios órgãos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, dessa forma, esse grupo de trabalho iria conhecer questões que envolvem a realidade dos municípios pequenos, para dessa maneira encontrarem estratégias no desenvolvimento do trabalho com os adolescentes em conflito com a lei. Em seguida, abordou a programação do dia (quinta-feira) assim como a programação da sexta-feira.

Participaram da oficina 13 profissionais. Inicialmente, as facilitadoras pediram para que os integrantes do grupo se apresentassem, dizendo nome, cidade e se já atuou diretamente com os adolescentes em conflito com a lei. Por meio da apresentação percebeu-se que os membros do grupo iniciaram o trabalho com os adolescentes recentemente, sendo que entre esses existiam pessoas que nunca tiveram contato com os adolescentes e não conheciam os fundamentos que embasam essa temática. Além disso, pôde-se perceber que grande parte dos profissionais trabalhava no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

11. Regional de Curitiba. Facilitador: July Anne Castilho, Tatiani Maria Finkler de Lima Guzzo.

Os profissionais alegaram que não existia em seus municípios nenhum órgão que executasse as medidas socioeducativas, sendo que a demanda de adolescentes em conflito com a lei nos mesmos não era alta o que acabava resultando de certa forma em um descaso a esse público.

A diretora de Recursos Humanos, da regional da saúde de Pato Branco, relatou que “quando apareceu a oportunidade de alguém da regional vir à capacitação, na hora me prontifiquei em participar, pois lá na regional, existem quatro vagas para os adolescentes que participam do ‘Programa Adolescente Aprendiz’, contudo, dessas quatro vagas apenas uma vaga está atualmente preenchida, sendo que as outras três vagas serão preenchidas nos próximos meses”.

Além disso, relatou que ela era a responsável pelos adolescentes que participavam do Programa Adolescente Aprendiz dentro da instituição e que além deles trabalharem na regional, esses adolescentes também estavam cumprindo medidas socioeducativas, sendo que esse fato fez com que ela tivesse o interesse de participar da capacitação. Dessa forma, ela colocou que queria entender “um pouco sobre a temática adolescente em conflito com a lei, para com isso poder atender o adolescente de forma mais integral”.

A facilitadora iniciou sua fala dizendo que “é impossível trabalharmos com os adolescentes em conflito com a lei sem conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, em seguida, leu os artigos do ECA que abordam a temática adolescente em conflito com a lei. Além disso, afirmou que não é função do conselho tutelar executar medidas socioeducativas.

Após, disse que iria falar um pouco sobre a questão da recepção do adolescente. Afirmou que não existe um modelo de recepção, sendo que a recepção envolve desde “a oferta de um cafezinho até a apresentação do que é o programa e dos objetivos”.

Em seguida, as facilitadoras explanaram que sempre após a recepção devemos realizar o acolhimento, tanto dos adolescentes quanto de sua família. July colocou que se deve acolher o adolescente de forma integral, não passando apenas uma imagem para os adolescentes de “acolhedora, mas deve-se passar o sentido técnico”.

Um integrante do grupo disse que em cidades pequenas existe toda uma cultura conservadora, que rotula os adolescentes em conflito com a lei, vendo esses como um “pacote de problemas”.

Tatiani afirmou que os adolescentes com que trabalhamos não tiveram a “base dentro de casa: nem limite e nem apoio”, dessa forma, trabalhamos com adolescentes que não tem precária apenas a alfabetização, eles também tem precário o limite e o apoio.

July relatou que na recepção deve-se situar o adolescente de sua medida, assim como, providenciar as documentações que envolvem o ato infracional do adolescente. Além disso, mostrou para os integrantes do grupo os instrumentais que elas utilizam em seus trabalhos, como por exemplo: o instrumental da entrevista inicial. Após, as facilitadoras entregaram uma pasta para cada profissional, com modelos de anamnese social e psicológica e outros materiais.

Em seguida, os integrantes do grupo relataram que existe uma grande dificuldade no que se refere ao trabalho em rede. Além disso, um professor de violão disse que em seu município existe um programa específico que atende adolescente em conflito com a lei, que é o local onde ele atua. Relatou que

houve uma situação na qual ele iria dar aula de violão para um adolescente, e o adolescente disse que “não queria fazer a aula de violão” e pediu para o professor, se ele podia assistir televisão. O professor “liberou”. Contudo, a psicóloga do programa em que atua entrou na sala e desligou a televisão, e isso provocou uma reação agressiva no adolescente, sendo que ele quis agredir o professor, pois achou que este estava fazendo “intriga”. Dessa forma, o professor relatou que situações como essa sempre ocorrem em seu cotidiano de trabalho, sendo que é muito frequente a invasão de outros profissionais em suas atividades.

Após essa fala, os profissionais começaram a relatar situações negativas no atendimento ao adolescente em conflito com a lei, perdendo por momentos o foco do grupo e a discussão que estava pautada para que o grupo discutisse.

Segundo a facilitadora July, a principal questão que diferencia a Liberdade Assistida (LA) da Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) é a questão dos encaminhamentos dos adolescentes que cumpre PSC para as instituições filantrópicas, para que o adolescente preste um serviço à comunidade.

Tatiane disse, que toda a vez que ela vai a capacitações ela escuta “cada coisa”, sendo que ela percebe que em muitos lugares a “coisa não anda” e isso ocorre principalmente porque não existe um trabalho integrado. Segundo ela devemos trabalhar de forma “transdisciplinar”, procurando parceria com a saúde, com a educação, com o poder judiciário e com o ministério público.

Em seguida, a facilitadora July afirmou que os adolescentes em conflito com a lei têm inúmeras potencialidades, sendo que devemos valorizá-las, demonstrando em nosso trabalho cotidiano “ações que gere confiança dos adolescentes para conosco”.

Um integrante da equipe disse que gosta de trabalhar com os adolescentes a partir de letras de músicas e que isso faz com que os adolescentes se expressem de forma clara. Contudo, abordou que os próprios adolescentes escolhem as músicas que serão trabalhadas na oficina, pois, isso “faz com que os adolescentes se comprometam em participar da oficina de forma efetiva”.

As facilitadoras deram como sugestão aos profissionais para que os mesmos assistissem ao filme “Contador de História”, pois esse filme envolve a história de um ex-adolescente em conflito com a lei que conseguiu “dar a volta por cima”.

Uma profissional relatou que em cidades de pequeno porte, que é a realidade que eles encontram, “não tem como executar as experiências mostradas pelas facilitadoras do CASEC”, que os profissionais que atuam em cidades pequenas devem atuar juntamente com a rede. A profissional ainda afirmou que esse trabalho é extremamente importante para que as medidas socioeducativas sejam executas de forma integral.

Os profissionais de Tibagi, educadores que trabalham nas oficinas com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, disseram que possuem muitas dificuldades no que se refere ao trabalho com a equipe técnica (Assistente Social e Psicóloga). Relataram algumas situações desgastantes na qual os mesmos tiveram embate com os técnicos.

Segundo os mesmos, os próprios técnicos não apresentam um comprometimento com o trabalho, sendo que em muitas situações “as técnicas acabam saindo do atendimento mais cedo e pedem para

que os oficinairos desenvolvam atividades com os adolescentes até dar a hora”. Além disso, os profissionais relataram que existem semanas que os técnicos se negam a atender os adolescentes, “pedindo para que os adolescentes participem só das oficinas”.

Além disso, os educadores afirmaram não ter conhecimento de como realmente deve funcionar o programa de medida socioeducativa, devido a essa questão pediram para ficar com os grupos que possuem uma demanda pequena, mesmo já possuindo programa de atendimento, pois pretendiam conhecer de forma concreta todo o processo que envolve o adolescente em conflito com a lei, assim como o que realmente são as medidas socioeducativas.

Outra questão colocada pelos educadores foi que os mesmos não sabiam que poderiam pedir apoio à equipe regionalizada da Secretaria da Criança e da Juventude de Ponta Grossa para resolver essas situações. Colocaram também, que acreditam que a profissional de referência da secretaria “seja a Mônica”, contudo, não possuem nenhum contato efetivo com esta e nem ao menos conhecem o trabalho que ela desenvolve.

3] Problematização do Caso Luciana

No período da tarde, 11 pessoas participaram da oficina, sendo que nesse momento os membros da equipe leram o caso “Luciana” (em anexo). Em seguida buscaram encontrar quais eram os problemas, assim como as possibilidades de intervenção e a rede de serviços. Os encaminhamentos foram os seguintes:

QUADRO 1 – PROBLEMATIZAÇÕES, INTERVENÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

PROBLEMATIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	ENCAMINHAMENTO
• Moradia;	• Aumento de uma peça e inclusão em programa habitacional;	• Secretaria Habitacional; • Secretaria de Obras
• Renda;	• Inserção no CRAS; • Oferecimento de cursos; • Trabalho e emprego;	• CRAS; • Agência do Trabalhador;
• Saúde;	• Atendimento clínico e/ou encaminhamentos;	• PSF; • Saúde da Mulher; • Consórcio da Saúde;
• Conflitos interpessoais;	• Acompanhamento da equipe multidisciplinar; família – individual e grupal;	• CREAS ou Saúde;
• Déficit educacional.	• Inserção na rede de Ensino Fundamental; • Cursos socioeducativos; contratuais.	• CEBJA; • CRAS; e • ONG's.

Após a construção desses tópicos, as facilitadoras realizaram uma dinâmica com bexigas. A dinâmica seguiu os seguintes passos:

- a) todos encheram as bexigas e jogaram para cima, concomitantemente a esse processo tocava uma música e após a finalização, as facilitadoras pediram para que os profissionais estourassem as bexigas.
- b) em seguida, cada um pegou o papel que estava dentro da sua bexiga e começou a ler, nos papéis estavam escritas as seguintes palavras: amor, responsabilidade, respeito, rede, entre outros. Dessa forma, as facilitadoras afirmaram que essas palavras que estavam dentro das bexigas deveriam permear o cotidiano da prática profissional dos técnicos que atendem adolescentes em conflito com a lei, pois “em muitas situações deixamos de lado essas questões, prejudicando, com isso, o trabalho que desenvolvemos”.

Após esse momento, houve as apresentações dos problemas, das possibilidades de intervenções e das redes de serviços.

Finalizando, as facilitadoras apresentaram o clip “Uso Filtro Solar”, de Pedro Bial.

4] Considerações Finais

A partir do desenvolvimento da oficina percebeu-se que as facilitadoras buscavam, a todo momento, fazer com que todos os integrantes do grupo participassem das atividades. Contudo, notou-se que o objetivo da oficina, que era discutir o “que é medida socioeducativa em meio aberto”, não foi totalmente alcançado, pois, as facilitadoras restringiram suas falas ao que se referia às suas experiências no CASEC, sendo que a realidade dos profissionais que participavam do grupo era, na grande maioria, diferente da realidade que as facilitadoras trouxeram enquanto experiência.

No decorrer das atividades desenvolvidas, principalmente no momento da discussão do caso “Luciana”, percebeu-se que pelo grupo contar com profissionais de diversas áreas, acabou encontrando para o caso uma diversidade de encaminhamentos, que deveriam ser providenciados ao se deparar com uma situação como aquela que estava sendo debatida.

Algo a ser enfatizado é que os profissionais que participavam do grupo ao verificarem quais eram os problemas presentes no caso “Luciana”, também procuravam encontrar estratégias de intervenção e a rede de serviços, de acordo com a realidade dos municípios e com os serviços que os mesmos oferecem.

Notou-se que os profissionais gostaram das atividades desenvolvidas no decorrer da oficina, apresentando um bom envolvimento e integração com as atividades propostas. Porém, percebeu-se que eles buscavam na oficina conhecer realmente os fundamentos que embasam as medidas socioeducativas, fato esse que não ocorreu de forma integral.

Finalizando, pôde-se perceber que a oficina colaborou na capacitação dos profissionais, pois muitas das dúvidas que os mesmos possuíam em relação às medidas socioeducativas foram sanadas pelas facilitadoras. Sem dúvida a oficina contribuirá para a prática cotidiana desses técnicos, sendo este um espaço que proporcionou o crescimento profissional e intelectual destes.

Metodologia de Atendimento em LA e PSC¹²

1] Introdução

Durante a realização da oficina ocorrida no dia 03 de dezembro na cidade de Curitiba, coordenada pela Assistente Social, Daniela Magalhães, foi possível verificar interação entre o grupo, uma vez que todos participavam das discussões instigadas pela facilitadora.

No período da manhã, houve discussões a cerca do atendimento das medidas de LA e PSC, já no período da tarde, discutiu-se um caso e seus devidos encaminhamentos. No período vespertino, a participação foi consideravelmente satisfatória, uma vez que, nem todos participantes voltaram após o intervalo do almoço.

O grupo que se encontrava presente, entretanto, realizou uma discussão participativa. No início houve um constrangimento por parte de alguns municípios participantes, que se mantiveram apenas na observação, no entanto a facilitadora passou a instigar tal grupo até que os mesmos se participassem da discussão, tornando a oficina bastante produtiva.

2] Descrição da Oficina

No início do trabalho a facilitadora fez uma breve apresentação e pediu para que todos também se apresentassem. Neste momento todos estavam bastante integrados e interessados. Após a apresentação a facilitadora fez uma breve discussão acerca do atendimento em LA e PSC, enfocando pontos que se diferem no que diz respeito ao acolhimento, recepção, encaminhamento social e educacional, plano personalizado de atendimento, elaboração de relatório psicossocial e educacional, comissão de atendimento socioeducativo para os adolescentes encaminhados as instituições de execução das medidas.

Essa discussão envolveu a todos, considerando que todos os presentes tinham conhecimento sobre os temas abordados, dessa forma a discussão abrangeu diferentes aspectos.

Durante a discussão o Município de Mandirituba, destacou que o município possui o CREAS, no entanto a medida que executa é apenas a Liberdade Assistida, sendo a Prestação de Serviço à Comunidade algo novo para a equipe que executa o serviço, que só a pouco tempo passaram a trabalhar com PSC.

Durante a discussão no grupo, os participantes enfocaram que pela instituição CREAS ser um serviço novo, onde o SINASE prevê equipe diferenciada, há uma confusão de papéis dos profissionais que atuam no serviço. Nesse momento, a facilitadora alertou que “por mais que a instituição trabalhe há tempos, sempre vai existir essa confusão uma vez que a política do sistema único de assistência social - SUAS prevê um serviço e o Sinase aponta outra configuração de equipe especializada”.

12. Regional de Curitiba. Facilitador: Daniela Magalhães. Relator: Daniely Cristiane Resina Ferreira.

Determinado município destacou que o serviço em meio aberto era executado juntamente com o serviço sentinela do município, e como o CREAS exige equipe diferenciada há grande dificuldade na definição de papéis dentro na instituição executora de medidas socioeducativas.

Também foi discutido durante a oficina que há municípios em que as medidas socioeducativas são executadas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), contando com um assistente social e um psicólogo para realizar os atendimentos.

Outra questão levantada foi que há municípios em que o CREAS atende tanto criança e adolescente, quanto idoso e mulher vítima de violência sexual.

Após essas discussões, a facilitadora pontuou a importância da boa relação dos técnicos dos programas de atendimento de medida socioeducativa com as instituições de execução de medida de privação de liberdade, conhecendo e sabendo quais são os adolescentes que se encontram privados de Liberdade.

Importante salientar que a família deve ser preparada para receber o adolescente, entendendo que na maioria das vezes, o adolescente já tem uma medida em meio aberto para cumprir. Ela destacou, ainda, que isso é uma violação, uma vez que esse adolescente deve receber uma medida que se configure em medida protetiva, ao invés da medida em meio aberto.

A facilitadora fez uma breve discussão acerca do atendimento da medida LA e PSC entendendo que não há diferença no acolhimento e na recepção, que esta deve acontecer da melhor forma, pois destacou que é importante privilegiar o atendimento aos adolescentes pois, “entendo que esses já vem carregados de diversas questões de preconceito. Já o acolhimento deve ser realizado de forma bastante cuidadosa, não meramente preencher ficha, deve ser realizado sem preconceito”, destacou ainda que “a função dos técnicos não é julgar, mais sim socioeducar”.

Enfocou que num primeiro momento “é importante informar o adolescente para que ele tenha conhecimento das medidas e é importante saber quem é o adolescente, do que ele gosta, o que ele faz”. Destacou que a grande diferença é que a PSC exige que o adolescente se insira em algum órgão para o atendimento, sendo assim, deve-se analisar as possibilidades de discriminação nesses órgãos.

A facilitadora ressaltou a importância de fazer a evolução do caso, a importância de deixar o registro na instituição, uma vez que ninguém é insubstituível, relatando que ninguém é onipotente, pois o atendimento é um processo, “e se um profissional é substituído todo o processo pelo qual passou determinado adolescente deve estar registrado para que o profissional que venha a se inserir na instituição dê continuidade ao trabalho já iniciado”.

A facilitadora fez considerações acerca da lista de presença posta para os adolescentes nas instituições executoras das medidas, envolvimento do processo de limites postos, uma vez que o adolescente sente-se responsável pela presença na instituição. Esse assunto causou discussões uma vez que o registro é importante, por conta de fiscalizações, para concessões de verbas e até mesmo para efetiva atuação do atendimento.

A facilitadora citou exemplos da sua prática, o que chamou bastante a atenção do grupo, onde muitos se identificaram na ação e muitos se interessaram nos exemplos. Um dos exemplos que mais chamou a atenção foi o relato de que a assistente social resolveu levar um adolescente, que estava em

cumprimento de medida, até a feira, instigando-o a pesquisar preços de legumes e frutas, fazendo-o sentir-se inserido na sociedade. Muitos dos adolescentes nunca estiveram em uma feira, muito menos pesquisaram preço de legumes. Ao fim da feira, ela discutia com o adolescente o desperdício que ocorria ali, o montante de frutas e verduras que eram jogadas fora e o que podia ser feito para evitar tanto desperdício. Essa reflexão levou o adolescente a perceber que o desperdício é um assunto que, muitas vezes, passa despercebido, até mesmo pelos adultos. Tal atividade deu certo, e a facilitadora passou a realizar com mais e com mais adolescentes, dando certo com a maioria.

Uma questão também apontada durante a oficina pelo grupo é a questão da negligência da escola ao receber o adolescente em conflito com a lei. Um membro do grupo relatou que “muitas vezes os adolescentes são jogados na escola e esquecidos pelos técnicos, e a escola não se sente preparada para intervir e quando procura a família, esta é ausente”. Em Guarapuava foi destacado a parceria da instituição de cumprimento de medida socioeducativa, juntamente com a Educação, e apontou que isso tem dado muito certo no município. Isso abriu espaço para que a facilitadora destacasse a importância da atenção ao professor que vai trabalhar com a demanda de adolescentes autores ato infracional. Ela destacou ainda que “para fazer diferença deve ser feito diferente”, destacando que o sistema já existe para massacrar, para descriminalizar, dessa forma a diferença vai estar na atenção do profissional que vai receber o adolescente na escola.

A facilitadora enfatizou a importância do plano personalizado de atendimento (PPA), de relatar com calma, de realizar com calma, destacou a importância do trabalho com a rede da interação com a rede, também relatou a função da prestação de serviço, sobre a natureza socioeducativa e pedagógica da medida.

Foi questionado, que em um município, Irati, a inserção do adolescente em programas de capacitação tem se configurado em prestação de Serviço à Comunidade. A facilitadora destacou que “isso não se configura em cumprimento de medida socioeducativa, pois a inserção em programas de capacitação é um direito”. O município destacou que tal inserção se configura mais importante do que ser inserido em algum órgão, para execução de qualquer outra atividade.

A facilitadora rebateu que o atendimento em cursos não há um atendimento ou uma atenção da qual o adolescente necessita, sendo assim ela foi confrontada no sentido de haver encaminhamentos que não dão certos.

A partir dessa discussão diversos apontamentos foram levantados, houve uma participação em 100% do grupo acerca dessa questão da inserção do adolescente que presta serviço.

Houve discussão acerca do acompanhamento do adolescente, e sobre a importância da sensibilização daqueles que irão receber o adolescente que se encontra prestando serviço à comunidade. A facilitadora destacou a importância do acompanhamento técnico ao adolescente no órgão de cumprimento.

O município insistiu na realização de capacitação, configurando como medida socioeducativa, destacando que incluir o adolescente na comunidade muitas vezes acaba sendo punitivo.

Já no fim do período da manhã, destacou-se a importância da participação da família no contexto do adolescente em cumprimento de medida. Foi abordado também a importância do atendimento ao

adolescente, destacando o fato que se deve ter no início do atendimento, e que se deve dar importância às questões que ele apresenta.

Foi questionado ainda o recebimento das medidas aplicadas aos adolescentes acima de 18 anos. A facilitadora afirmou que “até os 21 anos é possível cumprir medida”. Ela destacou a importância de “realizar o atendimento fora da sala, de sair da sala e inserir o adolescente na comunidade, tentar inserir o adolescente no meio, já que este se encontra em uma situação de exclusão”.

Para encerrar o período da manhã, a facilitadora realizou uma dinâmica, pedindo para que cada um escrevesse em um papel uma palavra que representasse a socioeducação, seja aspecto negativo ou positivo, colocasse dentro da bexiga e a enchesse, a partir disso todos iriam jogar a bexiga para cima, não importando qual era a sua, ninguém poderia deixar cair. Após, realizou-se uma análise da brincadeira e, por fim, todas as bexigas foram estouradas e cada um leu o que havia dentro de cada uma. Na maioria das definições, ali postas, haviam aspectos positivos sobre a socioeducação.

Ao retornar do intervalo do almoço, a facilitadora propôs ao grupo que se dividissem em grupos menores, no entanto o grupo se propôs a ficar num grande círculo, o que facilitaria o entendimento em conjunto, sendo assim, a facilitadora acatou a vontade do grupo.

A partir disso, fez-se o relato de um caso, de um adolescente com o nome de João, com 17 anos. Após a leitura do caso, propôs-se fazer a escolha do relator do grupo, para que ele fizesse a apresentação no dia seguinte juntamente com os demais grupos das outras oficinas realizadas simultaneamente.

Foi sugerido pelo próprio grupo que de início se fizesse o levantamento dos problemas evidenciados no caso. Neste momento o grupo se dispersou um pouco, pois a facilitadora os deixou bem à vontade para a discussão, evidenciando que o caso era do grupo e que o grupo seria responsável em identificar os devidos encaminhamentos. Um membro do grupo, percebendo a dispersão de alguns, chamou a atenção de todos, propondo que as discussões fossem compartilhadas no grupo, nesse momento a facilitadora também entrevistou, concordando com a manifestação do membro do grupo, a partir de então o grupo se manteve mais atento e mais focado na discussão.

A partir disso, o grupo começou a se articular e apontar que o caso parecia contraditório, uma vez que afirmava que o jovem não fazia uso de droga, e em um parágrafo abaixo dessa afirmação, considerava que o adolescente antes de cumprir medida socioeducativa de internação, fazia uso abusivo de substâncias psicoativas.

Durante a discussão a facilitadora se manteve apenas na observação, fazendo o mínimo de intervenção, afirmando que os encaminhamentos seriam realizados pelo grupo. O grupo, neste momento, estava bastante articulado, e estavam em um número menor de pessoas, pois poucos voltaram do intervalo do almoço.

Identificaram que o caso não apontava qual medida o adolescente deveria cumprir após sair da medida de privação de liberdade. Destacaram que deveriam trabalhar com o que tinham, relatando também que neste caso poderiam procurar o fórum para saber qual era medida. Resolveram então definir que a medida seria Liberdade Assistida, uma vez que nos municípios ali presentes era o que acontece mais frequentemente.

3] Problematização do Caso João

O caso fictício apresentado para o grupo tratava-se de um adolescente com o nome de João, com 17 anos, e que reside com a genitora, Sra. Carolina Marcondes, 46 anos, não alfabetizada, diarista, sem vínculo empregatício e mais seis filhos, sendo que João e mais dois do primeiro casamento com o Sr. Antônio, Mariana, com 20 e Carlos, com 21. Os demais quatro filhos são do segundo casamento com o Sr. Jair, Joana, 14, Cláudia, 12, Marcos, 10, e Adriana, 09.

Residem ainda na mesma casa dois sobrinhos de João, de 04 e 05 anos de idade, filhos da irmã mais velha, Mariana, que trabalha em uma boate. O irmão mais velho, Carlos, trabalha como vendedor de painéis e está sempre em outras cidades, ficando esporadicamente em casa.

Moram em uma área de invasão, em uma casa de madeira, sem divisória, com água encanada, luz elétrica e banheiro. Estão no local há cerca de quatro anos. A Sra. Carolina recebe em média R\$ 300,00 mensais e conta com o auxílio da renda do filho mais velho, que fornece R\$ 100,00 mensais para ajudar nas despesas, a filha Mariana não auxilia financeiramente, sai constantemente em companhia das amigas, sendo negligente no cuidado com os filhos. A renda é complementada com o benefício do Governo Federal (Bolsa Família).

O pai de João, primeiro marido da Sra. Carolina, faleceu há cerca de um ano, vítima de assassinato. A convivência do jovem com o padrasto sempre foi marcada por agressões e violência, a mãe descreve que o padrasto sempre sentiu ciúmes de João em relação a ela.

Durante o atendimento o jovem relatou que desde os oito anos, em busca de contribuir para o sustento da família, passou a carregar sacolas na feira e nos supermercados próximos à comunidade em que vivia. Logo em seguida, foi convidado por amigos mais velhos a iniciar pequenos furtos nas ruas e também em ônibus. Algum tempo depois, iniciou atividades no tráfico de drogas. Começou como 'fogueteiro' (ou 'olheiro'), mas rapidamente chegou a gerente de área. Sua atividade inicial de inserção no tráfico foi considerada, pelo adolescente, como o primeiro passo para 'a formação de bandido'. A partir daí, passou a traficar até obter um cargo alto, quando passou a gerente. O jovem afirma que 'virar gerente' significa dedicar-se a atividades de alto risco e 'ter conhecimento', ser da comunidade e apresentar bom relacionamento com os demais integrantes da 'boca de fumo'. Tinha direito a salário e cota de consumo de drogas, da qual não fazia uso. Seu trabalho como gerente no narcotráfico consistia em administrar a venda da mercadoria e prestava contas ao gerente geral. Relata ter poder na comunidade e facilidade para se relacionar com várias mulheres, porém afirmou não ter amigos verdadeiros. Por fim, conta que quase foi morto quando fugia de outro grupo que queria invadir o 'ponto' administrado por ele. Revelou que quer deixar essa atividade por medo de morrer, pois já presenciou muitos colegas serem mortos.

João iniciou sua escolarização aos sete anos de idade e atualmente encontra-se evadido da 5.ª série do Ensino Fundamental. O processo de escolarização do adolescente ficou defasado em virtude de seu envolvimento com o narcotráfico e ele conseguiu concluir até a quarta série do Ensino Fundamental.

A convivência familiar tornou-se difícil, a mãe do adolescente possui dificuldade em exercer o poder familiar, não consegue impor limites aos filhos, especialmente com João, não tem autoridade e procura o Conselho Tutelar até mesmo quando as crianças não querem ir à aula.

Devido aos recorrentes atos ilícitos o adolescente cumpriu medida socioeducativa de internação por 1 ano e 6 meses. Antes da internação o adolescente fazia uso abusivo de substâncias psicoativas.

Durante a internação, o adolescente foi matriculado nas disciplinas de Matemática, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA).

Após a apresentação do caso, a facilitadora destacou que era responsabilidade do grupo os devidos encaminhamentos.

A primeira discussão acerca de tal caso, foi o fato da equipe do programa executor de medida não ter anteriormente entrado em contato com a instituição em meio fechado, uma vez que se assim ocorresse o atendimento ao adolescente, aconteceria de forma mais articulada, pois o conhecimento do caso seria mais aprofundado. Essa falta de articulação entre as equipes das instituições, torna o processo mais moroso, uma vez que em alguns casos o adolescente sai da medida de internação e demora cerca de um ano até chegar a instituição de meio aberto.

O grupo considerou que o caso mostrava-se contraditório, uma vez que apontava que o adolescente não fazia uso de sua cota de consumo no narcotráfico, também relatava que antes de ser internado o adolescente fazia uso abusivo de substâncias psicoativas. Identificaram que o caso não apontava qual medida o adolescente deveria cumprir, sendo assim, alguns membros do grupo relataram a possibilidade de nesse caso procurar o fórum para obter a informação sobre a medida a ser cumprida pelo adolescente. A partir dessa discussão ficou decidido que a medida a ser cumprida pelo adolescente seria a Liberdade Assistida.

A respeito do Plano Personalizado de Atendimento, discutiu-se que quando o adolescente saísse da medida de internação, ele já sairia com o PPA, e neste caso, o que poderia ser feito seria uma readequação deste. Enfocaram que quando o adolescente fosse recebido, deveria haver anteriormente conhecimento sobre seus autos, identificando a realidade desse adolescente, deveria também procurar a família, convidar a família, a mãe ou responsável pelo adolescente para comparecer junto com o adolescente ao programa. Antes do adolescente chegar ao programa seria realizada a visita domiciliar para entender qual era a realidade vivida pelo adolescente, e como este seria recebido após sua interação.

Neste momento, o grupo se mostrava bem articulado na discussão. Foi apontado por um membro do grupo, o fato de diagnosticarem apenas problemas neste adolescente, apontando que os adolescentes possuem muitas qualidades e que isso não foi evidenciado no caso relatado. Após essa fala, um membro do grupo afirmou que nunca recebeu um adolescente que possuísse apenas problemas, mas pelo contrário que todos possuem ao menos uma potencialidade.

Outra questão pontuada pelo grupo foi o fato de haver a necessidade de identificar com o adolescente se houve algo de que ele não gostou durante a internação e se gostou de algo.

Pontuaram que é possível verificar no relato do caso dos valores morais, pois com oito anos ajudava, no sustento da família. Porém a facilitadora instigou a discussão acerca do PETI, a relação com a rede, como tem sido articulada a rede. Entendo que a rede necessita existir, mesmo que seja dissolvida precisa ser construída novamente.

A equipe apontou que há uma rede muito bem articulada em Piraquara, porém com a Educação a articulação não ocorre. Foi pontuado que quando o adolescente sai da unidade de internação ele sai com duas garantias: a primeira é que ele pode dar continuidade ao término da escolarização e a segunda é que saem matriculados individualmente.

Apontaram à oportunidade de mãe e filho voltarem juntos à escola, e foi pontuado que nesse momento não seria necessário, uma vez que isso assustaria a mãe. Neste sentido foi pontuado a questão da política, e os programas adequados para o atendimento da família, onde essa família pode ser encaminhada ao CRAS.

O município de Palmas, apontou que o CRAS não trabalha com a família, que ele só está restrito a programas sociais, bolsa, programa do leite entre outros. A partir disso foi pontuado que deveria ser feito um trabalho com a família de João, entendendo que esta se encontrava em risco social. Verificou-se também que era possível identificar que havia na casa crianças e adolescentes com seus direitos violados.

Pontuou-se a questão da vivência da família na casa, e inúmeras questões foram levantadas acerca de crianças, adolescente e casal dormindo em um mesmo cômodo. A partir disso, diversas questões emergiram uma vez que nada de concreto estava posto, sendo assim suposições foram levantadas, como a de pais realizarem ato sexual na presença dos filhos, já que a casa não possui divisórias.

Um membro do grupo chamou atenção sobre a questão da importância da localização do adolescente sobre o fato que ocasionou nas medidas, por onde ele passou até chegar ao programa de atendimento, ou seja, contextualizar o momento histórico do indivíduo.

Fez-se então um breve contexto das necessidades que se apresentam, em um relato, houve um consenso sobre tal texto. Dentre os problemas destacados, uma questão discutida foi à defasagem escolar. Outra questão discutida foi o relacionamento familiar, quais seriam os encaminhamentos a realizar-se. Neste momento houve a intervenção da facilitadora instigando qual a parcela de responsabilidade dos programas executores de medidas, onde todos apontaram que a parcela é grande, pois é importante a verificação do contexto dessa família que se insere tanto o adolescente que se encontra em meio aberto, quanto em meio fechado.

Também pontuaram o risco de morte, foi mais debatido uma vez que não há um programa de proteção, sendo assim a facilitadora pontuou que há uma violação de direitos, por ausência de políticas.

Chamou-se a atenção para o juízo de valor, feito em cada caso atendido, uma vez que o que não é dito muitas vezes é vislumbrado. Essa questão foi claramente discutida pela facilitadora.

Em relação ao cumprimento da medida, foi sugerido que o atendimento fosse realizado semanalmente, e que no primeiro atendimento realizado esteja presente um representante legal e que haja encaminhamentos profissionalizantes.

A partir dessa discussão pontuaram os devidos encaminhamentos, que podem ser citados, dar continuidade em sua escolarização, incluir a família do adolescente na rede proteção social básica, encaminhar a família ao setor de habitação do município, dar continuidade ao trabalho realizado no período em que o adolescente esteve privado de liberdade, investigar se há ou não envolvimento com uso de drogas para realizar os devidos encaminhamentos, investigar se os irmãos encontram-se em trabalho infantil e verificar a necessidade de abrigo do adolescente, por ele estar sendo ameaçado de morte.

4] Considerações Finais

Considero que o trabalho realizado pelo grupo foi de muita importância para todos os participantes, uma vez que as questões discutidas vieram de encontro com a prática dos profissionais ali presentes.

A metodologia utilizada pela facilitadora do grupo foi bem aceita pelos participantes, uma vez que conseguiu envolver os presentes de maneira articulada. Porém, é necessário considerar que no momento da discussão do caso e possíveis encaminhamentos, se o grupo tivesse sido dividido em grupos menores, como sugerido pela facilitadora, o aproveitamento teria sido consideravelmente melhor, pois em grande grupo, como realizaram, havia momentos em que alguns membros se dispersavam em conversas paralelas, atrapalhando o desenvolvimento da oficina.

Um fato importante para se destacar, envolve a assiduidade dos participantes após o intervalo para o almoço, uma vez que não houve o retorno de 100% dos participantes para dar continuidade ao trabalho, porém os integrantes do grupo que retornaram se mostraram muito interessados e dispostos a dar continuidade na discussão.

Dessa forma, mesmo com a frequência de participantes diminuída no período da tarde, a realização das atividades, deram-se de maneira satisfatória, atendendo as exigências postas pela proposta da atividade e realizando análise do caso e seus devidos encaminhamentos. Sendo assim, a atividade pode ser considerada proveitosa e importante para os profissionais envolvidos com a prática da socioeducação.

Metodologia de Atendimento em LA e PSC¹³

1] Introdução

A facilitadora Cristiane Barreto iniciou a atividade com 20 participantes. No primeiro momento fez uma breve apresentação de sua trajetória e experiência profissional atuando com execução de medidas Socioeducativas em meio aberto.

Posteriormente explicou como se deu a articulação política e o avanço da execução da MSE em Belo Horizonte, assim como a sua participação no processo de municipalização da metodologia, uma vez que este município foi o primeiro, segundo Cristiane, a municipalizar a medida.

A apresentação inicial foi determinante para a condução da atividade, uma vez que o grupo era composto por participantes que já atuavam na execução da medida e que possuíam reflexão teórica e prática. Havia, entretanto, participantes que possuíam conhecimento superficial de como se dá a execução da medida socioeducativa e que realizavam perguntas de caráter inicial, ao que se refere à gestão e administração política e burocrática, saindo da execução e acompanhamento, que era o foco desse grupo.

A facilitadora utilizou, durante vários momentos das discussões, exemplos práticos de sua experiência na execução da medida, o que fez com que os grupos refletissem muito sobre metodologias, exemplo de Acolhida, Atendimento individual, grupal, acompanhamento e articulação de rede, bem como todo o processo pedagógico que envolve a medida socioeducativa e sua temporalidade, alertando pela necessidade de se reformular as metodologias dos programas e fazer um diagnóstico situacional, chamando a atenção para o cuidado com a penalização, com a prorrogação da medida, para que esta faça sentido, e principalmente a diferença na vida deste, de sua família e comunidade. Reforçou ainda a “importância de se ouvir o adolescente, uma vez que eles revelam os bastidores do que acontece nas comunidades”.

A facilitadora apresentou em sua fala criticidade enfatizando que os profissionais devem “refletir e avaliar sua prática, sempre com uma postura ética para que não sejamos apenas mais uma tentativa na vida destes adolescentes”. Ela nos mostrou o seu compromisso ético.

“A medida socioeducativa tem uma dimensão no encontro, se sabemos o que queremos e sobre a crença da diferença que essa Lei pode ter na vida deste adolescente”.

2] Descrição da Oficina

A palestrante após sua apresentação com relatos de experiências e práticas abordou como se executa a Medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, desde o fluxograma judicial até a extinção da medida. Ela apresentou aspectos importantes da execução da medida como: a escuta apurada do adolescente; cuidado ético frente aos questionamentos realizados ao adolescente e família; a atenção com a apresentação dos técnicos e os espaços do programa ao adolescente e à família; e a construção do Plano Personalizado de Atendimento (PPA). Importante destacar que durante este momento a palestrante pontuou que “Não devemos transformar em prática comum o privilégio no ato infracional para efetivar Direitos, criando assim um sentimento de, vou ter que cometer para ter”.

Assim, refletindo sobre o sistema de garantias de direitos que falha e não é a medida socioeducativa porta para garantias de Direitos e sim uma forma de responsabilizar o adolescente pelos seus atos e não culpabilizá-lo por não ter seus direitos garantidos, “devemos repensar a forma de responder essa demanda e a proteção básica deve efetivar suas intervenções”.

A facilitadora levou os participantes a repensar e refletir sobre o trabalho a ser realizado com as famílias, uma vez que para esta é muito importante que sejam preparadas para receber este adolescente, que seja traçado um plano para o desenvolvimento desta família e que este adolescente possa romper com o ciclo do ato infracional.

Em um segundo momento, fez a leitura do caso de João e com uma dinâmica de grupo dividiu os participantes em dois grupos menores, um com o propósito de discutir a Liberdade Assistida na vida de João e outro a Prestação de Serviços à Comunidade.

No grupo que discutiu LA, cada membro fez uma breve apresentação relatando como o programa executava a medida socioeducativa. Este grupo estava bem diversificado, sendo composto por pessoas que possuíam experiência e outros que possuíam uma experiência superficial.

A discussão em torno do caso apontou problemas com a falta da articulação da rede, a falta de políticas públicas, bem como, a inexistência de CAPS-AD em alguns municípios e em outros, relatos de que não há demanda, exemplo de Araucária, segundo uma participante deste município.

Todos os participantes levantaram a dificuldade com a escola, bem como, duas participantes coordenadoras da educação apresentaram suas dificuldades e a inexistência de capacitação para estes, que sem o conhecimento e respaldo, acabam não contribuindo de maneira adequada para o desenvolvimento dos adolescentes em geral.

Os participantes do grupo que tratavam da Prestação de serviços a Comunidade apresentaram a mesma dinâmica, com a apresentação de cada município, bem como das dificuldades tanto na compreensão da execução da medida quanto na dificuldade no que se refere ao cumprimento de prazos e horas. Em vários momentos a palestrante fez intervenções, uma vez que os grupos perdiam o foco do caso do João e acabavam por discutirem o que os seus programas podiam oferecer ao adolescente.

Na execução das duas medidas, salientou-se a importância da notificação da inserção em medida, bem como, da sua conclusão, assim como a interlocução com o poder judiciário buscando estratégias para que o fluxograma seja respeitado e que este adolescente possa cumprir a medida socioeducativa.

A facilitadora pontuou sobre o importante papel da equipe na execução da medida esclarecendo que se faz necessário o diálogo, a discussão de casos, dessa forma, é imprescindível que a equipe seja interdisciplinar, onde cada profissional possa contribuir com a sua especialidade, o que contribui para que a equipe tenha um olhar diferenciado sobre o adolescente. “E que levem para a reflexão a questão sobre sistematizar as experiências e fazer com que ela circule no mundo contemporâneo”.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO JOÃO

Os grupos discutiram o caso do João, levantaram os problemas identificados nos textos levando em consideração o que o município oferece, e o que este viola em relação aos direitos.

A facilitadora direcionou as discussões frente aos encaminhamentos a serem realizados e colocou a importância da sensibilização dos acompanhamentos a serem realizados diante dos encaminhamentos. “Não encaminhar por encaminhar, é necessário acompanhar”.

Os grupos sistematizaram os encaminhamentos e possibilidades de intervenção, apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 1 – PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
• Trabalho;	• Encaminhamentos;	• Inserção e atividades relacionadas à profissionalização (SENAI e SEBRAE);
• Escolarização;	• Encaminhamentos;	• Buscar inclusão escolar;
• Violência;	• Encaminhamentos;	• Programa Atitude, Conselho Tutelar, Programa Sentinela e CREAS;
• Habitação;	• Inserção;	• Programa de Habitação Municipal;
• Exploração sexual;	• Encaminhamentos;	• Orientação da Unidade Básica de Saúde;

3] Considerações Finais

Esta oficina alcançou o objetivo específico da capacitação, ao que se refere à discussão da metodologia do atendimento e aplicação das medidas em meio aberto, uma vez em que o grupo expôs o

trabalho realizado pelo seu município mesmo de forma breve.

Assim, foi possível ter uma visão panorâmica do trabalho realizado bem como dos caminhos que ainda necessitam serem percorridos para que se chegue ao objetivo da execução da medida.

Durante o processo da atividade ficou claro a necessidade de que a supervisão e capacitação sejam permanentes, uma vez que os atores perdiam o foco do trabalho por vários momentos. A facilitadora fez diversas intervenções ao que se refere à tarefa de cada um, dentro do programa de execução, bem como, da importância de serem profissionais éticos e comprometidos com o trabalho.

Ficou muito claro neste grupo que a questão dos encaminhamentos deve ser trabalhada em outras capacitações. Os encaminhamentos foram colocados como únicos instrumentos de intervenção, onde não apareceu o acompanhamento deste encaminhamento à orientação, e sim o questionamento da rede que não funciona, mas nenhum município colocou sua intervenção junto à rede. Cristiane colocou várias vezes a necessidade de se articular a rede de serviços, bem como a necessidade de acompanhamento.

Abordou vários apontamentos realizados pelos participantes os levando a se autoavaliarem e refletirem sobre sua prática, bem como, a pesquisarem e buscarem referenciais teóricos que os levem a refletir sobre a sua prática.

A facilitadora salientou a necessidade de se fazer a diferença na vida dos adolescentes e que “não podemos ser mais um que passa por sua vida, e que este adolescente seja participante deste processo, assim, este poderá ser protagonista da sua própria história”.

“Eu cumpro meu dever para exigir o meu direito” - refrão da música do jovem. “Temos muito mais a aprender do que ensinar” - Cristiane Barreto.

Metodologia de Atendimento em LA e PSC¹⁴

1] Introdução

No grupo estavam presentes 20 participantes. A facilitadora deu início à atividade relatando sua experiência com medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) em Belo Horizonte, e o processo de municipalização da execução destas medidas.

Nesse contexto fez algumas considerações sobre o “como fazer?”. Na sequência a facilitadora propôs a discussão do “caso João” a partir da hipótese da Liberdade Assistida e também da Prestação de Serviços à Comunidade dividindo os participantes em dois grupos para realizar os encaminhamentos.

Após a discussão nos grupos, a facilitadora fez algumas considerações sobre princípios que devem estar presentes nas medidas em meio aberto e as etapas que devem ser realizadas pelo programa.

2] Descrição da Oficina

A oficina teve início com a apresentação dos profissionais que estavam no grupo, identificando função e município ao qual pertenciam. Na sequência a facilitadora abordou o “como fazer” das medidas socioeducativas em meio aberto, relatando sua experiência em Belo Horizonte, que foi o primeiro município a municipalizar o programa.

Neste momento, a facilitadora relatou que a municipalização do programa em Belo Horizonte partiu de um ato do prefeito da cidade em 1998, tendo o caráter e a responsabilização do Poder Executivo desde o início da execução das medidas em meio aberto. Este caráter possibilitou aos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social liberdade para pensar o “como fazer”, realizando a avaliação do programa a todo tempo.

Após o relato de sua experiência com as medidas socioeducativas em meio aberto, a facilitadora propôs que abordassem no “caso João” a possibilidade da aplicação da Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, dividindo o grupo em dois.

Assim, no grupo com a proposta da medida de Liberdade Assistida debateram sobre como e por que foi dada a medida de Liberdade Assistida, abordando de que forma o Judiciário aplica essa medida, e que esta muitas vezes está vinculada à gravidade do ato infracional, para que então seja realizado um acompanhamento do adolescente. Desse modo, a discussão foi realizada seguindo os problemas apresentados no “caso João” e os participantes fizeram relatos de suas experiências.

14. Regional de Curitiba. Facilitador: Cristiane Barreto. Relator: Bruna Aparecida Bavia.

A facilitadora buscou relacionar as falas dos participantes sobre suas experiências com a história de João e abordaram a fragilidade da rede de atendimento e serviços necessários, mas inexistentes nos municípios como o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS).

A facilitadora abordou que a metodologia da Liberdade Assistida inclui estratégias para o trabalho em rede, e que o fato de o grupo apresentar participantes que fazem parte da rede poderia ser um momento para exporem os entraves e pensarem em soluções.

No retorno da oficina no período da tarde a facilitadora modificou a metodologia da oficina e reuniu os grupos antes separados para trabalhar alguns aspectos. Fez algumas considerações em relação às discussões que ocorreram nos grupos no período da manhã, e abordou que o “encontro com a lei” pode ser uma forma do adolescente aparecer no município.

Receber o caso significa o ponto de partida para o encontro do Programa de medida socioeducativa em meio aberto com o Judiciário. No caso João o “receber” vem de um relatório da internação, e é importante receber do Judiciário a formalização do encaminhamento para que exista uma “marca legal” da recepção do adolescente no programa de meio aberto.

Assim, abordou que alguns princípios devem ser considerados na execução das medidas socioeducativas em meio aberto como: recepção, acolhimento, acompanhamento, rede. “Na recepção predomina o aspecto explicativo e a orientação”.

Para a facilitadora é necessário que se vá além, “construindo vínculos, levantando aspectos socioeconômicos, construir o saber sobre as medidas socioeducativas junto com o adolescente; oferecer uma indagação; o que ele espera do meio aberto; o que ele sente ao saber que vai para o meio aberto; que não signifique não receber nada; qual ideia que tem da LA e PSC; se tem alguma concepção”.

A recepção pode informar como o adolescente está vivendo o processo até então, e ao final mostrar mudanças. “Este momento não pode ser meramente explicativo como faz o Juiz ou Advogado. O acolhimento requer saber ouvir. Neste momento é importante saber como o adolescente chegou ao meio aberto, sua trajetória de vida, ato infracional, e o que aconteceu no momento para que fosse pego ou preso. No acompanhamento é importante a presença do orientador”. Quanto a rede apresentou um conceito que é “um buraco com barbantes amarrados”, e requer sensibilização nos encaminhamentos e que exista a contrarreferência. E ressaltou que “a conclusão da medida socioeducativa, requer formalização assim como no início, e que exista sempre interlocução com o Judiciário e com o adolescente”.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

O grupo pontuou os problemas e os encaminhamentos que consideraram necessários, levando em conta a realidade dos municípios. Em virtude da metodologia adotada pela facilitadora, de dividir o grupo em dois pequenos para discutir o caso diante a Liberdade Assistida e outro frente a Prestação de Serviços à Comunidade, no momento da sistematização dos problemas, possibilidades de intervenção, e rede de serviços. Ambos os grupos construíram o quadro complementando o que achavam necessário.

QUADRO 1 – PROBLEMATIZAÇÃO DO CASO

PROBLEMA	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO	REDE DE SERVIÇOS
• Habitação;	• Encaminhamentos;	• Programa de habitação do município;
• Violência;	• Encaminhamentos;	• CREAS; • Programa Atitude; • Conselho Tutelar; • Programa Sentinela;
• Possível prostituição;	• Encaminhamentos;	• SENAI;
• Escolarização;	• Encaminhamentos;	• Ensino regular/CEEBJA;
• Relação com trabalho;	• Apreender habilidades do adolescente;	• Programa Adolescente Aprendiz;

3] Considerações Finais

O debate na oficina foi relevante e teve como foco o “como fazer?” as medidas socioeducativas em meio aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

A atividade abordou aspectos metodológicos das referidas medidas envolvendo os participantes na construção desta, de modo que expusessem a experiência e realidade dos municípios em que trabalham. Durante as discussões foi possível observar que a maioria das intervenções dos profissionais no “como fazer?” das medidas socioeducativas em meio aberto, estão relacionadas com encaminhamentos para a rede, devido a grande demanda de serviço, e não abordaram o acompanhamento dos casos.

Anexo 1 – Caso Luciana

Avaliação dos Aspectos Sociais

A adolescente Luciana tem 15 anos de idade e mora com a família em uma peça cedida, de madeira e com estrutura precária. O cômodo possui infraestrutura de água e energia elétrica, mas não conta com rede de esgoto. Pelo fato deste ser pequeno torna-se impossível duas pessoas se movimentarem. Há somente uma cama de solteiro, onde dormem a genitora e o padrasto, não havendo espaço para a adolescente. Inclusive a genitora relata a dificuldade em receber a filha quando sair do internamento, pois não tem como recebê-la onde mora atualmente. Afirma que Luciana não dormia em casa por falta de espaço e estrutura, por esse motivo dormia pelas ruas.

Segundo a percepção da genitora a falta de condições e estrutura, assim como, a influência de outros adolescentes foi o que a levou Luciana a se envolver com o ato ilícito.

A renda familiar provém somente do Programa Bolsa Família e do trabalho esporádico de serviços gerais do padrasto de Luciana, Sr. Miguel, e que gira em torno de R\$15,00 por dia. A senhora Joana atualmente encontra-se desempregada.

A genitora relata que seu companheiro anterior, também padrasto de Luciana, era alcoolista e a agredia fisicamente, e ela suspeita de que ele abusava sexualmente da adolescente. Seu atual companheiro, senhor Miguel da Silva, segundo ela, possui um bom relacionamento com a adolescente. Luciana não tem contato com o pai biológico.

Existem suposições de que a adolescente é explorada sexualmente. Com relação ao uso de substâncias psicoativas, a genitora relata que não sabia que a adolescente fazia uso, porém, começou a notar um comportamento agressivo na filha, mas que Luciana nunca retirou nada de casa para comprar drogas, como também nunca a agrediu fisicamente.

Quanto ao relacionamento familiar, percebe-se muita afetividade entre ambas. A genitora apresenta-se sempre preocupada, sempre realiza ligações telefônicas neste CENSE para saber notícias da filha e tem ido semanalmente visitá-la. Segundo ela, a filha relata que deseja mudar, não se envolver mais com atos ilícitos e que deseja trabalhar. Em entrevista com a genitora, fomos informados de que desde pequena Luciana apresentava dificuldades para manter a atenção, na aquisição do conteúdo formal na escolarização e no estabelecimento do laço social. Na relação com os adultos buscava o isolamento e com as demais crianças mostrava-se agressiva. A Sra. Joana menciona que por várias vezes foi chamada na escola para ser alertada acerca das atitudes antissociais da filha, em uma dessas ocasiões o ex-padrasto bateu na adolescente em frente aos professores e demais alunos da escola.

A adolescente relata agressões que sofreu no período de sua pré-adolescência, desse ex-padrasto, Sr. Carlos, alcoolista, a ponto de apresentar sangramentos na região do ouvido devido à intensidade da violência doméstica, informações confirmadas pela genitora.

Na gestação de Luciana, Sra. Joana realizou uma tentativa de aborto incitada pela sogra, que não queria reconhecer a neta. O relacionamento entre mãe e filha é marcado por uma relação de dependência.

Por meio do discurso materno observamos que ela tende a esconder da filha situações de sua história de vida para protegê-la, como por exemplo, que seu genitor tinha um relacionamento extraconjugal com sua tia materna.

A adolescente manifesta que iniciou o uso de substâncias psicoativas aos 13 anos de idade.

Luciana Soares, iniciou sua escolarização aos sete anos de idade na cidade de Terra Roxa, no ano de 1997, quando não conseguiu aprovação, vindo a matricular-se no ano seguinte, 1998 para cursar a mesma série, porém na Escola Municipal Alves Brito da Silva. Nesta escola estudou até a 3.ª série do Ensino Fundamental, 5.ª a 8.ª séries. Em 2003, efetuou matrícula para a 5.ª série, atualmente encontra-se na 6.ª série.



Governo do Paraná



CEDCA